

Mulheres Negras

na primeira pessoa

Jurema Werneck
Nilza Iraci
Simone Cruz
(Orgs.)

O feminismo clássico europeu e suas vertentes nos espaços extra europeus tiveram a ilusão de que as mulheres eram todas iguais. Assim, lançaram na obscuridade, por longo tempo, experiências históricas, culturais e sociais diferenciadas que mulheres negras e de outros grupos étnicos e raciais experimentam. Nos relatos de vida de mulheres negras que esse livro contém ecoam a herança da opressão colonial aliada à opressão de gênero mas, sobretudo, explicitam as persistentes práticas discriminatórias impostas pelo racismo contemporaneamente. Mulheres que são referências de afirmação de negritude, de combate aos estigmas e estereótipos de gênero e de raça, que impulsionam mudanças e ampliam horizontes para outras mulheres, suas famílias e comunidades.

A Articulação de Ongs de Mulheres Negras Brasileiras realiza um trabalho exemplar ao brindar a sociedade brasileira com esses exemplos de luta, superação e esperança que são fontes de inspiração para todas as mulheres que padecem com as múltiplas formas de opressão resultantes do sexismo e do racismo.

Sueli Carneiro



Foto: Vera Lúcia Benedito

*Jurema Werneck
Nilza Iraci
Simone Cruz*

Organizadoras

MULHERES NEGRAS NA PRIMEIRA PESSOA

Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras



Jurema Werneck
Nilza Iraci
Simone Cruz

Organizadoras

MULHERES NEGRAS NA PRIMEIRA PESSOA

I^a edição

Redes Editora
Porto Alegre
2012

Copyright © Redes Editora, 2012

Mulheres Negras na Primeira Pessoa © AMNB – Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, 2012

Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Realização: Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras

Apoio: Fundação Ford

Coordenação Editorial:

Guacira Gil

Salete Campos de Moraes

Capa:

Redes Editora sobre foto de Tino Smith

Catálogo na Fonte

W491m Werneck, Jurema

Mulheres negras na primeira pessoa. / Organizadoras
Jurema Werneck, Nilza Iraci, Simone Cruz. –
Porto Alegre : Redes Editora, 2012.

158 p. ; 23 cm.

ISBN: 978-85-61638-52-8

I. Mulheres Negras. 2. Organizações Não-Governamentais.
I. Iraci, Nilza. II. Cruz, Simone. III. Título

CDD 361.76

Bibliotecária Responsável

Ginamara Lima Jacques Pinto – CRB 10/1204

Redes Editora Ltda.

Av. Plínio Brasil Milano, 388 – Conj. 501 – Higienópolis

Porto Alegre / RS – CEP 90520-000

Fone: (51)3022-6064 / (51)8181-0651 – redeseditora@redeseditora.com.br

www.redeseditora.com.br/loja

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	7
APRESENTAÇÃO	9
INTRODUÇÃO	13
ACMUN e MARIA MULHER – Rio Grande do Sul	17
Marilza Soares Sito – Porto Alegre / RS	19
Junara Nascentes Ferreira – Porto Alegre / RS	25
BAMIDELÊ – Paraíba.....	33
Verônica Lopes de Souza – Santa Rita / PB	35
Dandara Batista Correia – João Pessoa / PB.....	39
CASA LAUDELINA – São Paulo.....	45
Aparecida do Carmo Miranda Campos (Tida) – Campinas / SP ...	47

CEDENPA – Pará	51
Jaqueline Alcântara da Conceição – Salvaterra / PA	53
Antônia Lopes dos Santos – Ananindeua / PA.....	61
CRIOLA – Rio de Janeiro.....	67
Anazir Maria de Oliveira (Zica) – Rio de Janeiro / RJ.....	69
Maria da Fé da Silva Viana (Fezinha) – São João de Meriti / RJ ...	75
Jéssica de Castro – Magé / RJ.....	83
GELEDÉS – INSTITUTO DA MULHER NEGRA – São Paulo	91
Edilara Lima Pacheco (Lara Dee) – São Paulo / SP	93
Maria Aparecida da Silva Trajano (Tia Cida) – São Paulo / SP ...	99
Maria Ignez Neves Viana – São Paulo / SP	105
IMENA – Amapá.....	111
Maria Piedade Queiróz de Jesus (Piedade) – Mazagão Velho/AP	113
Estefânia Cabral de Souza – Mel da Pedreira / AP	119
INEGRA – Ceará	125
Antônia Lopes de Lima (Toinha) – Águas Pretas / CE.....	127
MALUNGA – Goiás.....	131
Sérgia de Moura Alves – Goiânia / GO	133
Luana Cristina Vieira dos Santos – Goiânia / GO	137
Nailde R. Borges Silva – Comunidade Quilombola do Pombal /GO....	143
REDE MULHERES NEGRAS – Paraná	147
Isabela Patrícia Soares Camargo da Cruz – Colônia Socorro/PR ...	149

AGRADECIMENTOS

Esse livro não seria possível sem o envolvimento de muitas pessoas que acreditaram em nossa proposta e, generosamente, trabalharam para sua concretização, sendo decisivas para o êxito deste projeto e os resultados que aqui serão apresentados. São elas: Angélica Basthi, Ana Lucia de Souza, Carolina Felício, Cleusa Aparecida da Silva, Elza Fátima Rodrigues dos Santos, Emanuel Pestana, Jaciara Machado Mamédio, Juciara Almeida, Luceni dos Santos Ferreira, Lúcia Xavier, Maria Conceição Lopes Fontoura, Maria das Dores do Rosário Almeida (Durica), Merilane Pires Coelho, Nilma Bentes, Pérola Pedrosa, Priscila Estevão, Roberta Vilella, Rosinha Penha, Sônia Maria Nascimento, Sônia Cleide Ferreira, Sueli Carneiro, Susane Pereira e Terlúcia Silva.

Finalmente agradecemos a todas as mulheres negras que se dispuseram incondicionalmente a serem entrevistadas e preenchem as páginas deste livro com suas histórias de vida. São elas que a cada dia motivam a atuação da AMNB, a contínua militância política contra o racismo, o sexismo, a opressão de classe, a lesbofobia e outras formas de discriminação.

A todas essas pessoas queremos manifestar nossos profundos agradecimentos.

As organizadoras

APRESENTAÇÃO

A Articulação de Mulheres Negras Brasileiras – AMNB – é composta por vinte e oito entidades, distribuídas por todo o território brasileiro. Tem como missão institucional promover a ação política articulada de organizações não governamentais de mulheres negras brasileiras, realizando enfrentamento ao racismo, ao sexismo, à opressão de classe, à lesbofobia e a todas as formas de discriminação, a fim de contribuir para a transformação das relações de poder existentes no Brasil. Na sua trajetória de enfrentamento às iniquidades, a AMNB produziu, neste ano de 2012, dois Cadernos de Informação intitulados “Saúde da Mulher Negra” e “Mulheres Negras e o Trabalho Doméstico no Brasil”. Ambos os temas foram apresentados no Comitê para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, do inglês Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women) em fevereiro de 2012.

Esta publicação está inserida no âmbito das ações desenvolvidas no projeto “Construindo a Equidade: Monitoramento de Políticas Públicas para a Superação das Desigualdades de Gênero e Raça para as Mulheres Negras”, desenvolvido pela Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras e contou com o apoio da Fundação Ford. Ao propor uma publicação no formato de entrevistas com mulheres negras, a AMNB objetiva, ao mesmo tempo, possibilitar a livre expressão de diferentes mulheres negras – das cinco regiões do país – indicadas por suas organizações filiadas, e também demons-

trar como nossa luta política se expressa na vida cotidiana dessas mulheres. São relatos de trajetórias de vida de vinte mulheres negras, pertencentes a diferentes estratos sociais, com variados níveis de escolaridade e faixas etárias.

O conhecimento da vida dessas mulheres negras nos possibilita aprofundar a reflexão sobre a (des)construção de estereótipos racistas e sexistas, ainda presentes na sociedade brasileira. Durante a leitura surgirão, de forma incisiva, questões como: Como é possível uma mulher com pouca escolaridade deter tantos conhecimentos? De onde vem sua noção de compartilhamento, solidariedade, respeito aos demais entes da natureza, respeito às diferentes gerações, sobre temas como filosofia, psicologia etc. De onde vêm as variadas formas de se pôr no mundo?

As lições oferecidas pelas mulheres negras brasileiras mostram a grandeza do respeito e do acolhimento ao outro. A circularidade da família negra, comandada muitas vezes pelas mulheres, apresenta uma estrutura familiar mais ampla, difícil de se amoldar a sistemas mais individualistas.

Através desse livro serão conhecidas histórias de mulheres negras que valorizam a importância da educação formal, mas com dificuldades de acesso a ela. São, por exemplo, empregadas domésticas que trabalharam horas a fio para possibilitar que crianças e jovens da família estudem, se formem, para que possam ter uma vida com menos dificuldades. Para que essa nova geração não necessite silenciar diante de situações vivenciadas em uma sociedade racista, sexista e lesbofóbica, onde residem ainda, de forma latente ou explícita, o sentimento escravista insepulto, que tem incentivado a perenidade do racismo, do preconceito, da discriminação racial e do sexismo patriarcal, presentes no tecido social brasileiro.

Essa obra também registra a história de jovens negras que, amparadas pelos exemplos e esforços das mulheres mais velhas – que fizeram e fazem parte de seu círculo de vida –, estão hoje em cursos de nível superior, tanto de graduação como de pós-graduação, trabalham na sua área de formação e militam em movimentos sociais. São mulheres de diferentes faixas etárias que tiveram a oportunidade de sonhar e realizar seus sonhos e se tornaram pessoas vitoriosas. Essas vitórias estão intimamente ligadas às histórias de vida de milhões de mulheres negras, que se entregam de corpo e alma, durante anos, para construir a verdadeira abolição e a sonhada liberdade, que somente acontece quando se rompem os grilhões materiais e imateriais, que buscam acorrentar a população negra ao imobilismo social e cultural.

Conhecer, pois, histórias de mulheres negras dos diferentes quadrantes desse país é abrir-se para o novo. Significa colocar-se à disposição para

conhecer histórias de resistência magistral, de sabedoria infinita, de solidariedade incondicional e, sobretudo, de acolhimento fraterno a todas as pessoas, sem fazer distinção à forma como se dá o laço afetivo, seja pelo sangue que corre nas veias, seja pelo chamado da solidariedade.

A Articulação de Organização de Mulheres Negras Brasileiras agradece a todas as mulheres negras deste país. Saudamos aquelas mulheres que, no passado, resistiram à tentativa de coisificação, bem como às mulheres negras do presente, que levam em frente os ensinamentos de suas antepassadas.

Mulher negra brasileira – anônima ou não –, vamos continuar a luta pela efetiva construção de uma sociedade justa, fraterna, solidária, que respeite, acolha e que valorize as mulheres negras brasileiras.

Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras

INTRODUÇÃO

Este livro poderia ser uma compilação de más notícias. Afinal, ser mulher, negra, indígena, lésbica, pobre, migrante, é viver de diferentes modos as assimetrias de gênero e raça que caracterizam a sociedade organizada sob as regras do racismo patriarcal. Em sociedades deste tipo, exatamente como a nossa, mulheres negras, em especial, são expostas a situações de grave subordinação e discriminação, que se traduzem em pobreza, violências e vulnerabilidades, sendo empurradas para as camadas inferiores, na base da pirâmide social.

Somos a maioria (49,9%) da população feminina brasileira, compondo o contingente negro que equivale a 51% da população total do país. Dados reunidos no Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça (na quarta edição, em 2011), publicado periodicamente pelo governo brasileiro, e no Anuário das Mulheres Brasileiras de 2011, publicado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, em parceria com o governo do Brasil, ao lado de outras bases de dados oficiais disponíveis na saúde, previdência, entre outras, apontam nossa condição de maioria também entre as iniquidades sociais. Pobreza, indigência, morte precoce e evitável, violências, violação de direitos, restrições à livre expressão sexual, incidência crescente de infecção por HIV/AIDS, baixo acesso a terra e à moradia adequada – urbana e rural –, estão entre os desafios enfrentados por nós, mulheres negras, na maior parte das vezes, em isolamento.

Ao lado disto, somos nós, mulheres negras, as principais responsáveis pela subsistência das famílias e comunidades onde vivemos, e pelo cuidado daqueles que necessitam e são desamparados pelas políticas públicas. Isto, apesar das altas taxas de desemprego, precarização e superexploração vividas em nossa inserção no mercado de trabalho. Desse modo, arcamos com os custos mais altos das injustiças sociais brasileiras.

Estima-se que, no Brasil, seis milhões e meio de mulheres exerçam o trabalho doméstico, das quais 61,6% são negras. Trata-se de uma das ocupações com piores condições de trabalho, extensas jornadas, baixas remunerações, escassa cobertura de proteção social e um alto nível de descumprimento de normas trabalhistas. O trabalho doméstico é vivido por nós, mulheres negras, como o maior déficit de trabalho decente, quando comparadas a mulheres e homens não negros dedicados à mesma ocupação. Poderemos encontrar algumas destas situações degradantes nos relatos trazidos aqui.

No Brasil existem, segundo dados da Fundação Cultural Palmares – ligada ao governo brasileiro –, cerca de três mil e quinhentas comunidades quilombolas identificadas, mas apenas pouco mais de 1,7 mil estão certificadas. Em relação ao acesso às terras no Brasil, cento e vinte quatro anos após a extinção oficial do regime de escravidão, apenas 189 comunidades obtiveram o título de posse coletiva das terras que ocupam há vários séculos. Isto demonstra o longo fosso entre os interesses das populações tradicionais e o cumprimento, pelo governo do Brasil, de suas obrigações democráticas de agir contra o racismo patriarcal e seus efeitos. Por trás da falta da titulação definitiva colocam-se um conjunto amplo de ausências e injustiças, traduzindo-se em falta de políticas públicas e de violação dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, de negras e negros quilombolas. A voz das mulheres quilombolas presentes neste livro nos ajudam a visualizar um pouco mais a amplitude e profundidade destas violências.

Nós, mulheres negras, vivenciamos em nosso cotidiano múltiplas formas de violência: física, psicológica, sexual e simbólica; maior vitimização no tráfico de mulheres e de drogas. Estamos mais expostas à violência produzida por atores armados da polícia (agentes do Estado brasileiro!) e da marginalidade. Não será por outras razões que vivenciamos emoções e sentimentos de baixa autoestima, rejeição, medo, raiva, desilusão, tristeza, impotência, dor, insegurança, frustração e perda de identidade.

De fato, este livro não fugirá desta realidade: a expõe, singulariza e aprofunda. Traduz os dados em experiências palpáveis, com o sal do suor e das lágrimas que as acompanham.

Somos aproximadamente cinquenta milhões de brasileiras vivendo um quadro opressivo que restringe nossa possibilidade de viver de forma confortável em sociedade, demandando de nós ampliação de nossa capacidade de agenciamento para superarmos as infindáveis barreiras interpostas. Para, desse modo, atingirmos patamares de dignidade e de melhoria das condições de vida individuais e coletivas. E são estes agenciamentos, estas voltas por cima, que o livro expõe, ao lado das experiências difíceis e de nossas análises sobre elas.

Apesar das várias limitações que enfrentamos para superar a força com que o racismo patriarcal busca nos subordinar ou aniquilar, trazemos aqui, neste livro, nossas apostas para o futuro. Mensagens que dirigimos às novas gerações, a meninas negras que nascem agora e um dia nos sucederão. Para elas, estas meninas negras do tempo presente e do futuro, deixamos um legado potente de apostas em mudança, transformação, superação – todos são traços comuns na história das entrevistadas aqui reunidas. Elas falam de nós, por nós, e representam um microcosmo das mulheres negras brasileiras – milhares de outras mulheres negras vão se reconhecer nessa trajetória.

Este livro apresenta mulheres reais. Esperamos que você, seja quem for, aprecie a leitura.

As organizadoras

ACMUN e MARIA MULHER

Rio Grande do Sul

A escolha das entrevistadas se deu principalmente pela trajetória de vida dessas duas mulheres negras com idades distintas, em que tranquilamente uma poderia ser mãe de outra. A primeira, Marilza, mais velha, 54 anos, foi escolhida pelo fato de ser trabalhadora doméstica e mãe solteira e, mesmo tendo uma vida simples e passando por dificuldades, conseguiu colocar as duas filhas no ensino superior, sendo que a mais velha atualmente está cursando o doutorado. Junara tem a metade da idade de Marilza, jovem, 27 anos, e a escolhemos por ser originária de um bairro periférico e popular de Porto Alegre, o bairro Restinga. Sonhou cursar medicina e, mesmo não tendo conseguido por conta das adversidades da vida, não perdeu o foco e a persistência em continuar estudando e avançando: se tornou enfermeira, está cursando mestrado e, no cotidiano de seu trabalho, sempre pauta a questão racial.

Marilza Soares Sito

Porto Alegre / RS



“Nós somos os únicos seres capazes de superar todas as dificuldades e temos forças pra lutar contra tudo, é só querer.”

Me chamo Marilza Soares Sito, tenho cinquenta e quatro anos. Moro no bairro Cavallhada, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. É um bairro muito bom. Todos os bairros têm as suas dificuldades, né? Mas aqui dá pra dizer que se tem uma vizinhança muito boa. Faz 28 anos que moramos aqui.

Eu nasci aqui em Porto Alegre, morava na Azenha, na Rua Marcilio Dias. Foi uma infância boa, família bem festeira, ensaiava na minha casa, na época em que nós éramos pequeninhos, Imperadores, ensaiava a Praiana, que são escolas de samba de Porto Alegre. Era um terreno bem comprido, que entrava na Marcilio e ia sair lá onde era a Zero Hora, lá pra trás. Era uma função de barulho e nessa época nós ficávamos trancados dentro de casa, por causa do movimento que tinha na rua. Nós éramos quatro filhos, mas agora nós somos três, porque eu perdi uma irmã com sete anos. Eu tenho dois irmãos, um mais velho e um mais novo. É uma familiazinha grande: os dois casados, a minha mãe, a minha avó. A minha avó teve dezesseis filhos, mas ela não conseguiu criar todos, só sete, porque ela perdia, né? Era mais difícil antigamente para criar. É como se diz: “só se cria quem tem que se criar”.

A minha avó nos criou, criou a mim fazendo doces pra fora. Naquela época se lavava, passava pra fora e a mãe também, depois casou. Casou muito nova, tinha catorze pra quinze anos, uma guria. Aí teve um filho atrás do outro, né? Depois se separou do meu pai, mas ela também trabalhava muito. Ela trabalhava na polícia civil, sabe? Fazia cafezinho e depois saía de lá e ia cozinhar nas casas fim de semana, pra poder suprir as necessidades. Porque uma coisa que o homem negro ainda tem é aquela coisa de que ele sai e não precisa abastecer os filhos. E ainda tem isso, as minhas separações também, fizeram os filhos, também foram embora e também não abasteceram os filhos. Agora o pai da Laura ainda está, porque talvez agora seja mais fácil de conseguir ajuda, auxílio-alimento, né?

Na primeira vez em que eu casei eu tinha dezoito anos, mas eu tive a Luanda com vinte e três anos. Mas não casei de papel passado não, a gente foi morar junto. E depois, em seguida, ele também foi embora, porque arrumou outra, né? Então a gente sempre... é uma luta, né? Na época eu trabalhava em um consultório médico de tarde, depois fui trabalhar na tevê Guaíba, trabalhei cinco anos. Depois fui pro Jóquei, trabalhei mais doze anos lá, trabalhava em terminal de aposta e era telefonista. E trabalhei também de doméstica, eu fazia sempre fins de semana e nos meus dias de folga: fazia faxina, cozinha. Agora eu cozinheiro também numa casa, é uma casa e uma loja junto. Eu cozinheiro para todos, isso já faz vinte e quatro anos.

Eu criei as gurias, sempre foi naquelas correrias, porque tinha que pagar creche pra ficar ali, depois veio o colégio. Tinha que pagar creche, Kombi e colégio não, porque eu tinha botado no colégio estadual para não ficar tão pesado. E também para elas ficarem entrosadas, à vontade. E a Luanda então, ela estudava na frente da casa da minha mãe. Eu a levava e depois a mãe trazia. A gente sempre exigiu que estudasse, nunca deixei que faltasse o colégio, nem com chuva nem nada. Esses dias a Laura estava rindo “mãe eu lembro que eu ia buscar as gurias em casa e as gurias não iam ao colégio porque não tinham sombrinha, porque estava chovendo e tu não deixavas a gente ficar em casa”. Eu digo não, porque não adianta: a gente tem que sair pra trabalhar e a elas tem que aprender que a gente também tem que trabalhar quando chove. Então não estudaram também mais, não fizeram mais curso porque não quiseram. Porque a gente sempre fez fazer cursinho, mas aí já acharam muita coisa. Mas elas estudam, são esforçadas.

Eu sempre estudei e trabalhava. Eu estudava e trabalhava e, uma época, tive que parar porque, a partir da quinta série tudo era pago. Tinha que pagar e eu tinha que trabalhar pra pagar, mas era difícil porque se ganhava tão pouco, porque tinha que ajudar em casa, mais colégio e passagem. Então

eu estudei até o primeiro grau. Depois, para fazer o segundo grau ficou mais complicado porque o dinheiro era mais curto. Eu parei uma época e depois voltei a estudar de novo. E não consegui, terminei o terceiro ano e parei. Agora eu até o fiz o ENEM para dar uma abertura, ver se abria minha cabeça um pouco. Foi tudo bem... Então eu não estudei mais, e nem é depois por dificuldade: era por deixar as gurias, eu não queria. A gente já passava o dia no trabalho e depois sair pra estudar... Deixar as gurias, nem nas mãos da minha mãe, até porque a mãe não tem muita paciência com criança, nunca teve, nem conosco, e não ia ter paciência com as gurias. E depois eu comecei a trabalhar nessa casa, cozinhando, e fim de semana eu trabalhava no Jóquei, de telefonista e nos terminais de aposta. Depois eu tive que sair, aí eu tive a Laura e tinha mais uma pra dar atenção.

Só uma vez, no trabalho, eu sofri racismo diretamente: eu fui procurar um serviço e a moça disse que eu não era o perfil do trabalho, porque a empresa exigia uma pessoa loira. Mas, indiretamente, eu sempre soube e brigo muito, porque a gente ainda sente muito essa dor nos negros. Eu sempre digo pras gurias desde pequenas, que a única coisa que tem diferença, isso eu sempre digo pra elas, é do pobre e rico é dinheiro, e do branco e negro é a cor. São pessoas, né? E a gente tem que lutar pelo lugar da gente. Assim eu vejo muito nos negros que a gente lida no dia a dia, no trabalho, que eles têm essa coisa de se sentir menos. Então eu brigo muito, até tem umas colegas minhas que ficam bravas porque falam do tal de cabelo ruim e eu digo: vocês tem que parar de falar de pessoas de cabelo ruim, 'fulana tem cabelo ruim'. Porque cabelo, cada um tem o cabelo dentro da sua etnia. Aí foi que elas disseram que nunca ouviram falar que negro não tinha cabelo ruim. Aí eu digo: como a gente está atrasada. Porque a gente mesmo faz essa diferença.

Eu acho que a minha vida hoje é mais organizada. Eu procuro organizar tudo de maneira que eu não sinta pesado. E também sempre mantive as coisas mais fáceis pras meninas, quer dizer, não precisar ajudar em casa, não precisar deixar de estudar pra ficar em casa ou de trabalhar. Eu organizei a minha vida toda de maneira que não pesasse pra ninguém. Quando Laura nasceu eu botei gente pra cuidar, sem a Luanda ter que ficar cuidando dela e deixar de estudar. Então, as gurias organizaram a vida desde cedo, porque desde os dezesseis anos foram saindo pra trabalhar. Até a Laura. Mexi com ela: "com dezesseis anos, tu vais trabalhar", porque tem um SINE na frente do colégio dela, "tu vai sair direto pro SINE". Eu acho que uma das coisas que a gente tem que fazer é botar as crianças desde cedo a trabalhar. Eu vi isso com a família do meu irmão, que os guris estavam estudando e não precisavam trabalhar. Então, imagina: hoje eles não fazem nem uma coisa nem outra, ainda mais guri. E eu disse pra eles: bota cedo esses guris para trabalhar e eles

me diziam que tem que deixar estudar. Depois eles largam os estudos. Então, não adianta, eles tem que ter esse compromisso com eles mesmos. As gurias diziam: “ah, porque tu não nos dá presente? Todo mundo ganha...” Eu digo: “Não. Todo mundo estuda pra si, tu não estás estudando pra mim e não estás me dando nada. Foi pra ti”. E sempre briguei com elas com isso, porque “ah, todo mundo ganha presente porque passa”, isso tira a obrigação delas estudarem. Eles pensam que tudo que eles fazem é pra gente, todo esforço para nós. É para nós mesmos, os outros pegam as sobras.

Eu fico feliz porque elas não entortaram, mas também foi tudo com muita briga, tem horário pra estar dentro de casa. Até tinha uma vizinha minha, que já faleceu, que brigava muito comigo, porque a Luanda ia pra lá e ela tem uns cinco ou seis filhos e ela e as meninas ficavam na frente, sentadas o dia todo. E a Luanda ia pra lá. Ah, eu chegava e ia lá buscar a Luanda. Ela dizia: “o que ela vai fazer aqui, não vai acontecer nada com ela”. Sim, não vai acontecer nada, mas também não vai acrescentar nada na vida dela, sentada conversando fiado o dia todo, ou a tarde toda, que seja. Então, eu sempre a buscava, eu nunca deixei. Isso de ter que ter horário sempre é a construção, tanto que hoje elas têm: hoje, se tem que acordar as cinco, elas acordam; às seis..., elas organizam a vida delas com horário. Tem que ter disciplina, isso elas que tem de organizar.

Por aqui, os nossos vizinhos, aqueles que são negros, são tudo evangélico. Eles já têm os filhos assim, mais na rédea curta. A maioria é formada, tudo estuda e aqui também a gurizada, a maioria, já se formou, já casaram. Elas também não conviveram com gente que não tem nada com nada, porque eu sempre disse pra elas que isso é uma coisa que pega, contagia. A pessoa parada, no ócio, isso aí contagia. E isso era uma briga, eu não deixava elas sossegarem nunca, nem fim de semana. Mas a vizinhança aqui mudou, no sentido de que todo mundo trabalha e estuda. Tem um grupinho que é apegado em função de droga. Mas a maioria da vizinhança aqui..., aqui na frente têm vários becos e tem muitas casas, mas todo mundo estuda e trabalha, e os pais são esforçados. Eu acho que o fato de serem evangélicos influenciou sim, não tem aquela coisa de ter a gurizada tudo solta.

As pessoas mudaram porque a vida mudou, não é mais a mesma coisa. Como eu vou dizer? O trabalho... As pessoas trabalham muito mais agora; não tinha aquela coisa de, à tarde, estar todo mundo em casa, não tem. Ninguém tem horário, as pessoas trabalham de manhã, de tarde, de noite, só não trabalham de madrugada. E pouco se vêem. Aqui a gente não vê quase ninguém e quase ninguém nos vê, porque eu também saio de manhã e chego só tarde. Então não se tem quase contato com a vizinha, como antigamente. No meu

tempo, a gente tinha muito contato com a vizinhança, a gente brincava de tarde, aquela coisa toda, hoje todo mundo enche as crianças de compromissos e os adultos também.

Olha, eu acho que não piorou nada. Acho que está melhorando. Eu acho que a população está muito grande e tem um descontrole, as coisas estão bem descontroladas. Mas não que esteja pior. Eu acho que antigamente tudo era pior: financeiramente, a saúde, tudo era pior. Agora, apesar de parecer que está pior, não está: é que a população está imensa, em alguns lugares tem muita gente, e eles estão meio perdidos. Acho que em função de desvio de dinheiro está tudo pior, saúde, educação e trabalho. E não tendo educação, não tendo formação, as pessoas não podem trabalhar. Então isso aí é só perdido, descontrolado, porque o crescimento é muito rápido. Mas não é que esteja pior.

Em relação às mulheres negras, acho que mudou os hábitos de trabalho, as condições. Porque as mulheres negras sempre foram mulheres muito esforçadas e eu acho que continuam. Só mudou o número de pessoas, o número de mulheres. E as condições de trabalho estão bem melhores, a formação delas, mais batalhadoras, são mais esclarecidas também pra abrir os caminhos.

Antigamente a gente tinha muito medo, insegurança. Por exemplo: eu jamais sairia daqui pra São Paulo, sozinha. Se eu não fui nem com o pai da Luanda..., não quis ir. Ele fez um concurso na época, acho que de fiscal, ele passou e eu não fui junto de jeito nenhum, pra não sair de perto da minha mãe. Isso tudo é insegurança e medo. Foi o que eu não deixei passar pras gurias, eu sempre disse pras gurias que o mundo é muito grande e a gente tem que enfrentar, de repente lá eu estaria melhor. E até questões de trabalho, se a gente ficar num lugar só, de repente perde muitas oportunidades. E o mundo é nosso todinho. Nós temos que sair cavando oportunidades em qualquer lugar. E as gurias estão aí, soltas. A Laura, desde novinha, se tiver que ir pra qualquer lugar, ela vai e, quando eu era guria, eu tinha muito medo. Eu tinha muito medo de sair fora assim, a gente não tinha esclarecimento nenhum. Porque quanto mais tu ficavas em casa, mais achavam que estava certo.

E depois eu fui morar com a minha avó paterna: era eu de guria e eram oito homens com o meu pai. Eu ficava tomando conta da casa, lavando e passando a roupa deles, aquela coisa. Acho que a gente vai pegando aquela coisa de dona de casa e não consegue sair dali, eu tinha nove, dez, onze anos, até os catorze eu fiquei assim. Meu pai não incomodava, minha mãe saía de manhã e voltava tarde da noite. Então eu tinha que cuidar da roupa deles. O meu primo ainda tinha que deixar a calça bem frisada, que antigamente usavam; outros tinham que ter friso na manga da camisa. Mas hoje as pessoas não são mais

exigentes nem pra roupa, então é tudo mais fácil, as pessoas são práticas. É por isso que as pessoas não passam tanto trabalho. A gente se acostumava, ficava dentro da casa, não é aquela coisa que as gurias têm hoje de não querer fazer nada dentro de casa. Não sei também se já não nasceram pra não ficar só dentro de casa, porque a gente ficava. O chão tinha que esfregar de escova e esfregão de aço, pra passar no chão e ficar bem branquinho, aquelas coisas todas. Tinha que passar cera todos os finais de semana, era um trabalho que escravizava a gente um monte. Bom, mas aí já não era mais escravo, como eu vou dizer?... de fazenda, mas de casa. E isso vocês, hoje em dia, já não têm mais. A gente tinha que se acostumar a trabalhar em casa, se a gente sair vai fazer falta. Se liberta quando casa, mas depois vê que é a mesma coisa. E hoje ninguém é preso a nada disso, mudaram as cabeças, hoje se tem a cabeça mais aberta.

Eu espero me aposentar e fazer uns cursos, abrir a minha cabeça pra outras coisas, sair um pouco daquela mesmice. Porque a gente quando têm filhos que dependem só da gente, fica sempre naquela sistemática. Tu organiza a tua vida do jeito que eles não precisam se prejudicar em nada, possam cuidar da vida deles. E tu ficas ali na casa cuidando do sustento, organizando as coisas da casa e trabalha em função disso. Mas agora a Luanda já está lá pra São Paulo, e eu não sei se ela já não fica por lá. E a Laura também, já tem vinte anos, já está querendo arrumar a casa dela. Então, pra mim, é mais fácil de pensar só em mim, elas já sabem o que querem, já sabem onde buscar dinheiro, trabalhar pra se sustentar. Eu não preciso ficar tão preocupada em função delas, eu tenho outros tipos de preocupação com elas, mas de sustento já não mais, porque o fator econômico é o que prende e porque a gente não quer que falte nada pra eles. Eu sempre trabalhei, trabalhava feriado, trabalhava domingo, porque a gente foi criada assim. Eu tinha um outro tipo de serviço, fins de semana fazia outras coisas. Até há pouco, eu fazia ainda jantar pra fora e faço, quando tem. Mas a maioria do pessoal eu também já dispensei, já não faço tanto. Fim de semana era chá de panela, era chá de fralda, era jantar pra isso, era jantar pra aquilo. Eu dei uma parada, porque era muito trabalho, muita coisa. Então é diminuir, não preciso ficar tão apegada à busca da parte financeira. Já é mais calmo tudo, graças a Deus.

A mensagem que eu deixo é que se deve lutar para vencer os obstáculos. A gente consegue. Nós somos os únicos seres capazes de superar todas as dificuldades e temos forças pra lutar contra tudo, é só querer. Tem que ter vontade. Tudo o que a gente quer, a gente consegue, mas tem que querer. Tem que ter força de vontade. A gente não pode amarrar a felicidade da gente nos outros; tem que fazer pela gente. Pra ser feliz, tem que acreditar na gente e não nos outros.

Junara Nascentes Ferreira

Porto Alegre / RS



“Acho que o mais importante na minha trajetória foi ter mulheres negras que foram referências para mim, e toda vez que fui buscar essas referências, elas estavam sempre presentes”.

Sou Junara Nascentes Ferreira, tenho 27 anos, moro em Porto Alegre, e trabalho no Grupo Hospitalar Conceição, que é um dos maiores Grupos Hospitalares aqui da Região Sul, composto por quatro hospitais e algumas unidades básicas de saúde.

Sou filha de Maria Loiva, que era auxiliar de enfermagem, e José Metalúrgico. Tenho dois irmãos, a Joice e o Delismar, bem mais velhos do que eu. Minha mãe sempre trabalhou e meu pai, desde que nasci, já estava aposentado, em função de uma insuficiência cardíaca. Então, a minha mãe sempre trabalhou, trabalhava em um hospital na cidade de Canoas, que é uma cidade que fica na região metropolitana de Porto Alegre. Da nossa casa até o hospital onde ela trabalhava, dava mais ou menos umas duas horas de viagem. Ela trabalhava à noite.

Eu nasci e me criei em Porto Alegre, na Restinga, que é um dos maiores bairros, bem no extremo sul da cidade, mais ou menos a uma hora do cen-

tro. E que conta com uma história de marginalização de uma população que vivia na região central e foi movida para aquele local, bem extremo ao centro.

Meu pai tinha alguns problemas com alcoolismo e, nessa época, eu lembro que as nossas relações eram bem difíceis em casa, porque ele era uma pessoa bastante violenta, não só verbalmente, mas fisicamente também. Depois de algum tempo, meus irmãos saíram de casa, casaram; minha irmã foi morar sozinha, e ficamos eu, minha mãe e meu pai em casa e mais uma prima que minha mãe criava. Foi um período bem difícil porque a minha mãe trabalhava, o meu pai bebia, chegava bêbado em casa e, muitas vezes, brigava com a gente, que era pequena. Depois de algum tempo ele foi ficando muito doente, teve Alzheimer e esse período foi bem conturbado, porque ele esquecia o caminho de casa, se perdia na rua. Meus irmãos andavam no Instituto Médico Legal, nos hospitais, nas ruas, procurando por ele. Até o momento em que minha mãe decidiu colocá-lo numa clínica, porque não tinha condições dele ficar sozinho, junto com duas meninas de dez anos cada uma.

Minha mãe continuou trabalhando e eu ficava muito sozinha. Foi um período bem complicado para mim, porque eu estava entrando na adolescência. Ela sempre foi batalhadora e me incentivou a buscar, através da educação, uma melhor posição, melhor salário, melhores possibilidades. Ela sempre trazia a questão racial para dentro de casa e isso era muito interessante, porque muitas vezes a gente achava que ela era racista, mas na verdade, não. Ela sempre tentou colocar essa questão como uma preparação para a gente não se assustar lá fora; falava da questão nas relações de trabalho, nas relações escolares, no mundo.

Meu pai ficou muito doente e veio a falecer em 1997. Eu tinha 13 anos e, um mês depois de sua morte, minha mãe teve um acidente vascular cerebral (AVC). Esse foi um período bem difícil porque eu, que já ficava bastante sozinha, me senti totalmente sem chão. Porém, a minha mãe conseguiu se recuperar bem desse AVC, não ficou com sequelas nenhuma.

Nesse período fui estudar na região central, eu estudava no Colégio Inácio Montanha que ficava bem no centro. Nesses três anos de ensino médio fui bastante incentivada a não desistir de estudar, pela minha mãe, por professoras. Após três tentativas, em 2005, passei no vestibular e entrei na UFRGS, no curso de Enfermagem. Apesar de meu sonho em fazer medicina, fiquei feliz com essa vitória.

Chegando à universidade, senti um baque grande, porque todas as pessoas eram de classe média, classe média alta, brancos, descendentes de europeus. Na minha turma éramos umas 45 pessoas, e dessas, apenas três ne-

gros – duas mulheres e um colega homem. Dentro desse meu susto, fui procurar na universidade formas de me manter lá. Entrei no programa Conexões de Saberes, que tinha foco na permanência na universidade de estudantes de origem popular, em que eram considerados, entre vários quesitos, a questão de raça e gênero. Éramos 25 bolsistas desse programa, todos de origem popular, com concepções bem diferentes de sociedade. O projeto se constituiu num espaço de trocas e debates e, também foi o lugar onde eu consegui me sentir em casa dentro da universidade.

Em 2005, incentivados por um professor de Cabo Verde, formamos um grupo que se reunia para discutir vários temas e, entre eles, a questão étnico-racial dentro da universidade, as ações afirmativas e as cotas. Esse grupo passou a se chamar “Grupo de Trabalho de Ações Afirmativas” e passou a trabalhar com a questão das cotas dentro da universidade.

Dentro desse Grupo de Trabalho constituímos um núcleo de mulheres, formado principalmente de mulheres negras, mas tínhamos também mulheres brancas.

Inicialmente a gente trabalhou junto com o pessoal do DCE para constituir uma “calourada” sobre ações afirmativas. A gente trouxe várias vertentes, trouxe os indígenas pra falar da religiosidade, da cosmovisão das comunidades indígenas. Da população negra a gente trouxe a questão da religiosidade, da educação, da saúde. Foi bem legal porque a gente conseguiu fechar com um debate sobre o sistema de cotas e teve bastante público. Teve os prós e contra as cotas e foi bastante interessante. A partir daí eu acho que o grupo teve um fôlego maior, começou a fazer vários atos reivindicatórios junto às entidades do movimento negro, conseguiu de alguma forma dialogar e ser um interlocutor do movimento negro dentro da universidade. E num desses atos a gente conseguiu com que o reitor se comprometesse a constituir um programa de ações afirmativas. Ele se comprometeu, junto às entidades do movimento negro que estavam ali presentes nesse ato, a discutir isso dentro da universidade. Nesse contexto, o Grupo de Trabalho de Ações Afirmativas formulou uma proposta de ações afirmativas e essa proposta tinha um recorte étnico-racial, entendendo que a questão social vinha junto com a questão racial, como sempre vem. Então, se constituiu na universidade uma comissão que ia formular a proposta de ações afirmativas, que utilizou a nossa proposta como base para construir a dela. Também conseguimos discutir e compreender essa vivência da população negra, das mulheres negras. Até a metade do curso de graduação eu vivi na Restinga. Na rua em que eu morava, e que a minha família ainda mora, tem três pontos de tráfico de drogas. A nossa relação com eles sempre foi tranquila, mas as relações que eles tinham com

os outros grupos do tráfico e com a polícia, sempre foram muito conturbadas. Vivíamos num ambiente em meio a tiroteios e muita violência. Apesar deles terem uma relação tranquila com a vizinhança, às vezes, quando eu estava chegando em casa, tinha que voltar, esperar um pouco para não ser vítima da violência. Porque, às vezes, a polícia batia; às vezes, os grupos rivais entravam na rua e tentavam tomar a “boca”. Isso sempre foi bem complicado, mas me chamou a atenção os trabalhos das ONGs que tinham lá. Eu nunca tinha participado de movimentos, até entrar na universidade e o interessante é isso, porque foi depois da universidade que eu entrei numa ONG. Era o Fórum de Educação Restinga Extremo-Sul, que trabalhava nas escolas com os alunos dali, com as questões de gênero, raça, socioeconômica, de ambiente, de sustentabilidade, de profissionalização dentro das escolas. O Fórum era dividido em núcleos e eu fiquei no Núcleo de Etnias, passei a fazer uns trabalhos bem interessantes nas escolas. Junto com as companheiras do GT da universidade fizemos várias palestras sobre ações afirmativas, sobre cotas e o interessante é que esse trabalho contribuía cada vez mais para que refletíssemos sobre as questões étnica-raciais e as relações de poder que se constituíam em torno dessas relações e constatar que a escola era um local central para a manutenção desse status de desigualdade racial. Conversávamos muito com os professores e ficávamos chocadas também com a postura deles frente a ter uma turma que era quase 80% negra e sem nenhuma discussão sobre racismo e preconceitos. Para eles o problema dos alunos se dava por serem pobres, morarem num bairro de periferia, e não por seu pertencimento racial. Era tudo uma questão socioeconômica. Questionada sobre o conteúdo curricular, uma professora de história me respondeu que não valia a pena aprofundar questões que eles não vão utilizar, porque, no máximo, eles vão ser doméstica e lixo. Apesar dos argumentos, não consegui convencer essa professora que via esses alunos apenas como futuros profissionais de limpeza.

Eu saí da Restinga por questão de deslocamento mesmo, porque era muito longe, era muito cansativo. Então eu decidi por vir morar mais próximo da universidade.

Hoje em dia eu não estou mais desenvolvendo nenhum trabalho na Restinga, mas a minha família continua morando lá. Eu ainda tenho muita vontade fazer algum trabalho lá, mas em função dos meus horários, do meu trabalho e da pós-graduação não está sendo possível. Eu trabalho num hospital e tenho plantões sábado, domingo, e isso dificulta bastante.

Na escola em que eu estudei, a mesma onde fui fazer trabalho junto com a ONG, era notável que tinha racismo em todas as suas instâncias, em todas as relações, mas uma coisa que me marcou profundamente partiu de

um professor de história que era muito legal, muito parceiro. Ele perguntava pra gente o que esperávamos do futuro. Eu estava na 7ª série e na aula disse que queria ser médica, que eu gostaria de fazer uma universidade. Então um colega de classe, negro, me disse que eu nunca ia conseguir isso porque o negro jamais conseguiria chegar à universidade. Respondi a ele: “mas eu vou conseguir!”. Acho que aquilo ali foi um divisor de águas, pois eu já tinha toda a fala da minha mãe sobre a questão racial e ao ouvir a fala do colega pensei que não seria isso que me faria desistir. Pelo contrário, me daria mais força para seguir em frente. Porque uma coisa que a minha mãe sempre dizia é que só conseguiríamos melhorar a nossa condição socioeconômica através do estudo, não havia outra maneira lícita pra fazer isso.

Eu ingressei faz mais ou menos dois anos na instituição em que eu trabalho atualmente. É uma instituição pública de saúde, que tem uma história dos trabalhadores se organizarem em torno das questões sociais dentro do hospital. E lá tem uma Comissão Especial de Promoção da Igualdade Racial, a CEPPIR, que conseguiu, há alguns anos, implementar as ações afirmativas para o ingresso na instituição. Tem cotas no concurso público, na seleção pública que é feita. Eu ingressei nesta instituição por meio das cotas, eu sou cotista, inicialmente como temporária. Fiquei uns três meses nessa vaga, passando por várias especialidades. Quando veio a minha vaga definitiva, fui para a Unidade de Tratamento Intensivo (UTI). Foi um susto bastante grande porque se eu fosse imaginar um lugar em que eu nunca trabalharia seria na UTI. Eu mudei de setor faz uns dois anos mais ou menos. Quando fui anunciar para minha chefe que mudaria de setor, ela me disse que eu fui uma “surpresa muito boa”. Mas aí eu fiquei pensando: “porque eu fui uma surpresa muito boa?”. Seria porque eu sou uma mulher negra e sou cotista? Por que uma surpresa boa? E em toda a carga simbólica que tinha essa frase. São nessas relações, por mais sutis que sejam essas falas, onde fica explícito que eu sou uma mulher negra. E, também, onde fica embutida toda carga de racismo velado. Eu me senti totalmente racializada. Lá era um ambiente em que nós éramos cinquenta e nove enfermeiros e, destes, éramos apenas quatro negros. Mesmo sendo uma instituição que tem cotas no seu processo seletivo. Então essa frase me fez pensar várias coisas, tanto que eu comentei com as minhas amigas que são mulheres negras também e elas concordaram comigo com essa questão da “surpresa boa”.

Hoje acho que as coisas já mudaram muito. Tenho uma irmã que é mãe solteira e tem uma filha, a Natália, que me vê como uma referência e isso é muito importante. Porque ela consegue se enxergar em mim e de alguma forma, posso incentivar essa menina para que ela continue. A Natália tem onze anos. E, mesmo estando num bairro que tem todo esse nível de violência, que as pessoas são marginalizadas, desacreditadas, desde o jardim de

infância até onde ela conseguir chegar, até onde ela conseguir aguentar, é uma coisa bem importante que ela me tenha como referência, mesmo que resulte em uma carga bem pesada dentro da família. Os meus irmãos e a minha irmã não quiseram continuar estudando e por essa razão é importante que a Natália tenha outras visões de mundo.

No plano pessoal, acho que venci várias batalhas, mas ainda têm muitas conquistas a se concretizar. E ainda tenho que me esforçar bastante em nível profissional. Quero desenvolver trabalhos em alguns lugares, mas eu preciso ter uma formação que me ajude, além de um ambiente de trabalho que permita que eu possa me desenvolver melhor.

Hoje em dia estou bem feliz porque consegui comprar meu apartamento, ainda esta semana. É uma coisa que eu nunca imaginei. Eu estou comprando sozinha, sem ajuda de ninguém. Tenho o meu trabalho que valorizo muito e consegui entrar no mestrado em uma universidade pública. São coisas que, para mim, contam muito. Porque são coisas pelas quais me esforcei e não desisti, mesmo com todas as adversidades que teve nesse processo. Por exemplo, a minha entrada no mestrado foi bem complicada, porque eu fiz uma seleção na Fundação Oswaldo Cruz, que trabalha com a questão da saúde, e o meu projeto era sobre saúde da população negra. Fui muito bem na prova, passei pra entrevista, apresentei meu projeto, meu curriculum e nessa etapa de projeto, curriculum e entrevista, eu fui totalmente eliminada. Eu tirei 20% do que valia. No outro ano, tentei a seleção aqui em Porto Alegre, na UFRGS, e com o mesmo curriculum, com o mesmo projeto, só mudei a data do meu projeto e no meu curriculum eu acrescentei eventos, esse tipo de coisa. Não tinha nenhuma publicação a mais e eu passei aqui, numa área totalmente diferente da minha que foi a sociologia. Eram 20 vagas e eu fiquei em 7º lugar. Quando eu saí da FIOCRUZ e vi a minha nota, fiquei bastante chateada e sabia porque eu estava sendo reprovada. Não era pela competência que eu tinha em fazer a prova, a entrevista, o projeto. Nada disso foi analisado, apenas olharam o meu fenótipo que vem carregado de toda a questão racial. E eu só não me deprimi mais porque tinham pessoas que diziam: “não, tu não tem que desistir”, mulheres negras que são referências pra mim, que conversaram comigo. A minha mãe também, que disse: “minha filha, vai ser difícil, ainda mais com esse teu tema, mas continua tentando, tu vai conseguir; tu tens capacidade pra isso”. Essas sutilezas muitas vezes fazem algumas pessoas pararem no meio do caminho, porque com o baque que eu tive, me deu vontade de desistir, eu fiquei revoltadíssima, porque estudei, me esforcei para fazer o projeto e a prova, gastei dinheiro para ir ao Rio de Janeiro fazer prova. Depois disso eu disse que não ia fazer mais pós-graduação. E daí as minhas amigas do Grupo de Trabalho me incentivaram muito e hoje estou na

Sociologia da UFRGS; na Sociologia, fazendo o meu mestrado. Então, um dia, eu acho que a gente vai conseguir. Eu acho que essa leva de ações afirmativas, as pessoas que são mais comprometidas com isso, que são fruto de toda essa questão histórica das ações afirmativas, dentro desse comprometimento que têm, elas vão acabar indo para essas áreas. Por exemplo: eu gostaria de ser uma professora universitária da área da enfermagem. Por mais que, por exemplo, eu hoje em dia goste de estar na área das ciências humanas, eu acho que é importante eu ir pra enfermagem. Porque não tem professores negros. Na faculdade de enfermagem tinha duas professoras negras. E a enfermagem no Brasil tem toda uma trajetória das mulheres negras, de estarem envolvidas no cuidado, na saúde, porque ninguém queria cuidar. Na minha avaliação muitos direitos foram conquistados nessa trajetória do movimento negro, em todos os lugares do Brasil. Não dá pra dizer que não. Porque em todo lugar sempre teve uma discussão étnica-racial, nem que fosse pautada por uma única pessoa. Acho que direitos foram conquistados, mas eu acho que ainda não são plenamente exercidos pela população negra, que conta com uma trajetória do desconhecimento dos seus direitos mais fundamentais. Tem muita gente que não sabe nem que tem direito, que tem Ministério do Trabalho, que saúde é gratuita. Falta empoderamento da população negra para acessar esses direitos que foram duramente conquistados, à custa de muita luta dos movimentos negro e de mulheres, para que o Estado formulasse políticas públicas voltadas para a população negra, para a mulher negra, em vários âmbitos: trabalho e emprego, saúde, educação. Eu considero que nosso maior desafio, hoje, é o empoderamento da população negra, pra que ela possa exigir do Estado a concretização desses direitos e a implementação das políticas públicas, que já existem na lei.

Eu acho que as mulheres negras batalharam muito ao longo de toda a sua trajetória, desde a considerada menos exitosa na sua trajetória, até a mais exitosa. Porque as mulheres negras são chefes de família, são elas que acabam mantendo a discussão étnica-racial dentro daquele ambiente. Elas que mantêm, de certa forma, a família negra. Porque os homens negros não se veem obrigados a fazer essa discussão, não têm toda aquela coisa de manter a família negra. Então eu acho que as mulheres negras têm vários desafios, elas são as mais marginalizadas, em qualquer âmbito que a gente possa pensar: na questão de gênero, na questão de raça, na questão do trabalho, da saúde. E eu acho que, mesmo com toda essa adversidade nessas trajetórias, essas dificuldades, as mulheres negras continuam sempre tentando e lutando para que se vejam essas mulheres de uma forma diferente.

Esses dias eu estava olhando a novela e fiquei pensando como a mulher negra é vista na sociedade, como ela é representada numa novela e isso

incomoda bastante. Porque nós não somos aquilo! Eu gostaria muito de ver na novela uma mulher negra exitosa, que ela tivesse família, que a trajetória dela fosse mostrada, que ela tivesse um nome, que ela tivesse um emprego ou que ela estivesse buscando um emprego. E que mostrasse as mulheres que são também exitosas. Porque eu acho que toda essa questão de como nós somos vistas socialmente, acaba influenciando aquelas menininhas. Por exemplo: um dia a Natália, minha sobrinha, me ligou chorando por causa da Dança dos Famosos. Era a edição da Sheron Menezes e ficou evidente que aquilo ali foi uma coisa manipulada, e ela me ligou chorando: “Dinda, a Sheron perdeu!”. Eu fiquei pensando na questão da violência simbólica com aquela menina negra, que é uma criança e que está vendo que ela não vai ganhar nem um concurso de dança em que ela foi do início ao fim a melhor. Que nem sendo a melhor ela iria conseguir. Essa violência simbólica que nós sofremos, e que muitas vezes o homem negro – nem sei porque –, mas ele não consegue. Acho que é uma questão de administrar essa questão. Mulher eu acho que consegue administrar melhor, porque ela acaba sofrendo mais com o machismo e com o racismo.

Eu espero que no futuro a gente possa viver num mundo que não tenha racismo. Eu tenho certeza de que eu não vou viver isso, que meus filhos não vão ver e, talvez, meus netos não vão ver. Mas eu fico pensando no quanto as pessoas que vieram, me antecederam, trabalharam pra isso e que eu tenho também essa obrigação, de continuar essa luta, essa reivindicação. Nesse momento a gente conseguiu que se tornasse um direito, mas ainda tem um desafio que é o exercício desse direito pela população negra. Eu vejo o futuro com bons olhos. Acho que no momento em que tivermos pessoas comprometidas nas instâncias decisórias, vamos conseguir que essas políticas sejam implementadas, sejam gozadas plenamente pela população. Eu espero que a gente um dia consiga isso, acho que esse é o grande desafio.

A menina negra que nasce agora... que essa menina negra sempre continue, por mais adversa que seja a sua trajetória, que se cerque de pessoas que tenham sintonia com essa trajetória e que possam dar força para ela nesse momento. Porque acho que o mais importante na minha trajetória foi ter mulheres negras que foram referências para mim, e toda vez que fui buscar essas referências, elas estavam sempre presentes. Por exemplo: a Conceição, pra mim, é uma das maiores referências, ali, dentro da UFRGS, que sempre esteve com a gente. Então, são pessoas que eu me vejo nelas, que são minhas companheiras e que são muito importantes pra mim. Porque eu acho que, sozinhas, a gente não vai conseguir. A gente tem que discutir com as mulheres negras, a gente tem que continuar na luta, porque só assim a gente vai conseguir melhorar as condições de vida da mulher negra.

BAMIDELÊ

Paraíba

A gente escolheu Dandara porque ela chegou à Bamidelê por conta de nossa articulação na universidade. Ela fez estágio na organização. E também porque ela fez um processo de reafirmação da identidade muito forte e simbólico. Tanto que ela diz que foi a partir da chegada dela na instituição que ela “soltou o cabelo”. E também porque, mesmo seu pai sendo do movimento negro, ela diz que obteve sua identidade – enquanto mulher negra – a partir da aproximação com a organização.

No caso de Verônica Lopes, como a Bamidelê trabalha também em outra cidade, nós a conhecemos lá e a indicamos porque ela é “aquela mulher de comunidade”. Porque ela não é de uma organização de mulheres negras especificamente, mas a partir de nossa articulação, elas fazem essa discussão lá. Ela também tem todo um histórico de violência, de racismo e hoje está na universidade. Então é também um exemplo de superação. Mas especificamente, a gente escolheu por conta do lugar em que ela vive, o debate está sendo feito naquele lugar, do jeito delas e a gente tem acompanhado desde o início, e hoje elas tocam o trabalho. Muito do desejo nosso da pauta racial entrar em outros espaços deve-se ao trabalho de Verônica.

Verônica Lopes de Souza

Santa Rita / PB



“A gente, com certeza, planta hoje para colher amanhã.”

Eu sou Verônica Lopes de Souza, moro em Santa Rita, tenho 44 anos. Tenho uma filha de quinze anos, sou divorciada e estou no segundo relacionamento, segundo casamento na minha vida.

Moro no bairro de Tibiri 2, em Santa Rita, e trabalho na comunidade Marcos Moura, que é uma comunidade muito periférica e muito carente dos trabalhos sociais. Lá eu desenvolvo um trabalho com mulheres há mais de dez anos, numa Associação, conhecida pelo nome de Associação Mulheres da Vida, da qual eu sou uma das sócias-fundadoras. Nesse espaço a gente trabalha com o fortalecimento do grupo de mulheres, proporcionando às mulheres cursos profissionalizantes, formação, curso sobre direitos da mulher, formação com seminários, participação em fóruns, palestras, feiras educativas, atos públicos, tudo isso em parceria com outras ONGs locais e com ONGs também em nível estadual.

Venho de uma família muito grande, sou de uma família de dezesseis irmãos. No momento tem dez vivos. Minha mãe atualmente é viúva, faz 15 anos que ela é viúva. Sou de uma família pobre, meus pais negros, nossos bi-

savós paternos e maternos também foram negros. A gente sempre teve consciência da condição de nossa negritude por conta de nossos pais. Minha mãe sempre disse, deixou isso pra gente bem nítido na nossa criação, na formação que a gente teve enquanto pessoa, enquanto cidadãos.

Me descobri muito nessa questão da negritude, como mulher negra, principalmente diante dos movimentos sociais em que eu comecei a participar, dentro dos trabalhos de igreja. Trabalhei muito tempo na minha adolescência na questão das Comunidades Eclesiais de Base / CEBs. Era um órgão muito bem articulado e perto da questão dos movimentos sociais e, dentro das CEBs, comecei a participar da Pastoral da Criança, depois na Pastoral do Menor. Foi na Pastoral do Menor onde eu comecei a me identificar muito com essa questão da mulher negra, porque tinham algumas temáticas que falavam da questão do racismo. Foi onde eu procurei me apropriar mais desse tema e, me apropriando, me identificando enquanto pessoa negra. Depois do movimento na Pastoral do Menor, passei realmente para a Pastoral de Mulheres, para o movimento de mulheres. Então foi daí que partiu essa conscientização enquanto mulher negra, de trabalhar com mulheres negras e fazer com que essas mulheres, que nós, enquanto pessoas negras, fôssemos mais reconhecidas, mais vistas, mais valorizadas. Até por conta, também, do dia a dia, das questões discriminatórias que a gente tem, né?

Tive grande dificuldade na questão do trabalho no início da minha vida, da questão profissional, por conta dos estudos precários que eu tive, por conta da grande família, e que minha mãe não pode dar os estudos que esperava. Tive um estudo muito precário. Tanto que hoje, com 44 anos, é que eu estou concluindo a questão do ensino superior, estou me formando agora esse ano em Pedagogia. Foi por conta dessa trajetória difícil, do aprendizado, do acesso à educação, pela questão também econômica que os meus pais tinham, que a gente não pôde ter mais do que se teve.

Diante da minha trajetória de vida, do que eu passei, vejo muitas mudanças hoje. Principalmente dentro desse mundo social que a gente luta tanto e pede tanto por transformações. Há, vamos dizer assim, há vinte anos, eu não distinguia, eu não via muito essa questão de políticas públicas direcionadas para a população negra. Não se tinha isso, não se falava isso, não se falava nem na questão de políticas públicas, quanto mais direcionadas para a população negra. Essa é uma das modificações de que eu me sinto protagonista da história. Eu me sinto participante dessa história de mudança, de reivindicar essas políticas públicas, de reivindicar essas coisas, diante do que eu já pude participar. A partir do momento em que eu participei de uma palestra, de uma formação. Hoje eu participo de seminários, de conferências, onde a gente vê

e sabe que é a partir de lá que surgem as leis, que surgem as propostas, que surgem as demandas e que é a partir daí que a gente pode fazer as mudanças. Então as mudanças que eu vejo, do que se passou há vinte, trinta anos atrás para hoje no mundo atual. Nesse mundo, a gente pode dizer assim, que houve crueldade com a questão da negritude, e até hoje se tem essa imagem da cor negra, da questão escrava, da questão de submissão, mas teve evolução realmente na história. E foram lentas e está sendo lento, mas a gente já vê hoje nitidamente essas mudanças, resultado dessa reivindicação, desses acontecimentos que estão ocorrendo dentro das políticas públicas que a gente lutou, há vinte anos, para se ter hoje. E que a gente vai continuar lutando para se ter no amanhã, para nossos filhos e filhas. A gente, com certeza, planta hoje para colher amanhã. E com certeza não é a gente que vai colher, é a pessoa que vai vir atrás da gente, como a gente está colhendo frutos de pessoas que plantaram. Então é por aí que eu vejo essas mudanças sociais, essas mudanças de vida que se tem.

Uma das coisas que eu deixo, com muito prazer, com muito orgulho hoje, até num âmbito particular, pessoal, é, por exemplo, uma das coisas que eu vou deixar pro futuro: a minha filha. Ela que hoje se diz uma menina superpolitizada, bem formada, esclarecida quanto à questão da sua cor, no que quer, no que se planeja, as suas metas de vida enquanto mulher negra. Eu deixo essa luta de hoje, por uma Secretaria de Políticas Públicas para questão da mulher negra, da população negra, por aqui. Hoje a gente tem uma Coordenadoria, mas com certeza daqui há dois ou três anos a gente vai ter secretaria, secretarias, nos municípios. E outras lutas também que a gente tem que ver hoje lá, pro meu município, é a coordenadoria para mulheres. Que lá não tem.

Então são coisas que a gente está lutando hoje no dia a dia para gente ter amanhã, no futuro. É esse futuro que a gente pretende deixar aí, essas reivindicações, essas lutas escritas, realmente leis, para que sejam cumpridas.

Dandara Batista Correia

João Pessoa / PB



“A questão do cabelo é muito central, porque mexe com a nossa feminilidade e nossa beleza, nossa imagem.”

Meu nome é Dandara Batista Correia, tenho 23 anos, moro no bairro de Mangabeira, que é o bairro mais populoso da cidade de João Pessoa, na Paraíba. Atualmente eu estou trabalhando na Secretaria Municipal de Saúde de João Pessoa, como coordenadora da Área Técnica de Saúde da População Negra. E também participo da ONG Bamidelê – Organização de Mulheres Negras na Paraíba.

Na verdade, sou natural de Recife, Pernambuco. Toda a minha família é Pernambucana. Só tem um paraibano na família, que é o meu irmão mais novo. Meus pais moravam em Recife e meu pai vinha trabalhar em João Pessoa. Teve um tempo em que não dava mais pra ficar indo e vindo de Recife e aí resolveram morar em João Pessoa.

Eu tive uma vida, tenho até hoje, uma vida muito simples. Minha família é muito simples: moro numa casa pequena, num bairro populoso. Sempre estudei em colégio público. Tive a oportunidade de estudar em colégio particular devido a uma bolsa de estudos que ganhei por ser atleta e ter me

destacado em algumas competições. Tive uma infância muito boa, brinquei muito na rua, muito mesmo. Não tenho o que reclamar da minha infância.

Acho que uma das características da minha infância foram as brincadeiras da rua, todas as brincadeiras possíveis, eu brinquei de barra bode, baleado, menino pega menina, eu vivi muito. Lógico que, como eu sou de origem muito humilde, eu nunca tive brinquedo do ano, nunca tive a Barbie, mas era muito feliz. Adorava escrever em diário toda a minha vida. Acho que a habilidade que eu tenho hoje pra escrever vem daí: eu tinha três diários, eu escrevia tudo.

Fiz catecismo. Desde os nove anos de idade que eu me envolvo na comunidade católica lá onde eu moro. Fiz parte de um grupo de oração carismático e pra mim foi muito importante. Foi onde eu desenvolvi todas as minhas habilidades artísticas, com música, com teatro, com a dança.

O meu contato com o racismo, na verdade, foi na escola. A escola tem um papel muito importante na construção da nossa identidade, porque a identidade é realmente uma construção social. E eu sofri muito, muito mesmo. Fui muito estigmatizada na escola por causa do cabelo, cabelo “bombril”, cabelo ruim. Tem um apelido que eu ouvia, que até hoje quando eu lembro, não gosto de lembrar, porque era uma época que me fez sofrer muito: “pão queimado”. Meus colegas me chamavam assim e eu ficava irada. A questão do cabelo é muito central, porque mexe com a nossa feminilidade e nossa beleza, nossa imagem. Então, por muito tempo eu quis alisar o cabelo, para me sentir mais aceita socialmente no meu grupo de amigos. Minhas amigas eram brancas, e eu ainda lembro que, quando era pequena, pegava uma fralda e botava no cabelo, botava um diadema. Eu me sentia maravilhosa, me sentia com o cabelo no ombro, né? Porque o meu cabelo, por ser crespo, não tinha todo aquele balanço como os cabelos das minhas colegas brancas tinham. Eu sofri muito com a questão do cabelo.

Mas apesar de tudo, eu sempre me senti muito bonita. Porque o meu pai tem um papel muito importante na construção da minha identidade: sempre dizia que eu era uma negra, que eu era princesa, que eu era muito linda. E aí realmente remetia toda a história de Dandara, liderança negra, esposa de Zumbi dos Palmares. Eu cresci em um contexto familiar em que o meu pai é do movimento negro e colocou meu nome, assim como o nome do meu irmão mais novo, Zéodele, nome de origem africana. A gente cresceu nesse contexto, de se afirmar enquanto negra. Meu Deus, como é engraçado o processo da gente, a nossa infância, a nossa formação. A nossa família influencia muito na forma como a gente compreende o mundo. Eu crescia muito com o meu pai.

Eu tenho hoje uma familiaridade muito grande com as pessoas negras, me sinto muito parte das pessoas negras, mesmo que eu não conheça. Eu tenho muita compaixão com o sofrimento, me familiarizo muito, me identifico muito rápido com as pessoas negras. E eu lembro que meu pai sempre dizia quando passava algum negro na televisão: olha o seu irmão, olha a sua tia, olha o seu tio. Qualquer pessoa negra que aparecia na televisão ele dizia que era meu irmão, meu parente, dizia “venha ver seu tio”! Aí acho que cresceu esse sentimento meu assim, muita familiaridade com as pessoas negras. Tanto que eu valorizo muito a minha origem negra, a minha raça negra, as pessoas negras, a beleza negra. Me identifico muito, sou muito solidária mesmo. Até porque cresci num ambiente em que meu pai teve um papel importante de me fazer ter essa identificação com a população negra em geral, teve essa importância dentro da minha casa.

Minha mãe também é muito significativa, é referência para mim, no sentido que ela sempre me apoiou muito.

Eu sempre tive um espírito de liderança, só recentemente tenho reconhecido isso. Desde pequena eu protagonizei a construção de jornal estudantil na escola. Na época, na minha escola não teve professor, a gente foi atrás de professor. Na época do jornalzinho, a gente ia na rua principal lá do bairro pedir dinheiro, pedir patrocínio pra fazer esse jornal, como desabafo mesmo dos alunos. Meu maior orgulho esse jornal, muito bacana! Depois a gente não conseguiu mais por falta de recurso e por a escola não valorizar mesmo a juventude. Eu era atleta, joguei handebol mais de nove anos. E fui capitã do time. Então fui identificando na minha história um espírito de liderança. Eu acho que é dessa ancestralidade negra, de lutar para protagonizar a sua própria história. Eu trago muito isso dentro de mim. Procuro estar sempre à frente. Na universidade fui oradora, fui do movimento estudantil e fui do centro acadêmico. Em muitas histórias, eu protagonizo muitos processos, muito da liderança. Identifico isso, mas sempre remeto à minha história, à história do meu povo, que eles mesmos lideraram e construíram sua história.

Na minha vida tudo foi muito difícil, pelas condições objetivas, impostas mesmo pelo racismo, mas consegui superar muitas dificuldades. Meu contexto nunca foi favorável. Eu lembro que na turma todo mundo tinha um salário. Eu sempre fui a última a ter as coisas, pelas condições de vida, por meu pai ser autônomo, minha mãe dona de casa, meu irmão também, meus dois irmãos eram atletas. Hoje meu irmão mais velho mora em Recife, trabalha; meu irmão mais novo está cursando Fisioterapia. Sempre o que eu sonhei, eu sempre conquistei, tem muitos sonhos, mas eu vejo como conquista, em vários aspectos.

Hoje sou assistente social, sou mestranda do curso de Assistência Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, também faço uma especialização pela UFPB e essa especialização em Política do Cuidado.

Eu, profissionalmente, não estou realizada, quero muito passar num concurso público, de preferência na área jurídica. Mas estar no mestrado é uma conquista, estar atuando na Secretaria Municipal de Saúde é uma conquista. Ter vindo pra Bamidelê: a Bamidelê tem uma importância muito grande na minha vida, a afirmação da minha identidade, os conhecimentos, a experiência foi muito enriquecedora para minha vida, para ampliar a visão de mundo. Fazer parte dessa ONG, estar atuando, ver algumas conquistas materiais, enfim, tenho outros sonhos, mas me vejo em muitas conquistas. E, assim, fico motivada a superar as dificuldades.

A gente faz uma comparação, embora ainda seja difícil para nós, negros, acho que o acesso à informação, pela revolução tecnológica, muda muito o país. Eu acho que no plano da comunicação, das informações, o Brasil melhorou muito da minha infância pra cá. A gente consegue acessar mais informações, a gente consegue viver a revolução tecnológica. Eu acho que mudou.

João Pessoa é uma cidade que também avançou muito. A gente percebe que nos últimos oito anos João Pessoa é uma cidade urbanisticamente mais organizada, com espaços de lazer que não tinha, com praças. É agora uma cidade mais agradável de viver, embora a gente perceba que hoje João Pessoa tem muita dificuldade de mobilidade, cresceu muito, as pessoas compraram muito carro. Que bom que compraram, comprem quem tem a oportunidade de comprar. Mas urbanisticamente a gente sabe que tem que ter planejamento numa cidade. No aspecto da saúde, eu considero muitos avanços: a gente tem uma atenção básica muito mais focada nos seus aspectos preventivos e promoção da saúde. Mas na questão do racismo, acho que não temos. Temos que dar visibilidade a avanços como a Política de Saúde da População Negra, como a Lei 10639, como as cotas nas universidades, que a gente lutou muito pra isso. Enfim, essas políticas são desdobramentos de nossas lutas. Porém, o racismo continua presente sutilmente lá no imaginário da população.

Quanto a nós, mulheres negras, ainda temos que provar – duas, três vezes, infelizmente – a nossa competência. Eu vejo muito isso, a desigualdade. Percebo muito isso enquanto mulher, atuando na Secretaria, nas diferenças salariais. A gente tem que estar constantemente provando que é capaz. Isso aí é muito complicado. Mas é o próprio racismo que impõe.

A negação do racismo impede que as nossas demandas, enquanto mulheres negras sejam atendidas. É muito comum os profissionais, as pessoas,

a sociedade, negar que nós sofremos por nossas especificidades: além de ser negra, ser mulher. E há, ainda, aquela ideia da mulher universal, ainda só da mulher, de gênero. Mas também tem a dimensão racial. Eu acho que a mulher negra tem que estar sempre provando, ainda sofre muito. Eu digo por mim: a questão dos padrões. Teve um evento agora, na televisão, da “Garota Fantástica” e o cara disse: estamos à procura de um padrão clássico de beleza. Na verdade, ele disse de beleza clássica e depois pegou algumas meninas e mostrou, “isso aqui é uma beleza clássica”: mulheres magras e nariz afilado. Eu disse: mas como procurar uma beleza clássica no Brasil, um país tão miscigenado, em que a nossa beleza é diferenciada? Porque a gente consegue, nas nossas características, trazer heranças de várias raças. E, aí, a gente não é magra não, a gente tem perna, a gente tem bunda, nosso nariz é diferente, nosso cabelo não é liso, é encaracolado, é crespo. Ver isso ainda posto na televisão, na mídia, é uma opressão muito grande para as mulheres negras. Os padrões de beleza são tão perversos que a gente tem que estar realmente nos embranquecendo para nos inserirmos em alguns espaços, sermos aceitas e nos sentirmos bonitas. Quando a gente sai com meninas brancas, a gente percebe as diferenças: a atenção dos rapazes não vem pra nós, meninas negras, embora nós sejamos negras lindas. Temos que estar provando que somos muito competentes, que a gente é linda; a gente tem que se embranquecer.

Tem o plano objetivo, de acesso, das desigualdades raciais, das desigualdades sociais, de acesso às condições de renda e tal. Mas o plano subjetivo dificulta muito a conquista da gente, as conquistas sociais para a gente, porque a sociedade acaba nos convencendo de que a gente é inferior, de que a gente é feia e isso, às vezes, cria obstáculos na construção do nosso ser, na hora da gente galgar outros espaços, outras oportunidades.

Eu tenho um sentimento muito assim, um desejo amplo, não só para minha vida pessoal: desejo muito, muito mesmo, estar no mestrado e encontrar mais pessoas negras, estar na Secretaria de Saúde atuando na gestão e encontrar pessoas negras. Porque eu me sinto muito isolada em alguns espaços. Eu queria muito ter a oportunidade de ver meu povo negro ocupando outros espaços, eu sonho muito com isso. Acho que as cotas são uma conquista social, acredito muito nessa política afirmativa. Quero muito ter a oportunidade de ver o meu o povo acessando esse bem da humanidade que é a universidade, que é a produção de conhecimento. Então meu futuro é esse, ver pessoas negras ascendendo socialmente, e a sociedade brasileira não tendo mais que nos tolerar, mas convivendo com nossas diferenças. Porque o acontece muitas vezes quando um negro ascende na sociedade é que ele fica tolerável. Que ele não seja tolerado, mas que seja reconhecido enquanto negro, enquanto sujeito político, sujeito social, com sua dignidade humana nessa sociedade.

Para a menina que nasce agora eu desejo que essa negra possa crescer e se desenvolver. E construir sua identidade tendo como referência não padrões estéticos de beleza, mas reconhecer a sua essência que está na sua história, na sua ancestralidade. E espero que ela tenha a oportunidade de crescer num ambiente... Porque eu sei que o ambiente é desfavorável demais pra construção da nossa identidade negra. Mas que ela pudesse crescer em um ambiente pelo menos familiar e escolar em que a história do seu povo pudesse ser contada com outra versão, que é a versão do povo que a construiu, que é a versão do povo negro. Que pudesse ter a oportunidade de estar numa escola, de ouvir a história do seu povo, não narrada do ponto de vista do branco, do europeu, da princesa Isabel, que aboliu a escravidão. Que ela tenha a oportunidade de estudar e estar em um ambiente em que esteja bem, que aceite seu cabelo, que se ache linda. Que em sua casa seus pais, sua família, valorizem sua beleza, como o meu pai dizia que eu era negra, que eu era linda, que eu era princesa, isso me ajudou muito na construção da minha identidade. Espero que crianças que estão nascendo agora possam ser amadas e se sentir especiais por aquilo que são, nada de imposição racista e opressora de nossa sociedade.

CASA LAUDELINA

São Paulo

Indicamos a companheira Aparecida do Carmo, conhecida carinhosamente por “Tida”, por ser uma mulher negra, trabalhadora, que despertou sua consciência política na juventude, fazendo o enfrentamento nos movimentos populares, negro, de mulheres, nas periferias da cidade metropolitana de Campinas. Superou todas as dificuldades oriundas do racismo, do sexismo, se construindo na luta cotidiana.

Continua vencendo obstáculos e lutando por políticas públicas de equidade de gênero e étnico-racial. A superação mais recente ocorreu este ano de 2012, no Hospital das Clínicas na Unicamp, seu local de trabalho. Foi vítima de racismo institucional, sofreu retaliação e perseguição política por parte da Chefia. O que garantiu a superação destas violências e violação foram os laços de solidariedade existente nos movimentos e as amizades comprometidas na luta por um mundo melhor, sem racismo, sem sexismo, sem classismo, lesbofobia e intolerâncias conexas. Nesta perspectiva, entendemos que visibilizar a trajetória desta mulher negra é propiciar que outras mulheres negras, ao tomarem conhecimento desta trajetória de luta, se fortaleçam, se vejam e se reconheçam como protagonistas destas histórias de vida, rumo à superação das desigualdades, pois somente a luta garante conquistas.

Aparecida do Carmo Miranda Campos (Tida)

Campinas / SP



*“A luta é contínua enquanto estivermos numa sociedade tão desigual,
mas acredito que um outro mundo é possível.”*

Eu me chamo Aparecida do Carmo Miranda Campos, tenho 52 anos, resido em Campinas, São Paulo, e trabalho no Hospital de Clínicas da UNICAMP. Sou formada em Serviço Social e fiz especialização em Família e Instituição na PUC em 1991. Sou casada há 26 anos, tenho um casal de filhos – ele com 25 anos; ela com 17 anos.

Trabalho desde 1975, quando iniciei no projeto Mobral, de alfabetização para adultos. Depois prestei vestibular, passei e, concomitante, fui trabalhar como Técnica Administrativa em um Hospital privado.

Sempre tentando superar os limites, exerci primeiramente a função de Assistente Social no Centro de Assistência Social em Nazaré Paulista. Casei no ano seguinte, prestei concurso e vim trabalhar no Hospital de Clínicas da Unicamp, inicialmente como auxiliar educacional. Participei de outro concurso e passei para Assistente Social. Trabalho no programa de DST/HIV/AIDS do Serviço Social desde 1991, junto à disciplina de moléstias infecciosas.

Despertei cedo para luta, pois minha família participava de grupos na igreja católica e a gente conversava sobre falta de saneamento, da precariedade do transporte coletivo, da violência da polícia contra os jovens negros nas periferias e sobre os desafios para vencer barreiras no dia a dia, enfrentar descasos, elogios, ciúmes, alegrias, machismo, racismo.

Sou militante do Movimento Negro, católica de nascimento e faço parte da Pastoral Afro-Brasileira. Sou militante no Setorial de Combate ao Racismo do PT e represento este setorial na Secretaria Estadual de Combate ao Racismo de São Paulo. Estou coordenadora dos APNs – Agentes de Pastoral Negros do Brasil, Mocambo Campinas. Tenho um trabalho com grupo de mulheres assentadas no Município de Mogi Mirim (Assentamento Vergel), desenvolvo um trabalho com mulheres também na Igreja Católica (projeto Pão e Rosa) em nível forânico. No Hospital das Clínicas da UNICAMP tenho pautado minha referência junto ao GT – Programa de Integração e Cultura Afro brasileira. Participei de pesquisas sobre População Negra e HIV/AIDS pelo convênio MS, UNESCO e Disciplina de MI-UNICAMP, e após os resultados da pesquisa, organizamos o I Simpósio Nacional de Saúde da População Negra e HIV/AIDS, que proporcionou, em seguida, organizarmos e lançarmos um livro sobre Saúde da População Negra e HIV/AIDS – Pesquisas e Práticas.

Participei também, representando a Unicamp, em uma pesquisa "AIDS nas fronteiras do Brasil junto com o MS e Population Council". Sou colaboradora no Curso Educafro, cursinho pré-vestibular para afrodescendentes e carentes, ministrando aulas de cidadania. Participo da rede Lai Lai Apejo-Saúde da população negra e Aids.

Vivenciei inúmeros momentos de superação das desigualdades com muita luta e recentemente passei por um processo de racismo institucional no local de trabalho, que culminou com minha transferência para outra equipe. Apesar da minha consciência política e de ser militante, o sofrimento psicossocial foi enorme. Apesar da dor, da humilhação e da perseguição enfrentada, meu trabalho foi reconhecido e fui convidada para compor a equipe, do Dr. Francisco Aoki no mesmo Hospital das Clínicas, sendo ele nosso parceiro na luta pela efetivação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Há males que resultam em um bem.

Em relação à política de enfrentamento do racismo, tenho vivenciado muitos avanços. Os movimentos populares, sindical, partidários, de mulheres, de mulheres negras, movimentos negros, ciganos, LGBT entre outros, conquistaram mais representações nos espaços de decisões, após o fim da ditadura militar nos anos 80. Hoje temos direito a voz, estamos muito mais articulados e conseguimos dar visibilidade em quase todos os seguimentos, da

questão racial e de gênero. Estamos em várias frentes e com esta vigília perseverante, temos conseguido dar muitas respostas em relação às demandas colocadas na questão do racismo e sexismo.

Hoje temos a SEPPIR – Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial, a SPM –Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, a Política Nacional de Saúde da População Negra no Sistema Único de Saúde/SUS, a experiências do Programa de Combate ao Racismo Institucional/PCRI, a Lei 10.639/2003, as ONGs racialmente feministas que têm tido um papel fundamental de se colocar sempre nas agendas para estarem à frente das discussões e cobrar dos governos políticas mais efetivas e fornecerem subsídios para a operacionalização dos programas propostos; a aprovação das cotas nas universidades federais. Porém, alguns retrocessos devem ser observados, como por exemplo, quando o legislativo federal retalhou o Estatuto da Igualdade Racial, nas dificuldades de implantação e implementação de algumas ações como: o Comitê Técnico de Saúde da População Negra nos Municípios, a História de África e Afro-brasileira nas escolas, a nossa própria invisibilidade no Estado em função do racismo institucional. Estes fatos acabam sendo entraves para o desenvolvimento das políticas de igualdade da população negra. E precisamos de mais orçamento público.

Eu avalio que este movimento precisa se intensificar, pois tem sido tímido e pontual em algumas localidades. Localmente é necessário fortalecer esta luta. O desafio é em relação às jovens negras, elas precisam participar efetivamente deste movimento, pois existe uma mistificação da questão racial nesta faixa etária. E, apesar de haver um avanço na questão dos estereótipos negros (cabelos crespos, por exemplo), ainda falta empoderamento identitário racial, pois elas não conseguem fazer uma discussão mais profunda na questão de raça. Acredito que o processo é de formação contínua e de cidadania pra que se apoderem do saber e se crie de fato a identidade negra.

Acredito que, se conseguirmos ampliar este debate localmente, automaticamente estaremos ampliando regionalmente e nacionalmente. Sei que é um grande desafio, mas temos que pautar as questões desta juventude negra e mobilizá-las para o enfrentamento deste processo.

Acredito que, nestas últimas décadas, foram sendo construídas pela sociedade civil (ONGS e movimentos feministas), várias ações que geraram políticas públicas que necessitam ser implementadas. Acredito que a invisibilidade das mulheres negras hoje é menor, por podermos pautar as nossas questões. Porém, é preciso que, de fato, as ações sejam efetivadas no tocante ao combate do racismo, sexismo, lesbofobia, na questão do acesso à educação, à

equidade em saúde, igualdade salarial, no mercado de trabalho, ao acesso nos espaços de poder políticos.

Quero reforçar que o nosso desafio está em um processo de formação contínuo, temos que nos apropriar do conhecimento, defender e garantir nossas conquistas institucionais, monitorar, avaliar as políticas públicas para mulheres negras e nos apoderarmos do espaço que é nosso, ter voz e vez e falar por nós mesmas e nos empoderarmos politicamente.

A minha mensagem para a menina negra que nasce neste século é que hoje tudo está melhor do que para nós que nascemos anteriormente. E que hoje vivemos melhor que os nossas mães, avós e ancestrais. Que dias melhores ainda virão, pois a luta é contínua enquanto estivermos numa sociedade tão desigual, mas que acredite que um outro mundo é possível e que já começamos a construí-lo, desde as nossas ancestrais. Como disse Jurema, nossos passos vêm de longe. Seja menina-mulher, linda e sempre negra.

CEDENPA

Pará

A população negra (preta+parda) do Pará corresponde a cerca de 77% do total de habitantes. Infelizmente, têm sido muitas as forças que movem os eficientes mecanismos que estruturam o racismo, fazendo com que ainda sejam incipientes nossas ações para impedir as discriminações que afetam, há séculos, negras (os) e indígenas. A escolha de Antônia Lopes se deu por sua longa história de luta no meio bancário, sindical e partidário. A da Jaqueline, por nascido em um quilombo do Marajó – maior arquipélago fluvial do mundo, onde o ‘ranço’ escravista é forte –, e pela forte e contagiante energia que emprega nas ações cotidianas de combate ao racismo e machismo.

Jaqueline Alcântara da Conceição

Salvaterra / PA



“... o nosso conhecimento ainda incomoda algumas pessoas.”

Me chamo Jaqueline Alcântara da Conceição. Sou do quilombo de Bacabal, município de Salvaterra, região do Marajó, Estado do Pará. Tenho 28 anos, não tenho filhos e trabalho como secretária da Malungu (Organização Estadual das Comunidades Quilombolas do Estado do Pará), que reúne todas as comunidades quilombolas, com sede em Belém, capital do Pará.

Para seguir nos estudos tive que sair do quilombo de Bacabal para viver na sede do município, que é Salvaterra. O quilombo de Bacabal tem cerca de 150 famílias.

Tenho sete irmãos. Minha mãe nasceu no quilombo de Mangueiras e meu pai é do quilombo de Bacabal. Eles são primos em primeiro grau, o que é muito comum nos quilombos. Atualmente, não estou estudando, mas cursei até o segundo grau, estudei Agroindústria.

Meu objetivo era me formar para trabalhar no meu quilombo. Minha vontade era trabalhar lá mesmo. Só que eu não tive essa oportunidade. Quando apareceu o trabalho na Malungu, eu fiquei dividida. Mas decidi vir para Belém e ajudar, não somente minha comunidade, mas também ajudar outras

comunidades. E como surgiu essa oportunidade, eu lancei o meu currículo e acharam que era bom e que eu também tinha uma boa experiência nas comunidades quilombolas, que eu tinha um bom trabalho, apesar de ter vinte e oito anos. Participo desde os quinze anos na mobilização dos quilombos. Minhas irmãs me incentivaram muito. O Primeiro Encontro de Mulheres Quilombolas, que foi lá na minha comunidade, fez a gente ter um olhar meio diferente, fazendo com que a gente se autoconhecesse. Nos ensinou que a gente não estava só para estar na cozinha, que também a gente poderia estar saindo. Eu sempre enfatizo que esse primeiro Encontro de Mulheres Negras, que foi organizado pelo CEDENPA lá em Salvaterra, foi um incentivo muito grande para as mulheres lá da minha região. As mulheres são a maioria na coordenação. Eu comecei sendo coordenadora regional. Acho que fui uma das primeiras mulheres coordenadoras da minha regional. Foi uma experiência muito boa para eu começar a me envolver no trabalho social. Isso fez com que estivesse hoje no cargo que estou e assim poder repassar um pouco do meu conhecimento para outros companheiros e companheiras quilombolas.

Há um ano e meio vivo em Belém. Eu tinha vontade de ser professora. Como eu me formei no antigo normal, eu queria ser professora na minha comunidade. Quando a minha tia vinha para Belém para participar dos encontros, eu a substituí e dava classes no lugar dela. Eu tive que ir para Salvaterra para seguir estudando. Queria fazer com que as meninas da minha comunidade não passassem um pouco do que eu já tinha passado. Eu vim para Belém para trabalhar a troco de roupas. Trabalhei como doméstica durante nove anos. Vim para Belém com nove anos de idade. Aqui vivi com três famílias. Era muito difícil pra gente. Eu sofri muita discriminação. Até hoje eu sofro. Hoje já mudou um pouco. Às vezes, quando eu chego em Salvaterra, algumas ex-patroas minhas falam comigo e dizem: “e aí, Jaqueline, que tal? Como você está?” E eu digo: “estou morando pra Belém e trabalhando como secretária”. Aí elas ficam assim... surpresas. Tem umas que dizem: “ah, Jaqueline, que bom!” Eu tive uma que, apesar de não me dar nada quando eu trabalhei de empregada doméstica, ela me incentivada muito. Me dizia: “Não, Jaqueline, tu tens que estudar”. O meu primeiro trabalho como doméstica foi em Belém, quando eu tinha nove anos. Minha mãe deixou eu vir com uma família. Eu passei... acho que uns dois meses, porque quando cheguei aqui eles só queriam que eu lavasse e passasse. Eu acordava de manhã, lavava as louças e só ia dormir à noite. Eles diziam que iam me dar escola, mas não me deram. Falavam: “ah não tem vaga, não tem vaga!”. Eu falei pra minha mãe que não aguentava. Outra vez eu trabalhei de doméstica quando tinha quinze anos. Trabalhei cuidando de uma menina e de um rapaz, também só a troco de roupa. Eu passava um ano em Belém e um ano no quilombo.

Eu sinto muita saudade do quilombo. Quando é dia de sábado, não consigo ficar em Belém. Me dá uma tristeza, dá até vontade de chorar. A minha mãe vive em Salvaterra, cerca de duas horas do quilombo e a nossa roça é lá no quilombo. Mas aí a gente fazia assim: de manhã cedo a gente ia pra roça, quando chegava meio dia, a gente vinha pra cidade pra estudar. Foi um período muito difícil, porque as pessoas discriminavam muito a gente. Lembrar disso me faz chorar...Quando a gente ia para o colégio, eu lembro que uma vez uma professora falou para mim: “por que eu não passava óleo de andiroba no meu cabelo?” Que eu poderia estar com piolhos e passar para outros alunos. Eu nunca esqueço de um rapaz que me chamava “preta do Bacabal”, pelo fato de ser negra e ter o cabelo duro. E aí a gente sempre brigava. Eu tinha uma colega muito boa, que brigava com os meninos para me defender. E aí, com isso fez com que eu fizesse tudo para estudar, para eu ter meu curso. Me incentivou a fazer com que as minhas companheiras, de lá da minha comunidade, não viessem pra Belém. Eles pensavam que só no Bacabal tinha negros. Por isso eles falavam: “lá vem a preta do Bacabal”. Eu e todas as pessoas do Bacabal passamos por isso. A gente era a única que podia passar piolho, a gente fedia a mandioca. Nós sofremos muito ali no colégio. Até que foi passando, passando. Mas mesmo assim, tu sentes – mesmo que eu não esteja cursando uma universidade – que o meu conhecimento, o nosso conhecimento, ainda incomoda algumas pessoas. Por exemplo, quando a gente bate de frente com uma universitária, ela pensa assim: “essa daí que veio de lá do quilombo, o que ela pensa que é?”. Mas aí, às vezes, quando a gente consegue fazer uma coisa assim importante, mudar um pouco a nossa vida, pra gente é um prazer muito grande enquanto mulher também, né? Porque a gente já sofreu muito. Eu via muito meu padrasto brigar com a minha mãe, muitas das vezes bater nela. Aí eu falava: “será que é isso que nós mulheres temos que aceitar? A mulher serve pra quê? Pra nascer, pra cozinhar, lavar roupa?”. Às vezes a minha mãe falava assim pra gente: “um dia quanto tu tiver um marido ainda vai apanhar com calcinha na cara”, porque eu não sabia lavar as calcinhas. A gente cresceu com essa ideia na cabeça, depois isso foi desaparecendo. Por quê? Porque a gente foi começando a perceber que isso não é só para a mulher. Isso não é coisa nossa. A gente também tinha direito a se formar não só como professora, mas como doutora. De ter a possibilidade de escrever um projeto, de fazer um relatório. Eu sinto agora que já consigo muitas coisas. Estou trabalhando, consigo fazer um relatório, coisa que eu pensava que não tinha esse potencial. Pela história dos nossos antepassados, a gente às vezes pensa que a gente não tem esse potencial, entendeu? Que a gente tem que ir só para roça. Eu ainda vou para roça na minha comunidade. A primeira coisa que eu faço é ir para roça, mas agora vou porque eu quero.

Mas eu não estou somente pra aquilo ali. Eu faço outras coisas também. Faço coisas que qualquer mulher pode fazer.

Eu tenho uma irmã que está desenvolvendo uma pesquisa nos quilombos. A pesquisa procura identificar o que as mulheres estão fazendo nos seus quilombos, se ainda estão nas cozinhas, se estão pescando. Nos quilombos é totalmente diferente. Lá nos quilombos, o que acontece é que as pessoas dizem assim: “ah, a Jaqueline foi para Belém, ela está trabalhando, por isso ela tem mais conhecimento que nós”. Eu acho que não. Eu posso obter mais informação, mas eles lá também são capazes de muitas coisas. Até mais do que eu. Têm jovens lá, que se tiverem mais oportunidades, elas vão muito longe.

Eu acho que a gente não deveria ter que sair do quilombo pra estudar. Mas a gente ainda está indo para fora da comunidade para estudar e isso é ruim. Porque na cidade a gente aprende muita coisa boa, mas também aprende muita coisa ruim.

Quando a gente sai, fica muito mais fácil perder os laços. Por exemplo, se eu chegar na cidade falando uma palavra como “égua, tu já vai?”, se vou para a cidade e digo isso, eles vão caçoar de mim. Eles dizem que essa palavra está errada. Quando eu for pra comunidade, eu já vou tirando essa palavra. Já vou trazendo algumas palavras da cidade.

Nos dias de hoje é muito pouco o resgate da história da minha comunidade. Os jovens quase não se interessam por isso. Se você for ver, poucos jovens se interessam por isso. A nossa cultura lá é o carimbó. Isso a gente nunca perde. Mas nós já perdemos muita coisa. Por exemplo, antigamente nas nossas festas de tradições – mas agora a igreja católica está tirando da gente – que era confraternizar não somente pela música, mas quando chegava no final da festa, tocar dentro do carimbó, até bebendo a nossa cerveja e até a tiborna, a cachaça era coisa normal. A cachaça, ela vem de muito tempo. Os nossos mastros. Quando a gente dançava, no final, a gente tombava nossos mastros e dançávamos a noite toda. Isso está acabando. Não porque nós estamos acabando, mas porque as igrejas estão acabando com isso. A igreja está proibindo a gente de colocar nas festas os nomes dos santos. Agora temos que, ao invés de dizer, mastro de Nossa Senhora da Conceição, temos que anunciar “Festa dos Agricultores”. Tinha o mastro das mulheres, agora isso está se acabando.

O movimento dos quilombolas no Brasil, em nível nacional, está bom, mas ainda precisa melhorar. Na questão da preservação do meio ambiente, nós estamos trabalhando muito. Pena que o Estado ainda não está fazendo a parte dele. Porque não adianta a gente não querer desmatar, mas aí, quando

a gente pede o trator, eles (o governo) não dão. Então a gente tem que desmatar, tem que queimar. Aí não temos alternativa. Mas nossas comunidades ainda têm muita mata bonita e mata boa.

O processo é lento, mas a gente está conseguindo. Acho que as comunidades estão melhor que antes.

Eu acho que esta melhora, este avanço, se deve a nós mesmos. Nós estamos conseguindo por nós mesmos fazer os nossos caminhos. Por exemplo, nós mesmos estamos dizendo como é que a gente quer que a nossa comunidade comece a trabalhar, quais são os projetos que queremos para nossas comunidades. Não é mais imposto. As pessoas da cidade não estão mais impondo para gente. Nós é que estamos dizendo como a gente quer. Está sendo bom por isso. Porque nós estamos começando a ver as coisas da forma como a gente quer. Realmente eu tenho conversado com algumas pessoas e me perguntado o que a gente realmente quer, entendeu? Começar a trabalhar isso nas nossas comunidades. Será que a gente queria realmente a luz?

É difícil para uma pessoa jovem como eu manter as tradições, a cultura, a raiz. Eu me pergunto: será que nós queremos que esta globalização tecnológica chegue até nossas comunidades? É muito difícil pra gente, porque muda muito a nossa cultura, lutar contra essa cultura que estão impondo pra gente.

Eu penso em retornar para minha comunidade. Eu quero. Eu falei que eu vou me formar, que eu quero dar aula, passar para meus alunos um pouco do que eu conheci na cidade, um pouco da minha história. Eu acho que seria muito bom a gente fazer essa análise de como viviam nossos antepassados. Tudo bem que a gente não tinha energia, a gente não tinha como ver uma televisão. Mas nessa época havia mais solidariedade. Um vizinho colaborava com o outro, quando chegava na hora da pesca, dividia o peixe. Agora mudou. Hoje tem como a pessoa vender o peixe. Mudou tanto, que se hoje tu for para comunidade é capaz de não encontrar mais peixe. Porque, como é vendido o peixe na cidade, não fica nada para a comunidade. Já pensou nossa situação? Até onde nós chegamos. Quando eu vou de Belém, cansada de comer carne ou frango, chego na minha comunidade, procuro peixe e não encontro. Eu fico perguntando: cadê meu peixe? Cadê minha galinha caipira? Eu quero comer peixe.

Sempre que tem feriado prolongado eu vou para lá, para minha comunidade. Às vezes minha mãe diz que eu chego na casa dela, em Salvaterra, tomo bênção e vou direto para o quilombo.

Eu vivo com a minha tia que veio pra cá desde criança. Eu prefiro estar trabalhando diretamente com os quilombos do que ficar na sede da Malungu, atendendo telefone.

A gente sente o machismo nos quilombos. Muitas vezes nós mulheres ficamos para segundo plano, sim. Tem reuniões e eles decidem quem vai para os encontros. Eles dizem: “vai fulano, fulano”. E eu pergunto: “e a fulana também não é importante estar participando? Vamos colocar a metade homem e a metade mulher. Mas eles sempre dizem: “mas perto das mulheres tem que ter sempre um homem, porque quando chegar na hora do pega pra capar, tá ali o homem pra dar força para a mulher”. Aí minha irmã falou: “negativo, nós também temos força pra aguentar o que vier. Se tiver só mulher, a gente garante!”. Ainda têm homens que se incomodam da mulher querer participar.

Mas já melhorou, principalmente nós do Marajó. A gente pega pra capar, mesmo. No trabalho também eu tenho meus direitos. Minha mãe nunca teve carteira assinada. Eu sou a segunda filha na família que tem carteira assinada. Então pra gente foi bom, porque minha mãe nunca trabalhou de carteira assinada. Por exemplo, eu sei que hoje a gente tem direito à moradia e a terra. Agora minha mãe sabe que hoje nós temos este direito. Ela é uma mãe maravilhosa, está sempre com a gente. Ela chorava muito e nos dizia: “minhas filhas, eu quero que vocês tenham o que eu não tive”. A minha mãe, agora que sabe assinar o nome dela, fica muito contente com isso. De primeiro era só assinatura no dedo. Só não sabe ler, mas aí ela fica muito alegre, porque estamos estudando, estamos lendo. Ela fala assim: “vocês estão aqui na roça, mas vocês sabem do direito de vocês”.

Se eu olhasse para uma menina negra que tivesse nascido hoje, eu falava que ela era uma luz. A luz dos quilombos. A luz dos quilombos. Porque agora ela já vai nascer sabendo muitas coisas. Coisas que antigamente a gente não aprendia.

Meu grande sonho, meu sonho mesmo é fazer com que as mulheres da minha comunidade não venham mais para Belém para trabalhar em casa de família. Estudar eu sonho, mas fazer com que as meninas não venham passar o que eu já passei, pra mim, é um desafio muito grande.

Isso eu discuto na comunidade. Quando as pessoas vêm comigo e dizem: “Jaqueline tem alguma menina lá na tua comunidade que possa trabalhar comigo? Eu dou tudo”. Eu respondo: “Não, não tem. As meninas estão todas estudando”. Eu pergunto: “e quanto tu pagas?” “Eu posso ajudar com roupa e comida”. Eu respondo: não, não tem. Eu falo para as meninas: “vocês podem até ir, mas têm que receber um salário”.

Para as mulheres negras, eu deixo a seguinte mensagem: que a gente lute mais e mais, que nós somos mulheres guerreiras. Somos mulheres lindas e guerreiras. Que o nosso país é lindo por causa da nossa cor, da nossa raça,

da nossa beleza. Nenhuma mulher negra é feia. Nós todas somos bonitas. Temos que correr atrás. Correr atrás, não, buscar nossos direitos. Nós já corremos muito, quando nossos antepassados foram escravos e fugiam para os quilombos. Eu acho a gente não deve mais correr. Eu digo assim, que a gente não deve dizer que no quilombo vivia gente refugiada, não. Nós fomos lutadores. Quilombolas lutadores, não quilombolas refugiados. Mulheres quilombolas lutadoras e somos remanescentes destas lutas.

Antônia Lopes dos Santos

Ananindeua / PA



“Olhando para trás eu me sinto, de certa forma, vitoriosa”.

Sou Antônia Lopes dos Santos. Tenho 62 anos, nasci em Goiás e cresci em Marabá, a segunda cidade mais populosa do Pará depois da capital. Hoje vivo em Ananindeua. Sou filha de nordestinos: meu pai era do Piauí e minha mãe do Maranhão, ambos trabalhadores rurais.

Minha mãe, apesar de não saber ler nem escrever, tinha o sonho de que seus filhos estudassem. Éramos oito irmãos. Vivendo em Marabá estudei em escola pública, trabalhei em casa de família como doméstica. Quando minha mãe faleceu, eu trabalhei no comércio e no que desse. Na minha busca em estudar, fiz um teste na Escola Agrotécnica de Castanhal. Depois vim para estudar em Belém, na Escola Técnica Federal, cursando Saneamento. Eu tinha acabado o ginásio.

Comecei a trabalhar em escritório e depois em vários lugares. Mas sempre perseguindo um lugar mais seguro, pois de certa forma eu era arrimo de família, porque naquela época eu já tinha perdido minha mãe. Eu buscava cuidar dos meus irmãos mais novos. Morei na casa de uma amiga da família, aqui em Belém, até terminar o curso de Saneamento. Quando acabou o cur-

so, fiz vestibular no Colégio Moderno para Ciências Contábeis. Neste tempo eu já trabalhava na Emater, sendo funcionária concursada desta instituição. De Ciências Contábeis, eu passei no concurso do Banco do Brasil e fui trabalhar na sede de Marabá. Trabalhei como escriturária, depois como caixa. No Banco do Brasil atendi muitos trabalhadores rurais, que era a linha mais forte do Banco nos anos 80. Vim para Belém em 73, fiquei 10 anos, estudei, me formei, voltei para Marabá em 83. Voltei outra vez para Belém no final de 88.

Ainda trabalho no Banco do Brasil, sou analista. De 2004 a 2012 coordenei um programa de inclusão digital do Banco. Minha função era levar salas de informática para as camadas mais carentes da população. Eu coordenei este programa nos estados do Pará e Amapá, que era uma extensão do Programa Fome Zero, lançado pelo governo Lula. Eu saí em março deste ano, porque o programa sofreu reformulações.

Não tenho filhos biológicos. Criei meus irmãos e minhas irmãs. Sabe como é a vida de uma mulher quando não tem família direta. Cabe a nós assumirmos a família indireta. Eu, pelo fato de ter tido sempre empregos formais, acabei sendo responsável, em parte, pelo sustento da família. Dos oito irmãos, somente eu e outra, cursamos uma universidade.

Até hoje ajudo. Minha casa é um verdadeiro albergue. É o local onde meus irmãos vêm se tratar, onde os sobrinhos vêm estudar. Tenho um sobrinho que, com apoio da família, foi fazer medicina em Cuba. Muitos sobrinhos moraram comigo.

As pessoas sempre me dizem que eu não penso em mim. Às vezes eu acho que isso é verdade. Eu e minha família somos muito grudados. Eu tenho tido na minha casa todos os filhos de todos os meus irmãos. Tenho a satisfação de ter bastantes sobrinhos formados, mesmo vindos de uma família de trabalhadores rurais analfabetos. Num certo momento da vida, eu e meus irmãos nos reunimos e pensamos como melhorar o nível de vida da nossa família. E o instrumento escolhido para mudar essa realidade foi a educação. Com esse processo tenho sobrinhos médico, advogado, engenheiro, enfermeira, professores, sociólogos e até um padre. Temos problemas, mas conseguimos muitos avanços familiares.

Minha atuação nos sindicatos começou quando vim em 88 pra Belém. Tive contato com os sindicalistas dentro do Banco. Eu me integrei ao movimento de democratização dos bancários em Belém. Já o Movimento Negro e a questão da negritude, primeiro você deve tomar consciência. Teve momentos em que eu não tive tanta consciência como tenho hoje. A gente sente as coisas diferentes, mas não sabe explicar bem. Eu lembro que quando eu vivia

em Marabá, sempre fui uma boa aluna e tirava boas notas na escola. Certa vez, fui chamada para trabalhar numa farmácia; o dono não me disse, mas eu soube depois que não fiquei no posto porque ele achava que não daria certo uma pessoa negra trabalhando no atendimento. Outra vez, foi quando eu fiz um concurso na Fundação SESP em Marabá. O concurso era para preencher apenas uma vaga. O cargo era bem remunerado e tinha uma certa relevância, porque era do Governo Federal. Por acaso, a primeira colocada fui eu e a segunda, uma outra pessoa negra. No terceiro lugar ficou uma pessoa branca, de família tradicional. Cancelaram o concurso para poderem chamar a pessoa branca. No momento foi complicado, porque como eu fui aprovada, existia toda uma perspectiva. Eu deixei o emprego pensando que ia assumir o cargo e acabei ficando desempregada. Um professor meu me chamou a atenção para isso, inclusive queria mover processo e tal. Daí foi que veio a história de eu vir para Belém. Depois quando eu tive mais conhecimentos, eu fiz uma viagem, tive contato com muitas pessoas negras do movimento. Estive no Rio de Janeiro, em Brasília. E aí, assim, eu comecei a notar muita diferença entre você ser negra nestes lugares e não ser. Eu entendi que mesmo você tendo dinheiro, você seria discriminado. Naquela época dos anos 80 era muito difícil. Como eu sempre gostei de viajar, comecei a me dar mais conta desta realidade. Eu descobri a dimensão de um mundo, entre ser branco e ser negro, que mesmo tendo dinheiro, nós negros não temos o poder real.

Pensando na origem da minha família, eu me considero uma mulher negra de êxito, com certeza. Eu agradeço a Deus porque eu sei que mesmo com tanto sofrimento, podemos sim nos considerar uma família de sucesso. Eu vejo que a nova camada da família não tem mais aquela junção como nós irmãos, mas eles se reúnem para alguma coisa. Talvez não como militantes, buscando direitos para os outros, mas eles fazem muitas coisas juntos. Sou muito família. Olhando para trás eu me sinto, de certa forma, vitoriosa. Fiz dois cursos universitários, fui professora, passei em vários concursos públicos, fiz uma pós-graduação, assumi cargos dentro do Banco do Brasil, onde trabalho. Às vezes a gente somente fala dos aspectos negativos, Mas veja só: eu, uma mulher negra, ainda sindicalista, quando eu fui da direção do sindicato, coordenei uma pesquisa para identificar os cargos dos negros nos bancos, aqui na região metropolitana de Belém. Identificamos que nos bancos privados, praticamente os negros não entram. Você pode olhar que dificilmente verá negros nestes bancos. No Banco do Brasil, Caixa, Banco da Amazônia e Banco do Estado do Pará, que são instituições públicas, nós comprovamos que as pessoas entram, mas que elas não crescem. Mesmo entrando por concurso, dificilmente uma pessoa negra galga cargos nestas empresas. Na época, para fazer a pesquisa, nossos entrevistadores encontram barreiras fortíssimas.

Os diretores acharam um absurdo tratar sobre o tema nos bancos. São coisas que a gente se depara. A sociedade ainda reserva os melhores cargos para os homens brancos, depois para as mulheres brancas, os homens negros e, no final da fila, estamos nós, mulheres negras.

Atuar no sindicato me deu a oportunidade de ter contato com os movimentos sociais, que antes eu não tinha. Porque quando a gente luta pela sobrevivência, praticamente não tem tempo para estas coisas. Foi através do sindicato que conheci o movimento de mulheres na época de Beijim. Fui dirigente do Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense. Fui dirigente da Articulação de Mulheres Brasileiras por muito tempo, representando a região norte. E neste espaço, incluímos a discussão das mulheres negras. Fui muito feliz em participar do movimento de mulheres. Foi uma luta difícil, mas com muitas conquistas.

Pautar a questão da mulher negra nos espaços onde eu atuo é um processo muito difícil, porque quase todos os movimentos têm, nos seus estatutos, a questão da diversidade. Tem homossexual, tem negro. Então o que acontece? Você pauta isso, discute isso, mas na hora da prática sempre tem dificuldades. No meu caso, eu sou mulher e sou negra, então eu estou preenchendo uma cota de mulher e de negro, seja no partido ou no sindicato. Muitas vezes a pessoa se sente muito só, porque eles pensam que basta colocar você lá que está tudo resolvido. Falta realmente um investimento nesta questão.

Neste ano de 2012 eu concorri a cargo de vereadora pelo Partido dos Trabalhadores. Foi a terceira vez que concorri. A primeira vez foi em Marabá em 1988. Concorri ao cargo de vereadora. A segunda vez foi em 2008, aqui em Belém, no mesmo cargo. Muitas vezes dizem que as mulheres não querem se candidatar. E a gente se pergunta, mas por quê? O que acontece é que quando uma mulher vai para uma candidatura, ela não tem retaguarda. Ela tem que fazer tudo. Quando é um candidato homem, nós mulheres preparamos todos os espaços para eles. Quando somos nós mulheres, nós não temos espaços preparados por eles.

Minha candidatura teve uma grande aceitação, mas como eu falei, não teve estrutura nenhuma. Têm candidatos que inauguraram vários comitês. Aluguei uma casa de apoio, uma casa pequena onde eu coloquei minhas coisas. Contei com a ajuda da família. Tive também grandes companheiros me ajudando. Mas realmente não foi nada fácil.

O que representa a candidatura de uma mulher negra? Pensa só: Belém já tem um volume muito grande de habitantes. Cerca de cinquenta e qua-

tro por cento do eleitorado é feminino e no mandato que termina em 2012 tivemos 33 vereadores, somente três mulheres vereadoras e todas elas brancas. Se as mulheres negras conseguissem eleger pelo menos uma vereadora negra em Belém, ela faria a diferença. Muita gente, nos partidos, ainda pensa que temos que discutir a questão da mulher negra somente com as mulheres negras, o que é equivocado.

Conseguimos avanços, mas nós negros ainda temos uma luta árdua pela frente. O processo de inclusão nas universidades é muito importante para fazer este diferencial. Hoje você já vê muitas negras na televisão dando entrevista, com altos cargos. Já não são profissionais somente da cozinha, somente domésticas. Nós já vemos negras advogadas, médicas, negras fazendo outras coisas na sociedade. Espero que o futuro nos dê pessoas corajosas para lutar contra a desigualdade racial. Lutar por uma equidade de gênero. A gente precisa sair do discurso e ir para a prática, viver uma igualdade racial.

Para uma menina negra que nasce agora, eu quero fazer um pouco minhas as palavras da presidenta Dilma quando ela diz: “olhar nos nossos olhos e acreditar que a gente pode”. Não temos que baixar a cabeça porque nós temos cores diferentes. Podemos viver sem tantas amarras como vivemos, ainda hoje. Que ela possa viver num mundo mais feliz, de poder e sem discriminação.

CRIOLA

Rio de Janeiro

Escolhemos estas três mulheres porque elas são exemplares. Cada uma delas tem sido nossa parceira de trabalho ao longo dos vinte anos de história de nossa organização, emprestando sua força, sua energia, sua visão de futuro para que possamos, juntas, seguir lutando as lutas que nossas antepassadas nos deixaram como herança.

Dona Zica, Fézinha e Jéssica são parte de uma rede de mulheres negras de diferentes histórias e inserções. Atuam no estado do Rio de Janeiro para romper as barreiras que o racismo coloca na vida das mulheres negras e de toda a população negra. Elas, junto com tantas outras que caminham conosco, nos ensinam que o futuro pode ser melhor, como já tem sido, mas somente a partir da força e da capacidade de superação que carregamos conosco.

A elas e a todas nossas parceiras, nosso agradecimento. Axé!

Anazir Maria de Oliveira (Zica)

Rio de Janeiro / RJ



“Eu acredito que a luta vai ser muito grande, mas tem que acreditar que um dia vai ser melhor.”

Meu nome é Anazir Maria de Oliveira, mas sou conhecida por Zica. Tenho 79 anos, moro em Vila Aliança, aqui em Bangu, Rio de Janeiro, e trabalho no Centro Comunitário de Cidadania, que é um setor do Estado, da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos. Olha só: eu nasci em Manhumirim, Minas Gerais, fica bem na Zona da Mata, bem distante daqui, onde vivi até os quinze anos. Vim para o Rio de Janeiro com quinze anos de idade e minha mãe trabalhava no campo e depois na cidade, de trabalhadora doméstica. Eu também fui trabalhadora doméstica desde os nove anos de idade na minha cidade e dei continuidade aqui no Rio de Janeiro. Aos dezessete anos me casei. Tenho seis filhos, tenho vinte netos e tenho vinte e dois bisnetos.

Eu acho que não só enfrentei o racismo, como a gente enfrenta até hoje. Ele acontece até de forma sutil, mas continua acontecendo. Na minha infância não deu nem para, por falta de informação e tudo mais, perceber naquele momento que era racismo. Foi na forma da continuidade dos meus estudos do posto fundamental, que na época era o primário, e na minha cidade só tinha duas escolas, que era o ginásio na época e era da igreja. Era um

setor dos meninos e outro setor das meninas. E eu não tive a oportunidade de estudar, porque neste setor não aceitavam negros. Na cidade, todas nós só tínhamos uma menina negra na escola normal, porque era filha de negros – vamos dizer – bem-sucedidos. Então, este foi o primeiro processo de racismo pelo qual eu vivi, mas eu não entendia, não deu pra compreender. No decorrer do tempo, a partir do momento em que fui tendo uma noção maior, uma visão maior dessa relação, foi que pude entender o primeiro processo de racismo pelo qual eu passei.

Quando olho para minha vida hoje, vejo que, em relação ao racismo, não mudou muito. Mudaram algumas coisas a partir das lutas que se vêm tendo contra o racismo, a partir de instituições, de grupos raciais que vêm lutando contra esse preconceito. Criola é um desses exemplos. Eu vejo que ele hoje acontece de uma forma às vezes oculta, às vezes opressiva, mas ele está aí. Ele está aí na relação da educação, ele está aí na relação da saúde, ele está aí na relação da moradia, porque a gente percebe onde moram os negros, onde está a população mais pobre, mais desrespeitada pelo poder público. Onde estão? Nas favelas, nas comunidades mais carentes. Quais são as assistências que essas famílias têm? A mínima possível. Aí vem a questão da violência, o negro está inserido, ele é o causador. Então, vem a questão da saúde, nós temos tantas mulheres que morrem por falta de atendimento médico, por falta de toda uma assistência que dê a ela a possibilidade de manter a sua saúde. Então, eu vejo as cotas, a questão escolar, as cotas hoje são motivo de discussão, tem os prós e tem os contras. E você vê a questão social, a luta que se fez e a luta que se continua tendo para que o negro tenha inserção ao curso superior, ao passo que esse espaço deveria ser dele por direito e não por luta.

Outra coisa que eu vejo, em relação ao serviço doméstico, por conta da dificuldade. Hoje a gente vê várias categorias profissionais lutando contra a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Nós, trabalhadoras domésticas – eu venho da origem de trabalhadora doméstica – lutando para entrar na CLT. Não temos os direitos na lei como deveríamos ter. Fazendo uma avaliação: quem são os patrões? Quem formula as leis? São eles que formulam as leis. Eu lembro quando atuava no sindicato, era presidente do sindicato. Foi um momento muito forte de luta pra gente. Não tínhamos direito nenhum, era só a carteira assinada e a Previdência. Nós estávamos lutando por conquistas maiores para a categoria, na época da Constituinte. Depois do nosso 5º Congresso, elaboramos um projeto de lei e fiquei indicada para percorrer, para acompanhar a tramitação desse projeto em Brasília. E nós íamos assim, de gabinete em gabinete. Teve um deputado federal daqui do Rio de Janeiro, Amaral Neto, nós chegamos ao gabinete dele e ele disse: “vejam vocês se eu vou votar a favor do descanso semanal pra empregada doméstica. Se eu

passo a semana toda trabalhando, e no final de semana que eu preciso da minha empregada, ela vai ficar em casa, vou liberar?’. Nós saímos de lá uma fera, dissemos para ele várias coisas, entre elas o seguinte: “se depender de nós, trabalhadoras domésticas, você não vai ser eleito em lugar nenhum nesse país. Onde tiver uma organização de domésticas o senhor não recebe votos”. Além de outras coisas que nós ouvimos. São eles que formulam as leis, são eles que aprovam as leis. Outra questão que eu vejo também: essa diferença de trabalho doméstico para as outras categorias. É que a gente vem da escravidão. Ainda é aquela coisa, sai da casa do senhor, sai da casa grande, mas entra nas grandes mansões, de quem são as grandes mansões? Então não está mais na casa grande, mas está nas grandes mansões. Hoje não são os senhores, mas são os patrões. Muda a forma de ação, mas o efeito é o mesmo. Menor salário, piores condições de trabalho, menor condição de direito e é uma categoria de maioria mulheres e mulheres negras. E quando você vê mulheres brancas, meninas brancas, elas estão em outra, elas não estão na cozinha, elas não estão na faxina, muito poucas, mas elas são governantas, elas são babás, elas têm outro tipo de atuação.

Então, foi difícil no passado, mas hoje também, com o sistema que nós vivemos, com o sistema capitalista que nós vivemos, com o sistema opressor que nós vivemos, essa forma discriminatória que nós vivemos... de certa forma têm algumas questões que eu acho que são mais sérias que no passado. Tipo assim: sai um anúncio, eu vejo no trabalho que eu tenho, tem a Secretaria de Trabalho e a menina vai lá fazer um cadastro. Mas quando – olha agora que eu fui descobrir isso! – o empregador pede para mandar, ele já pede o perfil, ele até manda a menina lá, mas quando o empregador pede, ele já pede o perfil e aí é: olha Dona Zica, eu encaminhei, mas ela não vai ficar. Que perfil é esse?

Eu sempre fui uma pessoa muito lutadora, persistente nas coisas que eu pretendo. Eu sempre sonhei em estudar. Eu sempre sonhei em manter a minha vida de família, a questão da família hoje tem outra conotação. Mas então, com isso, eu consegui, eu te disse das dificuldades que eu tive nesse momento, de dar continuidade nos estudos. Eu terminei o curso primário que hoje é o fundamental, eu terminei aos treze anos e voltei a estudar, sonhava em continuar estudando. Vim para o Rio, me casei, adquirei família. As coisas ficaram mais difíceis trabalhando como trabalhadora doméstica e depois me inseri na associação, depois fundei o sindicato, então toda uma luta que eu achava que me impossibilitava. Mas de repente disse “eu vou voltar a estudar” e voltei a estudar trinta anos depois: fiz o médio, o ginásio na época; fiz o segundo grau. Dei uma parada, depois fiz o vestibular consegui passar, me graduei em Pedagogia, e depois me pós-graduei em Psicopedagogia. E continuo estudando, hoje eu faço Serviço Social na PUC.

Minha vida mudou muito. No contexto familiar mudou muito pelo seguinte: como estou dizendo pra você, eu tenho seis filhos, tenho vinte netos e vinte e dois bisnetos. A educação dos meus filhos foi difícil. Mas no momento que a educação era de qualidade, a educação pública era de qualidade, por exemplo, eu tenho dois filhos mais velhos que foram funcionários do BANERJ por vinte e poucos anos e entraram para o banco somente com o ginásio. Hoje é uma dificuldade muito grande passar pelos concursos. Tive a oportunidade de ter muitos cursos profissionalizantes, foi à época em que o SESI e o SENAI eram considerados a faculdade do pobre. Então meus filhos foram capacitados através do SESI, pelo SENAI, até pela LBA. Foi um momento que eles não tinham tempo vago, começaram a trabalhar muito cedo. Eu tenho um filho de cinquenta e quatro anos que se aposentou agora. Mas, já com os meus netos, passei por algumas outras dificuldades. O ensino público foi mudando e toda essa forma de capacitação foi mudando. É difícil. Se você colocar hoje um menino no SENAI vai ter que ter um bom salário pra poder pagar, para que eles estudem no SENAI. Hoje para os meus bisnetos, eu acredito que seja ainda mais difícil. Se não mudar esse sistema, esse processo que nós temos hoje, educacional, esse processo de saúde, todo esse processo que nós temos hoje de investimento na possibilidade das melhorias de vida, eu acho que os meus bisnetos vão passar pior que os meus netos.

Na minha comunidade o sistema é muito brutal. E ele faz com que as pessoas muitas vezes não enxerguem a realidade da vida. Por exemplo: eu moro em uma comunidade que uma parte é considerada bairro, urbanizada. Ela é originada da remoção de favelas, eu sou uma pessoa que fui removida duas vezes de favela. Ao lado, só atravessando a rua, tem um espaço considerado favela. Onde eu moro é Vila Aliança e o outro espaço é Nova Aliança, onde começou com uma ocupação. Ocupação até pelos nossos próprios filhos: eles foram casando, foram construindo. É um espaço verde, um espaço até bonito, mas por falta de condições de moradia e também por condições de não pagamento das casas das quais as pessoas foram removidas, com o compromisso grande de despesas – que enquanto na favela ele não tinha –, foram também ocupando esse espaço, vendendo a sua casa e ocupando esse espaço. Então, transformou-se em uma comunidade, comunidade de Nova Aliança. O que acontece é que existe um preconceito imenso de quem mora na Vila Aliança contra Nova Aliança, porque é um espaço em que não há urbanização, entrou no programa Favela-bairro da prefeitura, mas fizeram uma obra que não correspondeu à realidade de bairro. E é um espaço também onde a questão que nós temos hoje, de não produzir a marginalidade, eu quero dizer outro termo, é onde está mais explícito certo, só que as pessoas não percebem que as pessoas que atuam ali dentro, dentro dessa realidade,

muitas vezes são moradores da nossa comunidade. Então, o preconceito, a igreja não assume: há um preconceito da igreja em fazer um trabalho lá, a não ser as igrejas evangélicas, mas há um preconceito do trabalho. Há um preconceito até dos professores das escolas entrarem lá dentro. As únicas pessoas que eu vejo, profissionais que eu vejo entrar e andar a favela de ponta a ponta são os assistentes sociais, porque nós temos um CRAS, que é um órgão do serviço social que fica numa comunidade, onde há dificuldade de transição, de violência de lá pra cá, cá pra lá. Então os assistentes sociais tem que vir na comunidade, na favela, para poderem fazer as visitas às famílias, a questão de Bolsa-família, as ofertas que eles oferecem lá. São os únicos que eu vejo entrar de ponta a ponta, porque, pelo contrário, é um lugar muito discriminado. Em relação ao Brasil, não tem diferença, a mudança é, como se diz, de estrutura, mas enquanto realidade social ela está no Brasil todo.

As mulheres negras são uma parcela da sociedade muito discriminada. É uma parcela da sociedade onde, tanto na questão do trabalho, família e na integração da sociedade, ela é vista como diferente. Por exemplo: se você vê a profissão mais discriminada que nós temos, de menor valor, qual é? Trabalhadora, emprego doméstico, não é? Qual é a maioria das mulheres que está lá? São as mulheres negras. Eu vejo na própria comunidade, é a parcela de mulheres que mais sofre violência, não só violência doméstica a partir da pancada, mas é violência em tudo, da forma de acesso aos serviços, de acesso à informação. Eu vejo que a questão da mulher tem ainda outro problema, porque muitas vezes, na medida em que se descreve essa situação em que vive, a questão racial, incluindo a mulher negra como sendo ela aquela que mais sofre a discriminação, a gente ainda passa por racista: “vocês são negros, vocês discriminam a própria raça”. Porque diz que quando a gente está falando, está discriminando a própria raça. Ou então diz que a gente está lamentando, mas que não é tão sério. Então eu vejo que a questão racial tem uma conotação muito grande em torno de toda a população negra, mas sendo a mulher negra com maior destaque.

Mas eu acho que a gente tem que ter sempre esperança para melhor. Porque se a gente for esperar pelo pior, a gente cruza os braços e não faz mais nada. Vai ser difícil? É uma luta difícil? É. Mas existem muitas pessoas engajadas, muitos movimentos engajados. O que precisa é ter forma da gente estar trabalhando a mudança desse sistema do poder público, esse sistema de atendimento, esse descaso que se tem com as populações mais necessitadas, as comunidades também mais necessitadas, para que entre o poder público lá dentro com serviço. Na medida em que o poder público entre com o serviço, que a educação tenha uma outra reforma educacional, que seja de qualidade. Porque, eu estava lendo um dia desses, uma frasezinha, que o homem esclai-

recido é um homem vencedor. Porque, seja ele qual for, depois que a gente começa a adquirir esclarecimento, analisa “isso pra mim não é bom, eu tenho que lutar por isso, por aquilo”.

Eu acredito que a luta vai ser muito grande, mas tem que acreditar que um dia vai ser melhor.

Uma menina negra nascendo agora está nascendo em um momento muito difícil. Mas a mensagem que eu deixaria para ela é o seguinte: no momento em que for crescendo e olhando em torno, perceba que é um ser capaz, é um ser que tem inteligência, é um ser que tem condições e direito de vida, é um ser que tem o direito de ser uma cidadã como qualquer outra mulher no mundo. Que cresça dentro de uma cultura, de uma informação, de que ela é capaz, que a cor da pele não é o que importa. O que importa é o que eu sou, o que eu faço e o que eu pretendo fazer.

Maria da Fé da Silva Viana (Fezinha)

São João de Meriti / RJ



*“Todas as lutas na nossa vida devem servir para impulsionar,
e não para a gente parar.”*

Meu nome é Maria da Fé da Silva Viana, tenho 67 anos e tenho dois filhos. Sou aposentada do Estado e trabalho comissionada na Prefeitura de São João do Meriti, na Superintendência de Política de Promoção da Igualdade Racial.

Nasci em Carangola, Minas Gerais, onde fiquei até os oito anos e estudei até a segunda série. Já começando a falar sobre racismo, eu tenho uma dor com Carangola. Porque eu tentava sempre ser a melhor aluna da classe, já eu era muito levada e todo mundo fazia queixa de mim pra minha mãe. Então em alguma coisa eu tinha que superar, e as professoras, no final do ano, sempre me premiavam, me festejavam muito e tal. Mas diziam sempre assim: espero que você, quando crescer, seja tão boa lavadeira quanto sua mãe é e passe roupa tão bem quanto ela. Ou, seja cozinheira como suas tias. E eu ficava feliz com aquilo, achava que aquilo era maravilhoso.

Depois que eu cresci e entendi as coisas, pensei: porque que elas não diziam que eu podia ser uma boa professora como elas? Mas não, eu tinha que

seguir a trilha, tinha que ser lavadeira ou cozinheira. Então essa é a questão racial que eu trago de Carangola.

E tem também a questão da coroação de Nossa Senhora. Porque a minha mãe era católica – nasci em um lar ecumênico, meu pai era evangélico, presbiteriano, e minha mãe católica. Só que quando minha mãe casou com meu pai, ela perdeu o direito de frequentar a igreja, ela foi excomungada, não pôde mais participar da comunhão. Mas a minha avó, que era uma das beatas da cidade, conseguiu o direito de nos batizar, de fazer a primeira comunhão e todos os direitos da Igreja. Eu era louca pra coroar Nossa Senhora, não faltava uma coroação, achava a coisa mais linda. Mas preto não podia coroar, então, não podia nem ser anjo. Menina preta não podia nada, nem anjo, nem virgem, nem a que coroava. E aí eu tinha muita tristeza por isso. Só fui saber também depois de grande. As moças negras de Carangola não podiam ser Filhas de Maria, elas tinham que ser da irmandade de Santa Efigênia; as brancas eram Filhas de Maria ou da Irmandade de Santa Terezinha. Todas essas coisas eu só fui saber depois que eu conheci a questão racial, até então não conhecia; sabia, mas não conhecia o fundamento dessas coisas.

Já morando no Rio de Janeiro, eu fiz terceira e a quarta séries com a Dona Nena, que era uma mulher sem nenhuma formação. Mas como não tinha outra escola, ela sabia ler e escrever muito bem, então ensinava e nos seriava. Quando terminei a quarta série, com dez anos, por conta de ser muito, muito levada – ao contrário do meu irmão, que era um santo, era o filho modelo; e eu era a pimenta – meus pais não me deixaram estudar. Diziam que se me colocassem num colégio lá em São João, eu nem voltava mais pra casa. Então eu fiquei sem estudar até depois de adulta. Aos doze anos o meu pai me colocou para aprender bordado, fiz um curso de bordado, ponto de cruz, bordei muito enxoval. Para a maioria das crianças que nasceram aqui, nesse lugar, eu fiz e bordei os enxovais. Hoje não sei mais dar um ponto, mas eu fiz muita coisa. No dia em que eu completei quinze anos, o meu presente foi ser matriculada num curso de corte e costura. Eu comecei a costurar pra fora antes dos dezesseis anos. Comecei a costurar em agosto e em dezembro eu já estava costurando, fazendo roupa pra todo mundo aqui. Mas não deu certo, a minha profissão como costureira não funcionou. E eu fui aprendendo, na marra, a fazer e confeitado bolo. Afinal, eu sempre gostei muito de festa. Comecei a fazer bolo e salgado para fora e pegava para fazer a festa toda: a roupa, o salgado, o bolo, o doce. Isso significava que, de alguma coisa, eu não dava conta. Então era briga, o povo vinha aqui na porta reclamar. E assim foi durante bastante tempo. Trabalhei muitos anos com isso e nos salgados, nos doces e no bolo. Eu me saía muito bem.

Um dia, a minha cunhada, que era diretora de uma escola, me convidou para substituir as merendeiras que ficaram doentes e lá fui eu, substituir as duas. Mas ela disse: não posso pagar; a escola não tem dinheiro, mas se você atender às necessidades da escola, direitinho, você vai ter um contrato. Eu fiquei trabalhando lá dois anos e cinco meses, até que saiu o contrato. Mas foi muito bom esse tempo todo de trabalho. Nesse período, eu fiz um curso de enfermagem, trabalhei durante muito tempo na escola como Agente de Saúde Escolar. Fiz curso de primeiros socorros e fiz um outro curso de atendimento rápido pra trabalhar com criança. Foi muito bom pra mim esse período.

Meus dois filhos foram crescendo, eram muito estudiosos, e começaram a cobrar porque eles estavam indo e eu estava ficando para trás. Em 82 nós tínhamos um curso noturno na escola e eu trabalhava nesse período, mas em 85 o noturno foi retirado de lá. Nesse período o senhor meu marido tinha arranjado uma namorada aqui no bairro. Porque eu largava onze horas da noite e no fim de semana eu tinha que fazer salgado, doce, essas coisas pra fora também, não podia ver nada. Quando eu deixei de trabalhar até dez horas da noite, aí eu comecei a ver que algo estava errado. Nós tínhamos um carro, um fusquinha vermelho, e quando eu passava do trabalho, o fusquinha estava parado na casa da tal namorada. Eu nunca fui de briga, sempre fui muito levada, mas não de briga. Então vinha pra casa e ficava lá sofrendo, chorando e ele só voltava lá pela meia noite. Quando eu cobrava, ele negava tudo, me humilhava, me destratava. Me fazia levantar da cama para dar comida. Um dia eu estava servindo merenda, chorando muito e uma professora perguntou qual era o problema. Quando acabei de contar ela me disse: a senhora não quer estudar? A senhora é uma pessoa tão inteligente, porque não vai fazer a quinta série? E eu disse que não podia porque não tinha nenhum comprovante, pois eu estudara em fundo de quintal. Ela fez uma prova de suficiência e com ela fiz o supletivo de 83 a 85. Logo que terminei o ginásio, fiz prova para o segundo grau e comecei a estudar. Mas aí vieram várias consequências. O meu filho mais velho terminou o segundo grau, fez prova para faculdade, passou. O meu mais novo terminou a oitava série, fez prova para o segundo grau, passou também. E aí éramos todos estudando e a situação com o pai piorou muito, pois achava que estávamos fazendo coisa que não devíamos. Reclamava que, ao invés de os garotos irem ajudá-lo na obra, só estavam pensando em estudar, que ele nunca estudou, que não precisava disso. E agora, pra acumular, até eu estava inventando moda de estudar também. O resultado disso tudo foi que acabei ficando doente e tive que sair da escola e não conclui o meu segundo grau.

E ele também não ficou em casa, porque no final de 86 ele foi embora de vez. Aí eu fui cuidar de uma tia doente durante três anos. E quando ela

morreu em 89, eu assumi o movimento social de vez. Passei a viajar, presidi o GRUCON – Grupo de Consciência Negra; entrei para Pastoral da Mulher; fui coordenar o projeto Baixada Livre, aqui em Caxias. Enfim, fui me envolvendo. Até que em 91 fomos a uma escola metodista aqui em Caxias, e lá algumas pessoas foram apresentadas à diretora da escola. A coordenadora da Pastoral apresentou assim: essa aqui é fulana de tal que é assistente social; essa aqui é fulana de tal que é psicóloga; essa aqui é fulana de tal que tem tal e tal; e essa aqui é Fezinha. Eu fiquei muito chateada: “Meu Deus, e eu não sou nada? Eu não sou ninguém? Sou da equipe dela, ela poderia ter dito assim: ‘essa aqui é Fezinha, faz parte da minha equipe, é mãe etc. e tal’, mas não disse nada”. Então, pensei: “eu não vou ficar assim, se o problema é título, eu tenho que ter um”, e saí de lá com esse pensamento. Quando abriu inscrição para segundo grau de novo, eu fui lá e me inscrevi para formação de professores, “vou ser professora”. E fui, estudei e me formei, me formei professora com cinquenta anos, não tem problema.

Quando nós gravamos um DVD no dia da Mulher Negra e nele me coube falar a parte sobre a luta, então eu falei da minha luta mesmo, pessoal. E no final eu disse que todas as lutas na nossa vida devem servir para impulsionar e não para gente parar. Porque na minha vida foi assim, eu podia ter desistido de tudo. Me casei com vinte e um anos, com quinze dias de casada o meu marido ficou noivo aqui pertinho, pertinho daqui. As mesmas pessoas que foram na festa do meu casamento, foram na festa do noivado dele. E isso não me desestimulou e nem me impulsionou para um outro lado. Fui esposa, fui mãe, tive três filhos, perdi a primeira, foi uma menina. Tive eclâmpsia e o médico tinha que escolher, naquela época era assim, se salvava a mãe ou a criança, e ele escolheu a mãe. Depois eu tive os dois meninos com muito sacrifício, muito, muito, muito, muito, muito: o segundo até teve roupa e berço, mas o terceiro já não teve nada. Meu marido dizia que não podia nem olhar para mim que eu já estava grávida, que eu ia ser que nem uma coelha. E aí eu fiz um juramento no dia que o menino nasceu: “nunca mais vou ter filho”. E nunca mais eu tive mesmo. Mas isso também não me acomodou, eu sempre buscando, fazendo, querendo. E os meninos me ajudaram muito, foram muito politizados. Eles me levaram para política, eles é que me levaram para o movimento popular, eles é que me levaram a ter vontade de estudar. Eles e a Igreja Metodista, que na década de 80 estava dentro do movimento popular.

Eu retornei à igreja depois de treze anos. Queria conhecer escola de samba, candomblé, umbanda, porque eu não conhecia nada disso. Fui criada dentro da igreja católica para igreja metodista, da igreja metodista pra igreja católica e quando eu pude, eu já estava casada. Ninguém podia mandar em

mim, eu caí fora da igreja e fui pro mundão como dizem os crentes. Só que não me dei bem também lá, lá também não era o meu lugar e aí eu voltei pra igreja de dentro da escola de samba. Teve um incidente quando fui buscar minha fantasia na escola de samba, uma coisa muito triste. E eu, já não tendo mais por onde apelar, comecei a falar com Deus e prometi, se ele me tirasse daquela situação, eu voltaria para a igreja no dia seguinte. Então me reconciliei com a minha igreja e depois disso foram acontecendo todas estas outras coisas que eu já mencionei.

Meu marido falava na época que não queria filho dele na igreja, que homem de igreja é tudo mariquinha, tudo bobo. Mas os meninos foram e aí começaram a frequentar.

Eu fui escolhida para ser conselheira dos juvenis e os meninos chegaram até a presidência da federação, da confederação de juvenis. E foi a partir daí que eles pegaram esse pique de estudar, de se formar, de ir para a universidade e de participar das mudanças do País. Participamos das Diretas Já e de todas as candidaturas do Lula. E no final o Lula acabou sendo padrinho de formatura do meu filho mais velho.

Hoje sou uma teóloga, ganhei uma bolsa integral para fazer Teologia no Instituto Benett. Porque, pelo meu trabalho de combate ao racismo, a igreja metodista tem uma pastoral e fui escolhida para ser coordenadora nacional. Por sete anos coordenei – no Brasil todo – a pastoral de combate ao racismo e nessa função eu fui convidada pela Presidência da Republica para um encontro “A contribuição das Igrejas para os Direitos Humanos”. Foram apresentados trabalhos de várias igrejas e o meu foi o trabalho vencedor e fiquei com o meu nome conhecido e no ano 2000 eu já tinha me lançado candidata a vereadora, já estava bem conhecida na cidade. E depois emendou com o conhecimento no Brasil todo, porque foi divulgado na mídia e então por todas essas coisas eu acho que vale a pena a vida.

Posso dizer que eu sou uma mulher realizada. Porque meus filhos que eram a minha maior preocupação, graças a Deus, o mais velho é engenheiro agrônomo, trabalha na Prefeitura do Rio, casou também com uma mulher agrônoma, tem uma filha maravilhosa. Esse mais novo eu não pude segurar na faculdade como eu segurei o mais velho, porque eu ganhava salário mínimo. Mas ele foi para Polícia Militar e foi para escola de formação de oficiais e com trinta e dois anos já era capitão. Eu creio que isso é uma grande conquista minha, eles não tiveram o apoio do pai.

As minhas netas que estão uma com dezoito e a outra com quinze anos, inteligentes estão se encaminhando para a vida. E têm o maior orgulho de mim.

A de 18 está fazendo estágio no INSS, está no segundo ano, se encaminhando pro terceiro. É uma menina cabeça, não dá trabalho. A de 15, essa é filha do meu filho solteiro, o meu filho é pai solteiro – a outra é filha do engenheiro – também é uma menina inteligentíssima. Está no primeiro ano do ensino médio, é excelente. Quer dizer, enquanto família, eu me sinto realizada. Elas têm o maior orgulho de mim e querem estar comigo o tempo todo.

A comunidade em que eu vivo ainda me deixa muito frustrada, tanto que eu me aposentei em 2006 e fiquei em casa até 2009. E só então comecei a trabalhar, mas nem fiquei muito em casa não, porque dia sim, dia não, eu ia pra cidade. Porque não aguento ver essa mulherada sentada o dia todo, ou brigando. Hoje nós temos um monte de escolas aqui, o que mais tem nesse lugar é escola e elas não querem nada, ninguém quer saber. Na igreja, por exemplo, a gente faz grupinho de estudo, dá cursinho de bolo, cursinho de costura, cursinho de bordado, e ninguém vai. Então, fico pensando: “o que posso fazer para alertar essa comunidade, essas mulheres que estão aí vendo a vida passar?”. Aquelas que querem e avançam, eu caminho junto. Tem duas meninas aqui na comunidade que são enfermeiras e eu estou pronta para elas a qualquer momento. Inclusive elas participam de Criola junto comigo, fizeram curso de projeto lá, viajamos, fomos com Criola para vários lugares, porque são meninas que querem crescer e eu gosto disso. Também tem aquelas que não querem crescer, mas querem que os filhos cresçam, e vêm pedir orientação sobre qual escola, curso, profissão e essa é uma coisa boa que tem na comunidade.

Hoje estou trabalhando na prefeitura. Na Secretaria onde minha superintendência está lotada tem a superintendência da mulher e eu estou sempre lá, vendo se a gente pode fazer alguma coisa que atraia essas mulheres.

Esse é um problema na comunidade que não deixa a gente se sentir bem. Não dá para se sentir bem na igreja porque virou um gueto, é só o pessoal da igreja. E eu acho que a igreja deveria atuar para fora das quatro paredes. Na minha igreja, por exemplo, aquele que tem mais é o que vale mais. Então fico muito brava lá porque vejo as crianças ainda pequenas com uns pais que tem uma boa situação, e trocam de celular a cada seis meses. Eu digo sempre pra eles: não façam isso, porque vocês podem estar criando um monstro. No dia em que vocês não puderem fazer, “o bicho vai pegar”. Não é porque vocês não tiveram que agora vocês tem que dar tudo. Então eu tenho essa crítica.

Espero que com todos os avanços que estamos vendo, as cotas aprovadas, creio que vamos ter muito mais negros e negras nas universidades, com mais qualidade de vida, porque só comíamos maçã quando ficava doente

ou quando tomava lombrigueiro – eu queria tomar lombrigueiro todo dia pra poder comer maçã. E hoje todo mundo tem mais acesso a essas coisas, não só a uma alimentação melhor, como uma moradia melhor. Todas as casas tem televisão, tem DVD. Então eu vislumbro que no futuro essas coisas vão aumentar muito mais, mas lamentavelmente o futuro se mostra com as duas faces da moeda: aumenta a droga, aumenta a criminalidade, aumenta a violência. E ficamos pensando se isso também será aumentado no futuro, porque muitas coisas estão melhores, mas sempre há um paralelo.

Mas eu vejo também que, assim como agora já temos uma série de coisas criadas para combater esta situação, que no futuro não precisemos combater, só prevenir. Essa é a minha visão de futuro.

Para a menina negra que está nascendo agora, desejo, em primeiro lugar, que ela se valorize enquanto mulher negra, que seja uma mulher de fibra, que procure tudo aquilo que é direito nosso. Porque muitas das coisas que nós conquistamos, nos diziam que estávamos invadindo a praia do outro, da outra. Mas não, hoje temos certeza de que é um direito nosso. Então, que elas assumam esse direito. Que elas tenham uma vida bonita, que viajem, que passem, que trabalhem, sim, mas naquilo que elas quiserem, não naquilo que lhes são impostas a trabalhar, porque a imposição é uma coisa muito triste.

Jéssica de Castro

Magé / RJ



“Não é isso que eu quero, eu não posso aceitar isso do jeito que vivo, como sou descartada como se eu fosse um objeto.”

Meu nome é Jéssica de Castro, tenho 21 anos, sou de Magé, sou estudante e atualmente não trabalho formalmente.

Eu nasci em Magé, que fica localizado na Baixada Fluminense, venho de uma família muito humilde que vivia abaixo da linha da extrema pobreza. Passei muitas dificuldades ao longo da minha vida toda, principalmente na minha infância, porque a minha mãe era mãe solteira, com três filhos e tinha que deixar a gente em casa para poder trabalhar. Ela não tinha emprego formal, era catadora, trabalhava catando materiais recicláveis no lixão de Bongaba, no lixão de Duque de Caxias e foi assim que ela conseguiu nos sustentar. Muitas vezes comemos coisas que eram descartadas por supermercados, que eram inúteis para eles. Minha mãe levava para casa e a gente reaproveitava, então foi muito difícil.

Eu enfrentei uma dificuldade grande com a família do meu pai, que são descendentes de portugueses e não me aceitavam por eu ser a mais escura da família. Sempre sofri muito preconceito, porque na família do meu pai era

todo mundo branco de olhos azuis e eu era a única que era o contrário deles, eu vinha no sentido contrário do que eles eram. E por a minha mãe ser negra, ser afrodescendente, sofreu muito preconceito porque, além de sofrer por parte da família, sofria diariamente no trabalho, na rua. Com a gente não foi diferente, comigo e com meus irmãos.

Desde muito cedo a gente vem enfrentando e combatendo este preconceito que a gente sofria. Desde que a gente chegava na escola éramos os menos atendidos, porque o coleguinha era branco e dele a professora gostava mais, agradava mais, dava beijinho nele e não dava na gente, nem em mim, nem em meus irmãos. Até o momento em que a gente se tornou adolescente e começou a buscar por nossos interesses, a estudar, a trabalhar.

Tivemos que trabalhar muito cedo para poder ajudar a minha mãe, porque era ela sozinha em casa. Vivíamos em uma casa que era horrível, que não tinha porta, não tinha janela e quando chovia molhava tudo. Quando dava enchente nós ficávamos desabrigados – e todo o ano dava enchente. Em 1977 a nossa casa pegou fogo e passamos por mais dificuldades ainda, porque não tínhamos para onde ir e o Estado, que deveria ter compromisso conosco, não nos protegeu, não nos ajudou. Então fomos sozinhos, com a cara e com a coragem, e novamente minha mãe começa tudo de novo, pois perdemos o que tínhamos conquistado.

Diariamente a gente vem lutando contra o preconceito, ouvindo as pessoas dizerem para minha mãe: “ah, a sua filha vai ser prostituta, seu filho vai ser traficante, porque você não tem condições de dar uma boa educação para eles e vão ser tudo o que não presta”. Isso porque as pessoas têm esse pensamento equivocado de, por sermos negros, afrodescendentes, sermos pobres, da classe mais desfavorecida, que vamos sempre dar para o lado errado, que vamos sempre ao contrário, que não podemos ser doutores, que não podemos ser nada de bom na vida. E a gente sempre enfrentou isso e sempre lutou contra isso.

Quando eu olho lá pra trás, eu digo, hoje não temos ainda uma vida maravilhosa, ainda estamos lutando muito para conquistar muitos direitos que ainda não são garantidos, que só estão no papel e que não saem do papel efetivamente. Como estávamos muito atrasados, conseguimos dar um passo, mas ainda faltam muitos outros. Ainda temos que andar muito para gente chegar efetivamente no lugar que nós queremos e sermos reconhecidos como protagonistas de uma história, reconhecidos como cidadãos de direitos. Hoje ainda temos dificuldades, mas com muitas lutas, de muitas pessoas, de muitos militantes, de muita gente, já conseguimos avançar um pouco.

Antes era muito pior porque eu não conhecia meus direitos. Era difícil brigar por eles e conseguir a chegar em certos espaços que hoje chego.

Eu comecei a lutar muito cedo, militando. Quando tinha quinze anos e conheci o Criola, eu olhei para minha vida toda e disse: “não é isso que eu quero, eu não posso aceitar isso do jeito que vivo, como sou descartada como se eu fosse um objeto”, por eu ser de uma classe social mais desfavorecida, por eu ser afrodescendente. A partir do momento que eu enxerguei isso, fui para o Criola e aprendi mais sobre a minha cultura, mais sobre a minha raça, lá que fui perceber que o que eu vivia não era vida, que não era o correto para um cidadão viver. E que eu tinha que brigar para mudar.

Eu não aceito ser humilhada, que nós sejamos – por causa da cor, raça ou por religião –, inferiores a ninguém. Acho que nós somos iguais. Diferentes sim, na forma de pensar, de agir, mas, enquanto cidadãos e cidadãs somos iguais. Comecei a me questionar, também, porque eu estava naquela situação, porque o meu irmão não conseguia um emprego bom, porque muitas pessoas da minha família também não. Se vamos numa loja procurar emprego, eles só aceitam nosso currículo se levarmos foto. Então significa que a foto vai mostrar a estética, e se você não tiver uma cor que eles acham que é ideal, você não vai ter emprego e aí é que começamos a ver o racismo. Antes eu não percebia isso. Depois que comecei a me abrir para aprender mais fui perceber que eu sofria racismo em vários lugares, em diferentes momentos da minha vida, independente de ser com a família ou não, na escola, na rua, ou no trabalho, e comecei a me questionar. Tem que ter uma forma de lutar e de combater esse racismo, e foi assim que começou. Hoje eu considero que a minha vida melhorou um pouco, quero que melhore muito mais, não só para mim, porque quando eu brigo, eu luto, eu vou para rua, eu não luto somente para mim eu luto para todos. Para que nós, cidadãos afrodescendentes, sejamos valorizados pelo que nós somos, independentes da nossa cor. E continuo lutando porque eu acho que temos muito que avançar ainda no Brasil.

As mulheres negras do Brasil inteiro sofrem, porque na maioria das vezes são pobres, não têm acesso a uma educação de qualidade, moram em zonas periféricas, sem cultura, sem saúde, sem educação, sem segurança, sem nenhuma política que é garantida pela lei, por nossa Constituição. Então as mulheres negras vivem num círculo vicioso, porque nascem em uma situação de extrema pobreza e muitas não conseguem sair dessa situação. Por falta de uma saúde de qualidade é que vemos os grandes índices de mulheres negras que morrem com trinta anos de idade, no período fértil da vida. São as mulheres negras as que mais criam filhos sem pais, porque hoje a gente vê o genocídio da juventude negra, os jovens e homens negros são os que mais morrem

no nosso país. E com esse agravo dos jovens negros pobres morrerem, as mulheres ficam viúvas, ficam mães solteiras muito cedo, porque perdem o companheiro em decorrência da violência, vem aquele agravo dela ter que criar os filhos sozinha, ter que trabalhar e ser mãe e pai ao mesmo tempo.

Algumas coisas já mudaram. Hoje nós temos leis que nos amparam, mas não tem, infelizmente, a garantia efetiva dessas leis, porque muitas vezes elas não funcionam, muitas vezes elas não saem do papel. Quando conhecemos nossos direitos, quando lutamos para que todos conheçam os seus direitos, quando vamos para as comunidades, para as escolas, para trabalhar com as pessoas carentes, para as pessoas que são de baixa renda, para os afrodescendentes que moram nas periferias, nós queremos levar para elas o conhecimento dos seus direitos, para que elas possam brigar por eles, já que estão na lei, já que nós lutamos para conseguir colocá-los na lei.

Mas a gente avançou na questão de chegar em vários espaços que a gente não conseguia, de chegar, brigando e lutando por direitos. Porque hoje a gente tem um presidente de um país, negro, tem presidentes de empresas, mas é com muita luta, porque nenhum negro conseguiu espaço de poder do nada. Eu não conheço nenhum negro que tenha ganhado este espaço de mão beijada. Ele teve que lutar muito, diferentemente se ele fosse um homem branco talvez, ele não teria esse fardo todo, o trabalho dele seria mais leve. Mas por as pessoas olharem para a gente e nos acharem inferiores, pela nossa cor, pela nossa ascendência, então a gente acaba tendo que fazer o dobro do que outra pessoa faria. A gente vem brigando com isso, junto com várias leis, com a lei Maria da Penha, que dá amparo à mulher. Hoje a mulher tem direitos reconhecidos na lei, mas os índices de mortalidade, de violência contra a mulher ainda são altos com relação às mulheres negras, com as mulheres mais pobres. Então a gente avançou na criação dessas leis, na criação dos centros de referencias, da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, a gente avançou neste sentido.

Pessoalmente eu ainda não avancei tanto assim, eu adquirir muito conhecimento ao longo desse tempo, mas quero adquirir muito mais ainda, porque temos que aprender cada dia mais. Eu comecei a universidade faz pouco tempo e as pessoas ainda se assustam por eu ter terminado o ensino médio. O pai de uma colega falou admirado: “Nossa! Você conseguiu terminar o ensino médio!” Quando ele disse isso, na hora eu percebi o racismo saindo de dentro dele, porque a intenção dele era dizer: “você é pobre, sua mãe é catadora de lixo, você sem pai, foi criada só com a sua mãe e com seus irmãos, sua mãe negra, favelada”, foi isso tudo que ele queria me dizer. Ele não usou essas palavras, mas eu entendi muito bem. E eu respondi: “consegui

me formar, independentemente da minha cor ou raça porque eu lutei muito para isso, eu sofri muito mais do que muitos colegas da minha turma que tinham tudo de mão beijada. Eu tinha que trabalhar o final de semana inteiro para poder comprar meus livros, porque a minha mãe não tinha condições de comprar, diferentemente de outras pessoas”. Mas eu não cheguei só aqui, eu vou chegar muito mais longe, quero ampliar esse espaço, quero que todos os jovens afrodescendentes tenham um lugar garantido nas universidades, nos cursos técnicos. E estou lutando porque quero conseguir terminar a minha universidade, quero fazer meu mestrado, meu doutorado. Porque filho de negro também pode ser doutor, nós também podemos ser doutores.

O que piorou é que aqui no Brasil, um país afrodescendente, um país que tem raízes de África, muitas vezes não vemos essas raízes valorizadas. Nós temos os centenários, as festas dos japoneses, a festa dos italianos que vieram aqui pra o Brasil, e onde está a festa dos africanos? Nós vemos a valorização de várias culturas, de vários esportes como o judô, o caratê, esportes de diferentes culturas, mas não vemos valorizada a cultura afrodescendente, não vemos o esporte, a capoeira, que cada vez diminui mais nas escolas. As crianças não aprendem essa cultura, as pessoas não sabem de onde vieram, porque vieram, das lutas de Zumbi dos Palmares, a mesma luta que muitos negros travaram de muitos anos até agora, que travam diariamente, de pessoas que militaram e que deram suas vidas para que hoje nós vivêssemos um pouco melhor. Isso é um problema, e tem que ser trabalhado.

A gente precisa difundir essa cultura, a cultura afrodescendente tem que chegar a todos os lugares. Ao mesmo tempo, eu vejo poucos lugares que valorizam. Aqui na nossa cidade agora a gente conseguiu um investimento do governo federal pra organizações afrodescendentes, pra investir na cultura afrodescendente, isso é um avanço porque nós não tínhamos isso aqui. O movimento afrodescendente aqui no município era muito fechado, não conseguia chegar a muitos espaços e hoje nós conseguimos com muita luta chegar a mais espaços. Hoje nós conseguimos chegar a Secretaria da Igualdade Racial, temos a Jurema Werneck que é do Conselho Nacional de Saúde, que está lá discutindo, levantando a bandeira da saúde da população negra. Hoje nos temos vários Conselhos, estamos mais articulados. Isso pra mim é um ponto positivo porque antes nós brigávamos, nós lutávamos, mas cada um no seu canto. Temos articulações nacionais; a Rede Lai Lai Apejo, que é uma rede nacional que luta pela saúde da população negra; nós temos várias redes que trabalham em âmbito nacional, com várias organizações de vários estados brasileiros, para o enfrentamento da mortalidade materna da mulher negra. Temos a campanha “Reaja ou seja morto”, que é uma campanha ao enfrentamento ao genocídio da juventude negra, porque a juventude negra é

a que mais morre no país vítima da violência. Infelizmente o governo, o Estado, não faz nada pra combater isso. Eu vejo que hoje nós avançamos porque estamos mais articulados, nós enquanto sociedade civil, enquanto movimento negro. Mais espaços nós conseguiremos, mais direitos serão reconhecidos, e acho que isso é o caminho certo da gente continuar lutando pra gente ter uma sociedade mais justa, pra gente ter nossos direitos reconhecidos.

Quando penso no futuro espero dias, anos, muito melhores, em que a população negra venha de fato ter seus direitos reconhecidos pela lei. Que possamos desconstruir o racismo que existe dentro de muitas pessoas; que possamos trabalhar nas escolas formando cidadãos. Porque se tem o racista, é porque muitas vezes vem de casa, ele aprende na infância que não deve brincar com uma criança negra, que não deve ter contato. Então, se o problema está na árvore, temos que ir até a raiz dela, não basta apenas podar as folhas.

É preciso investir mais no jovem negro que se encontra em situação de maior vulnerabilidade social. O jovem negro que estuda tem uma educação muito precária, na maioria das vezes vai para a escola sem alimentação adequada, não tem acesso à saúde. E quando chegamos à adolescência, temos que começar a trabalhar para ajudar em casa. E quando chega a fase da nossa juventude, que temos que prestar vestibular, não estamos preparados para ele, a nossa educação é de péssima qualidade, não temos transporte de qualidade para ir pra escola, são poucos os cursos pré-vestibular comunitários, que não atendem a demanda da nossa população. E por isso, quando chega o vestibular os jovens brancos saem na frente e nós, jovens negros, jovens pobres, ficamos lá atrás. São poucos os que conseguem. Se pegarmos os dados do ENEM dos últimos anos, cerca de 80% dos jovens que ingressaram na faculdade através do ENEM eram de classe média. Então 20% somos nós, que nos sacrificamos para conseguir pagar uma faculdade particular e, como o salário geralmente é baixo, o dinheiro vai todo pra faculdade, mas não conseguimos comprar os livros, por exemplo. Eu espero que consigamos melhores acessos aos serviços públicos e que tenhamos educação de melhor qualidade, porque eu acredito que a educação realmente pode transformar o mundo.

O que eu digo para todos nós afrodescendentes eu digo hoje e diria também para uma pessoa que está nascendo agora: que com certeza ela terá dias melhores. Porque nós lutamos no passado, estamos lutando no presente e continuaremos lutando. Eu espero que a vida dela seja muito melhor do que a que eu tive, que ela tenha muito mais acesso às políticas públicas do que eu tive, do que a minha mãe teve, do que a minha avó teve. E eu espero que consigamos mudar esse ciclo vicioso que acontece na nossa sociedade, de os negros ficarem nas posições subalternas.

Eu diria para uma menina negra que está nascendo agora que estou lutando muito, que eu vou continuar lutando e eu espero que ela também lute para que de fato um dia nós sejamos reconhecidos como cidadãos de direitos, como cidadãos que nós merecemos. Então eu diria a ela que lute sempre e que tenha muita esperança de dias melhores.

GELEDÉS – INSTITUTO DA MULHER NEGRA

São Paulo

Ao longo dos 24 anos do Geledés temos convivido com mulheres negras extraordinárias, que têm inspirado nossa luta contra o sexismo, o racismo, a lesbofobia e todas as formas de discriminação. Uma delas é Tia Cida. Com ela não há letargia; aonde chega, revoluciona, convulsiona. Mulher forte, inteligente e estudiosa, com conhecimentos sobre a história do país, do feminismo, da população negra, das políticas públicas. Intransigente quando o assunto é violência, abuso de autoridade, agressão à dignidade humana. Sua história de lutas é inspiradora – pela família, pelo bairro e, principalmente, pelas mulheres; é uma leoa na defesa da sua comunidade.

Sempre quis escrever a história de Lara Dee, uma mulher inquieta, intrigante, lutadora incansável, que conseguiu superar as maiores adversidades e encontrou forças para ajudar outras mulheres a saírem de situação de indignidade e pobreza. Superou todo tipo de preconceitos e fez do limão que a vida lhe ofereceu, uma limonada saborosa, que oferece a todas as pessoas do seu entorno, com a maior generosidade.

A terceira entrevistada nos escolheu. Recebemos, no Portal do Geledés, a mensagem de um estudante de Ciências Sociais pedindo ajuda para que divulgássemos a história de Dona Maria Ignez “... mulher negra viveu parte da infância e adolescência interna em colégio de freiras em São Paulo. Ali, conviveu com a discriminação racial, presenciou situações de conflitos e mortes, sofreu abusos, foi perseguida pelas mães... Sua história contém elementos de forte discriminação, maus tratos e racismo dentro de um ambiente religioso, com uma prática totalmente contrária a dos ensinamentos cristãos...”. Dona Maria Ignez nunca se entregou. Aos 50 anos cursou Direito. Hoje, muito lúcida, com quase 80 anos, ela anda com dificuldade pelas ruas da Lapa de Baixo, em São Paulo, onde mora só.

São três histórias de mulheres negras que poderiam ser nossas avós, mães, irmãs, e onde qualquer uma de nós vai se reconhecer em algum momento. A elas e a todas as mulheres negras companheiras de luta, nossas homenagens.

Edilara Lima Pacheco (Lara Dee)

São Paulo / SP



“Não sei ser feliz sozinha. Sou feliz em comunidade e divido, porque tenho uma alma socialista.”

Meu nome é Edilara Lima Pacheco, tenho 57 anos, mas sou conhecida como Lara Dee, meu primeiro nome invertido. O nome Lara Dee foi criado pela cantora Edith Veiga, logo que comecei a dançar no Chacrinha, pois meu primeiro nome era muito pesado para o mundo artístico. Nasci em Itabuna, Bahia, e cedo comecei a perceber que eu era muito pobre e minha mãe insistia em mostrar que os pobres não tinham direito a nada. Aos nove anos nós morávamos em um cortiço em Itabuna e meu pai era muito ausente. Eu lembro que ele tinha de duas a três mulheres e aparecia em casa uma vez por semana. Minha mãe sempre me disse que “era um homem cheio de nós pelas costas”, até hoje não sei o que isso significa, mas reconheço essa situação em pessoas muito próximas de mim. Já naquela época eu ficava irritada ao vê-la aceitar as idas e vindas do marido. Minha mãe acolhia, lavava e cozinhava para o homem que vivia mais na casa de outras que em sua própria casa.

Nesta época minha mãe passou por uma cirurgia de vesícula urgente e não tínhamos ninguém que cuidasse dela. Então, aos nove anos, eu fui para o

hospital cuidar dela e me disseram que eu não podia entrar porque era proibida a entrada de crianças. Arrumei uma confusão tão grande neste hospital público em Itabuna que não só me deixaram cuidar dela, como me deixaram cuidar também dos outros pacientes e acabei organizando a ala que ela estava internada. Hoje sei que minha liderança comunitária e busca por justiça social começou ali.

Aos 11 anos já estava claro para mim que eu não toleraria aquela vida de miséria, de humilhações e de ver a submissão de minha mãe diante das adversidades da vida. Mamãe era branca, meu pai era negro e eu sou a mistura dos dois, a “famosa mulata”. Então convenci minha mãe que deveríamos vir embora para São Paulo. Após muitos enfrentamentos e lutas para que ela vencesse seus medos, consegui convencê-la a vender o único bem que tínhamos: uma velha máquina de costura, e viemos rumo a São Paulo no velho pau de arara, para nos hospedarmos na casa de uma amiga que havia enviado uma carta. Mas como não sabíamos ler, nem eu e nem minha mãe, carreguei durante toda a viagem, em minhas mãos, o envelope da carta, mostrando para todos o endereço para onde iríamos em São Paulo. Quando chegamos aqui, após quatro dias de viagem, depois de muito sol e muita chuva, é claro que este papel havia se desmantelado. Por este motivo acabamos ficando por uma semana dormindo na rua, sem dinheiro, passando frio e fome e eu procurando lembrar qual era o endereço.

Após uma semana, consegui chegar a Santo André, na casa da Dona Antônia, e então eu tive a minha primeira grande experiência de cidade grande, ver tantas lâmpadas e luzes. Aí descobri que o local em que estávamos era pior que o cortiço que vivia em Itabuna. E passei a me perguntar, será que estava errada, como minha mãe dizia? Naquele momento coloquei as mãos pro céu e pensei: é aqui que eu vou viver e é aqui que vou vencer. E eu só tinha 12 anos!

Dona Antônia arrumou emprego para minha mãe e para mim, de empregadas domésticas (ela, de assistente de cozinha e eu, como babá), na casa de uma francesa chamada “Madame Bruel”, casada com um executivo da multinacional francesa Rhodia. A madame era socialista e cooperativista e, através dela, fui para uma escola pública me alfabetizar. Ela também me inscreveu num concurso que elegeria a mais bela empregada doméstica do Brasil, e ganhei o concurso. A partir daí ganhei fama e me tornei dançarina do programa do Chacrinha e, anos depois, comecei a dançar no Oba Oba do Sargentelli e em todos os programas de TV que havia em São Paulo. O detalhe interessante é que, na época, eu não sabia sambar e nunca tinha visto um tamborim.

Nos fins de semana de folga, eu brigava na favela de Heliópolis, onde morávamos, pela entrada do caminhão de gás e de energia elétrica na favela. Batia de porta em porta para agitar a “greve do gás” e só sosseguei quando vi o caminhão subindo a ladeira da rua. Depois, fiz barulho na Prefeitura até conseguir acender uma lâmpada em casa.

Fui mãe solteira aos 18 anos e, contrariando qualquer prognóstico, foi quando o sol definitivamente entrou na minha vida. E o que parecia ser uma tragédia – quando grávida passei fome, dormi na rua, tudo que parecia de ruim – tornou-se bom, quando nasceu a minha filha, minha vida e meu novo caminho. Um ser humano por quem eu tinha que lutar e, definitivamente, ela não passaria por todas as tormentas que eu vinha passando.

Tempos depois, ainda mãe solteira, tive meu segundo filho, um filho homem, e deste momento em diante surge a empreendedora social, a mãe, a filha e a mulher Lara Dee, que vai e que quer mudar. Começo a ver que eu preciso fazer um mundo melhor para os meus filhos vencerem e estudar, para mim, torna-se uma coisa vital. Decidi que precisava me formar na universidade e formar os meus filhos.

Nesta época conheci meu marido, hoje ex-marido. Casei-me muito bem, do ponto de vista de um homem intelectual e com uma situação financeira confortável. Fui morar no Rio de Janeiro e lá criei a Delara, que era uma grife dirigida para mulheres que trabalhavam na noite, meu primeiro projeto de sustentabilidade envolvendo mulheres de comunidade. Internamente, dentro da nossa confecção, chamávamos de cooperativa “Mamãe Eu Vou Pra Zona”. Como eu trabalhava na noite, reconhecia as necessidades das mulheres que saíam de madrugada e precisavam de roupas para pegar o trem, o ônibus e voltar para casa depois dos shows. A Delara ajudava a diminuir a hostilidade contra prostitutas e dançarinas, graças a peças versáteis. Elas podiam cobrir os decotes e alongar as saias depois do programa. E na confecção eu só empregava mulheres do morro.

O negócio não resistiu ao Plano Cruzado e então montei uma imobiliária que não resistiu ao Plano Collor e então voltamos novamente para São Paulo.

Eu e meu marido nos separamos dois anos depois e, por estar em uma situação financeira insustentável, eu e meus filhos fomos morar em um kitchnet no Largo do Arouche. Foram anos muito duros, de muita luta, muita angústia, mas sem nunca entregar os pontos.

Desde sempre cuidei do meu irmão que se tornou um alcoólatra, da minha mãe que ficou cega, até a sua morte, e dos meus dois maravilhosos filhos,

que todos os dias pela manhã eram acordados com um mantra: “estudar para vencer”. Deu tão certo que hoje meus filhos são excelentes seres humanos, cursaram excelentes faculdades e são pessoas e profissionais bem sucedidos.

Sair da miséria era, para mim, uma situação definitiva. E minha angústia pela falta de autoestima da minha mãe e das mulheres que viviam no meu entorno era tão grande que, definitivamente, autoestima acabou sendo sempre o primeiro item e a primeira preocupação no meu trabalho. Com toda minha história e com as experiências que fui adquirindo na vida, descobri que a beleza pode ser um grande instrumento de empoderamento e transformação das pessoas.

Então resolvi investir em cursos de cabeleireiro, manicure e maquiagem. Em 2002, convenci um amigo – dono de uma revista sobre cosméticos –, a me dar duas páginas para buscar patrocinadores. Em seguida fui à Escola de Samba Rosas de Ouro, para divulgar a notícia de que havia um curso de beleza gratuito. A ideia era transformar as quadras da escola de samba, geralmente ocupadas apenas durante o carnaval, em espaços com um papel ativo junto às comunidades locais e montar lá uma escola, em parceria com empresas de cosméticos que fizessem os diversos produtos que seriam utilizados ao longo da formação das profissionais. Nasceu aí a Beleza & Cidadania, que profissionaliza mulheres nas regiões pobres de São Paulo e que mais tarde se tornou uma ONG. Em geral, quem procura o curso são mulheres negras, desempregadas e com a autoestima arrastando no chão. Eu não quero ensinar a elas apenas a trabalhar, quero incutir confiança, para que elas sejam donas de sua própria vida. E o curso tem atraído muitas mulheres para dentro das escolas de samba, minhas salas de aula preferidas.

Em 10 anos capacitamos 39 mil pessoas, sendo 95% de mulheres e 5% de homens. E, deste universo capacitado por nós, do Instituto Beleza & Cidadania, acreditamos que 70% estão incluídas no mercado de trabalho, de várias formas, desde a empreendedora individual, as que montaram seus próprios negócios e as que foram trabalhar em empresas. Temos vários cases de sucesso. Neste momento estamos lançando o Portal Beleza & Cidadania, que tem como visão e missão gerar um impacto muito maior por este mundão a fora, capacitando mulheres via web, para que mais pessoas possam ter acesso às nossas metodologias de resgate humano, autoestima e profissionalização. É uma ferramenta que, ao melhorar a vida de mulheres e homens, possa também proporcionar melhoria da qualidade de vida de diversas comunidades.

Em 2007 me tornei uma integrante da Ashoka, sou uma fellow, e também sou integrante do comitê curador do Programa Acolher, da Natura, o que me orgulha profundamente.

Sofri muitos preconceitos e discriminações por ser negra, mãe solteira, dançarina, mas nada disto derrubou a minha autoestima.

Eu tenho muito orgulho de ser mulher negra, feminista e da nossa luta. Acredito muito na solidariedade e a nossa geração demonstrou que podemos transformar nossa vida, nos segurando, nos amparando umas às outras.

Nada veio fácil em minha vida, mas hoje posso me dizer uma pessoa realizada, mas não satisfeita – tenho diploma de Administração e formei os dois filhos, Roberta e Rodrigo, na universidade. Eles estão superbem encaminhados na vida e têm muito orgulho de mim, do que fui, do que sou, de como venci tantas batalhas, o que me faz ter certeza de que nenhum sacrifício foi em vão.

Hoje, aos 57 anos, termino de prestar o Enem, pois quero e vou ser Socióloga, mesmo que seja difícil ser aprovada, principalmente para quem estudou em colégios públicos. Porém, estou sempre me reinventando e em busca de novos conhecimentos.

Para a nova geração, para uma menina que acaba de nascer, como minha neta – que nasceu ontem –, eu desejo que saibam que a luta delas não começa agora, que teve muita gente lutando lá atrás. E que elas possam vir com muita força e liberdade continuar essa luta, para que cada pessoa possa viver com felicidade, alegria e dignidade.

Maria Aparecida da Silva Trajano (Tia Cida)

São Paulo / SP



“É preciso e é possível mudar.”

Meu nome é Maria Aparecida da Silva Trajano, mas sou mais conhecida como Tia Cida, porque trabalhei a vida toda com serviço social em uma paróquia de São Mateus e também em creche locais. Foi nesses lugares que recebi o apelido carinhoso, daqueles com quem eu convivia e ajudava. Nasci no dia 26 de novembro de 1940, mas no meu registro consta 31 de maio de 1941, em São Paulo, num ensaio na quadra da Escola de Samba Vai-Vai. Quase não deu tempo de chegar ao hospital, acho que é por isso que eu gosto tanto de samba. Tenho três filhos: o Gil, com 47 anos, o Marcelo, com 42 e a Carmem Silvia, com 48; oito netos e dois bisnetos.

Meus avós por parte de mãe eram agricultores em Piracicaba, tinham uma chacarazinha, faziam dessa chácara o seu sustento, e minha avó ajudava. Ela era chamada de Nhá Dina. Era gorda, forte e eu me lembro dela sorridente. Ela fazia muito doce pra vender, colhia, plantava mandioca, abóbora. Tudo que plantavam eles vendiam no povoado em Piracicaba. Tiveram dez filhos: seis mulheres e quatro homens e o sustento era para família toda.

Eu me lembro das férias lá, de 1943 a 45, de um trem que passava na lateral, todo mundo corria pra ver o trem passar; e da boiada, que subia ladeira acima; as ruas eram todas de terra.

Minha mãe, Maria Ercília da Silva Rosa, foi casada lá em Piracicaba ainda, com 13 anos de idade. Conheceu o marido através do buraco da fechadura, no dia do casamento. A pressão para que esse casamento acontecesse era para acabar com as brigas de dois fazendeiros por causa de um rio que corria no fundo da fazenda lá da chácara. O fazendeiro do lado de lá tinha uma quantidade enorme de filhos homens e o fazendeiro de do lado de cá, que era o meu avô, tinha uma quantidade maior de filhas mulheres. Então fizeram um acordo: casava um filho de lá com uma filha daqui, que seria a minha mãe, e acabava a briga do rio. E isso aconteceu, foi um festão no povoado e realmente as brigas acabaram. Minha mãe se casou com um dos filhos do fazendeiro e teve dois filhos com ele. Mas filho homem de jagunço tem por herança ser jagunço também e foi muito difícil para minha mãe se adaptar, se acostumar. Ela não aceitava a brutalidade, que era muito grande. Então fugiu para São Paulo e deixou as crianças lá, porque não aguentava mais a situação de opressão. Na época ela tinha 18 anos.

Aqui em São Paulo ela foi trabalhar de doméstica, que era a única coisa que tinha naquela época para as mulheres negras. Ela sofreu muito preconceito aqui por ser separada do marido, porque na época isso era um escândalo. Conheceu uma família negra também aqui em São Paulo, a família dos Henriques, e se relacionou muito bem com essa família, até que se apaixonou por um dos Henriques e engravidou dele. Ele ficou tão assustado que desapareceu, mudou para o Rio de Janeiro, e dessa história eu nasci.

A minha mãe foi tocando a vida. Eu penso que o momento mais complicado da minha vida foi exatamente quando minha mãe resolveu anunciar a minha chegada, e acho que vim atrapalhar muito a vida dela: sozinha, sem família nenhuma, sem parente nenhum aqui em São Paulo, grávida, sem saber como é que ia ter essa criança. Até quando deu para esconder a barriga ela trabalhou em casa de família e quando não pode mais uma amiga a acolheu. Quando eu tinha oito dias de vida ela arrumou um serviço numa casa que pagava metade do salário para que ela poder me levar junto.

O meu maior sonho na infância era estudar. Eu me lembro que na casa em que a minha mãe trabalhava, perto do Colégio Sion, eu via aquelas meninas todas vestidinhas de saia xadrez, blusinha branca, de boina, e ficava pendurada na cerca perguntando quando eu ia poder voltar a estudar. Eu já tinha feito o meu primeiro ano até a quinta série, já tinha feito admissão e,

no dia da admissão, o diretor da minha escola ficou na minha casa do meio-dia até às oito da noite esperando a minha mãe chegar para dizer a ela que ela permitisse que ele me levasse para sua casa, para custear o meu estudo, porque uma cabeça como a minha só aparecia a cada cem anos. Mas minha mãe não deixou que eu fosse porque tinha planos de me casar, já tinha até arrumado um noivo. O casamento só não aconteceu porque teve interferência da família, por ideia de um grande amiguinho que eu tinha, na época, mas foi por um triz.

Naquele tempo eu morava em São Matheus, zona leste, que era praticamente uma roça, tinha até carro de bois. E fui morar com minha tia na Vila Madalena, que já representava o lado urbano da cidade e era como se eu estivesse indo para a cidade grande. Minha tia era muito acolhedora, mas quem chegava tinha que trabalhar para ajudar. Eu fui trabalhar na casa de Dona Deni, uma professora de piano, e sempre sonhei um dia aprender a tocar piano. Ela prometeu, mas, infelizmente, nunca aconteceu. Minha mãe sempre dizia que ia me buscar e eu tinha a ilusão de que, voltando para a casa dela, eu poderia voltar a estudar, que era meu grande sonho. Mas continuei trabalhando em casa de família, agora na casa da Francisquinha. E, dos 16 aos 23 anos, cuidei sozinha de uma casa de três andares. Levantava às quatro e meia para limpar a casa, cuidava da copa e de quatro crianças. Quando eu saí de lá, ela contratou quatro pessoas para fazer o serviço que eu fazia sozinha.

Casei no final de 63, em Santos e tive minha primeira filha. Meu marido trabalhava na companhia de transporte urbano e, à noite, fazia shows de percussão nas boates. Com o golpe de 64 e as demissões nas Docas, o movimento diminuiu, ele foi demitido e então passamos a viver com enorme dificuldade. Então voltamos para São Paulo, para a casa de minha mãe. Voltei a trabalhar em casa de família, como diarista, em até três casas por dia. Começava minha jornada às cinco da manhã e, já grávida do meu segundo filho, trabalhava até o último momento da gravidez. Todos os meus filhos foram prematuros.

Meu marido, além de percussionista, era pintor e decorador – um artista. Só que vivia para arte. O sustento da casa e da família ficavam por minha conta, porque o que ele ganhava pintando quadros ou decorando na escola de samba contribuía pouco ou quase nada com as despesas da casa. Custei muito a me separar dele, porque minha mãe interferia e dizia que se eu me separasse ia virar prostituta. Quando eu consegui, enfim, me separar, descobri que estava grávida novamente e aí as coisas ficaram muito mais difíceis, pois eu vivia todas as dificuldades num tremendo estado de desespero e solidão.

Antes da separação, meu marido trouxe para casa um menino de nove anos, que morava na rua – sujo, doente, faminto, analfabeto e dizendo que queria um pai e uma mãe. Fiquei meio desesperada com mais uma criança para cuidar, mas a solidariedade falou mais alto e, depois de seis meses, levamos os papéis para o cartório e o registramos como nosso. Esse menino ficou comigo depois da minha separação e me ajudou muito, cuidava das crianças, fazia comida, orientava, era afetuoso. Estudou, se desenvolveu, passou no concurso dos Correios, trabalhou em banco, casou, mas, infelizmente, morreu com 26 anos de doença de Chagas, deixando a esposa grávida. Só descobrimos a doença muito tarde e por acaso. Nada pode ser feito por ele. Já se avançou tanto e ainda continua gente morrendo com doença de Chagas.

Saí da casa de minha mãe porque ela interferia muito na educação das crianças e fui morar num barraco de apenas um quartinho, próximo à favela Maria Cursi. Nesse período, a convite de uns padres progressistas, fui convidada a realizar um trabalho social na região, pois eu era muito conhecida no local. Logo depois fui convidada por uma professora para dar aulas no Mobral, mas como eu não tinha formação, foi necessária a intervenção de um padre para que eu fosse aceita. Cheguei a ter três classes de alfabetização. Com o trabalho da igreja, fui para as favelas ajudar na organização das comunidades por direitos e cidadania e dessa organização nasceu o Movimento de Saúde da Zona Leste. E foi esse trabalho na favela que me impulsionou a voltar a estudar.

Eu tinha ido até à admissão, que era um curso preparatório para o ginásio. Faltava o ginásio e o colegial. Eu voltei a estudar e estava encantada. Fiz o ginásio em um ano e meio e já estava fazendo o colegial, só que não podia continuar naquele barraco. Por isso, com a ajuda do pessoal da paróquia, dei entrada numa casinha, num loteamento que estava se formando na Zona Leste e moro lá até hoje. Por pressão das pessoas da comunidade, fiz vestibular para faculdade e passei. Fui fazer faculdade de Assistência Social já com 38 anos, na época era Faculdade da Zona Leste – e hoje é UNICID. No ano passado, fui fazer um curso de comunicação lá na UNICID, dado pelo Geledés, e foi a maior emoção. Como era faculdade particular, fui lá e batalhei um desconto e eles me deram uma bolsa de 75%.

Mas fazer faculdade, mesmo com desconto, e sustentar as crianças com o salário mínimo que ganhava no Mobral e na Paróquia era muito difícil. As amigas xerocavam os livros e muitas vezes eu ia a pé para a Faculdade, porque vendia os passes escolares para comprar pão. No terceiro ano eu cheguei a pensar em abandonar. Reuni as crianças e anunciei que ia abandonar a faculdade, pois não tinha dinheiro nem para comprar um par de tênis para os meninos que estavam crescendo. Mas as crianças reagiram e não deixaram.

Não fui à minha formatura e quase não chego à minha colação de grau, porque não tinha dinheiro para o ônibus.

Eu sempre militei a partir da Igreja Católica, mas sempre tive uma posição muito crítica em relação a ela, pois sei que a Igreja nunca foi santa. É muito fácil falar de fome com a barriga cheia, e eu nunca tive medo de enfrentar as autoridades religiosas. Essa cabeça crítica eu devo a grandes pessoas com quem convivi, como Paulo Freire, Leonardo Boff e aos livros que li, principalmente *Capitães de Areia* e *Subterrâneos da Liberdade*, do Jorge Amado. Só recentemente descobri que Lima Barreto era negro e me emocionei com as poesias do Cruz e Souza.

Fundei a catequese de São Matheus, que abrangia dezesseis bairros, dirigi um grupo de noivos, e as mulheres adoravam minhas palestras. Mas fui afastada porque algumas pessoas consideraram que “eu não tinha moral para isso”, porque era separada do marido e me aposentei como diretora de creche.

Nunca quis parar de estudar, para ter conhecimento. Aí conheci o curso das PLPs – Promotoras Legais Populares do Geledés e no ano e meio que durou o curso foi um resgate dos meus tempos de faculdade, convivendo com juízes, médicos, advogados, militantes feministas, lésbicas, jornalistas, que estiveram junto com a gente, dividindo conhecimento deles. E o mais importante desse curso foi que me deu condição de discutir com outras mulheres e convencê-las a se olhar, se valorizar, aprender a dizer não para o marido e, o mais importante, se saber livre e se sentir livre. Até fazer o curso de PLPs eu não sabia que tinha uma luta específica da mulher negra, eu só conhecia a luta do movimento negro pela sua raça, e isso ajudou muito no meu trabalho com as mulheres da comunidade.

Eu também tenho uma relação muito forte com a música, mas meu envolvimento mais direto começou porque, para manter meus filhos dentro de casa enquanto trabalhava - eu entregava os filhos pra Deus quando saía e agradecia quando voltava – deixava que eles reunissem os amigos da vizinhança para “fazer música”. E, apesar de ter muitas panelas estragadas pelas experiências deles com a percussão, acabaram por transformar minha casa numa espécie de reduto do samba. Na casa, nunca faltava uma panelona de comida, um abraço e muita música. Muitos grupo de samba e pagode, que hoje estão fazendo sucesso, nasceram na casa da Tia Cida. Atualmente, além do meu trabalho social, faço parte de um grupo, o Berço de Samba de São Matheus, formado lá em casa e que se apresenta em vários lugares. Até gravei um CD de samba com compositores famosos e muitos do bairro, muito bons. O CD ainda não está pronto e, de verdade, foi sem intenção, tudo que eu queria era manter meus filhos em segurança dentro de casa.

Apesar dos meus esforços, nenhum dos meus filhos quis fazer faculdade, mas estão encaminhados na vida. Eu tenho orgulho da minha história e da nossa luta para construir um mundo melhor.

Tem uma geração nascendo agora e eu diria a essas meninas, primeiro, que o conhecimento é fundamental. Que ela deve se aprofundar, para valorizar sua luta. E que nunca se deixe abater, qualquer que seja a dificuldade. Mas, principalmente, que nunca tenha vergonha de sua raça e de sua história, que são lindas.

Maria Ignez Neves Viana

São Paulo / SP



“Com 16 anos, consegui minha emancipação com o juiz, e já era dona do meu nariz e assumindo a vida de frente.”

Meu nome é Maria Ignez Neves Viana, sou advogada, estou aposentada pela Prefeitura de São Paulo, tenho dois filhos, quatro netos, e isso resume a minha família no momento. Sou viúva recente. Até dois anos atrás cuidava de meu marido, que tinha Alzheimer, e agora estou sozinha.

Minha mãe tinha 17 anos quando ficou com meu pai, que tinha sua vida, era casado, morava em Lagoinha, no sul de Minas. Ele ficou doente, com tuberculose na época, então tinha que se afastar. Fomos encaminhados, eu e meu irmão: ele, com dois anos, foi para o Educandário; e eu, com 11 meses, para a Liga das Senhoras Católicas. Depois, com dois ou três anos, fui para um colégio em Bragança Paulista, interior de São Paulo, que tinha lugar separado para meninos e meninas. Minha mãe visitava a gente regularmente, num domingo um, e noutro domingo o outro. Meu pai estava internado em um Sanatório para tuberculosos e só vinha quando autorizavam. Mesmo assim eu era obrigada a receber a visita no jardim do colégio, por causa da doença dele.

Minha mãe trabalhava em casa de família e era uma excelente cozinheira, cozinhou para o Embaixador da Bélgica, da Polônia..., aqui no Brasil. Eu adorava meu pai, ele era branco e minha mãe, negra. Hoje sei que ela era muito bonita.

No Colégio, como já tinha outra Inez, fiquei sendo a Inês Preta. Havia uma proporção maior de meninas negras e, enquanto a turma das pretinhas ficava tratando do pomar, as outras estavam nas aulas de bordado. Também éramos apenas nós que apanhávamos, porque se as outras faziam coisas erradas, diziam que era porque nós as levávamos para o mau caminho. Todas as coisas que fazíamos erradas eram anotadas durante o mês pela Madre Superiora e, no final do mês, éramos colocadas na fila da surra mensal. Íamos para a porta da clausura, esperar o chamado da madre e então apanhávamos com uma cinta de borracha, que elas chamavam de “língua”. Elas batiam em qualquer lugar do corpo. Às vezes, a Madre se cansava e pegava uma de nós para bater nas outras, para fazer “o serviço dela”. As outras irmãs normalmente não batiam na gente, só davam aqueles beliscões famosos, aquele fininho que doía muito. Mas as vigilantes maltratavam muito.

Também ficávamos no castigo e, às vezes, elas nos esqueciam, lá. Eram de três dias a uma semana em um quartinho que ficava fora dos limites do núcleo social do colégio. A gente ficava gritando a noite toda, elas vinham e só abriam aquele pedacinho da porta e empurravam um prato de comida. E nem pegavam o anterior, que a gente também não comia, porque o mau cheiro era horrível. Muitas vezes só saíamos quando as professoras perguntavam por nós.

Nós, as meninas, éramos as mais sacrificadas porque trabalhávamos muito, enquanto os meninos ficavam brincando. Nós limpávamos a urina, trocávamos a cama deles.

Houve uma troca de freiras e vieram religiosas francesas, que mudaram a rotina do colégio. Elas não tinham implicância com a nossa cor, mas raspavam a cabeça de todas as meninas negras. Também tinham regras rígidas sobre não conversar nas aulas de bordado. Ficávamos o tempo todo rezando: era um terço, mais um terço, mais um terço; então, se eram três horas de aula de bordado, era um terço atrás de outro. Diziam que era pra gente não ter maus pensamentos. Mas elas não batiam. Depois de seis meses elas foram embora e voltou a madre superiora e as outras violentas – também não podíamos falar nas aulas, e a irmã tapava a boca da gente, hoje seria com uma fita, mas não era: era uma coisa que era amarrada aqui atrás, pra gente não falar. E batia muito na gente, e as outras freiras também.

Quem esteve no colégio comigo, em Bragança Paulista, foi o Djalma Santos, ele jogava no Palmeiras, era negro, rosto redondo, muito bom. Também a Alaíde Costa, que é cantora, ela cantava no coro, com aquela voz linda. As irmãs a punham bem pra trás, só para o pessoal ver as branquinhas na frente e as de trás eram as negrinhas que estavam cantando. Essas coisinhas aconteciam muito.

Saí desse colégio com 12 anos e a assistente social me trouxe pra São Paulo. Viemos numa turminha, fascinadas com as luzes da cidade. A minha mãe veio me buscar, mas a patroa dela não queria filha da empregada lá na casa onde ela trabalhava. Então, passei um tempinho esperando vaga em outro colégio.

Fui para o Colégio da Moóca e aí meu martírio começou. Foi nesse Colégio que aconteceram dois episódios muito violentos: um dia, estávamos na hora do banho da noite e uma menina falou alguma reinação para a vigilante. Ela agarrou no pescoço dela, começou a sacudir a menina e daí, quando ela soltou a mão, a gente só lembra a menina no chão e ela dizendo: levanta! E a menina não levantava. Daí, recolheram a gente, tiraram dali. Depois vimos que tinha vindo bombeiro, só que a gente não sabia porque, e acabou. Só vim a saber que a menina tinha morrido quando já estava fora do colégio.

Outro episódio aconteceu também nesse colégio: as irmãs tinham por hábito, na oração da noite, contar histórias aterrorizantes para nos intimidar em relação ao pecado. Então, no dormitório tinha as lampadzinhas que ficavam a noite toda acesas, vermelhinha..., azul, a verde, a vermelha no meio. E então, um dia, a irmã estava contando um caso de terror, sobre uma moça morta, muito querida e respeitada na cidade, que tinha cometido um pecado e não tinha se confessado, e por quem resolveram celebrar missa de corpo presente. Porém, na hora da consagração ela se levanta do caixão e diz: “não celebrem missa por minha alma porque estou no inferno”. Coincidentemente, nesse momento, a luz vermelha se apagou, começou aquela gritaria, gente descendo pela escada estreita em caracol. Cáimos pelo caminho, aterrorizadas, pisoteando uma às outras, correndo para o pátio. Depois disso chegaram alguns carros brancos, levaram 14 meninas feridas que nunca mais voltaram do hospital. Só soube dos detalhes fora do Colégio.

As vigilantes eram, em geral, as que mais espancavam. Tinha uma freira que tinha um comportamento péssimo, ficava chamando as menininhas pequenas e bonitinhas pra ver um sapinho dentro de um quartinho. Na época eu não sabia, mas agora eu sei que era alguma coisa errada, de mulher grande com criança.

A gente vivia em constante medo das coisas sobrenaturais. Elas nos aterrorizavam com histórias de diabos, mortos, pecados. Elas inventaram um negócio que o sapo fazia a gente não urinar na cama, aquele bem grandão assim, bem verdão. Então, amarravam uma cordinha no pé do sapo e amarravam na nossa cama. Eu morria de medo e só agora, velha, que eu perdi o medo de sapo.

Eu urinava na cama e tínhamos que levantar às cinco da manhã para lavar a roupa de cama. A gente ficava dentro do tanque, mergulhadas na água, porque não alcançávamos, pra lavar. Chegávamos à noite úmidas por ter passado a manhã inteira dentro da água.

No colégio de Bragança estávamos tão acostumadas à surra mensal, que a gente não se queixava pros pais. Não adiantava falar pra mãe da gente que a vigilante está beliscando, porque a mãe da gente não ia fazer nada com a vigilante. E nesse colégio também não adiantava dizer que elas eram muito bravas, muito ruins, e essa freira que batia na gente à toa.

Minha mãe morava em uma região perto da Santa Casa e se servia de um bonde para ir à casa da patroa. Quando fui internada num colégio em Pinheiros, havia bondes que passavam na porta do mesmo e eu achava que eles me levariam até a casa de minha mãe. Então resolvi fugir. Uniformizada, entrei no bonde e, sentada, ia do início ao fim da linha, sempre achando que chegaria lá. Nesse ínterim, subiram no bonde três Filhas de Maria da Igreja do Calvário e o cobrador cochichou com elas algo que as fez mudar de lugar e sentar-se perto de mim. Começamos a conversar e falei bastante a respeito do que acontecia no colégio comigo, as coisas humilhantes que eu vivia, as surras, e elas ficaram impressionadas. Me levaram de volta e disseram para a Madre tudo que eu havia contado a elas. A madre alegou que não sabia nada, que ia tomar as providências. O problema é que essa era a madre que mais me batia nesse colégio. Quando as mulheres foram embora ela disse: eu vou te ensinar o que falar quando fugir da próxima vez e me deixou por horas na salinha. Depois de muito tempo ela entrou carregando aquela cinta que elas chamavam de “língua” e que tinha em todos os colégios. Ela me bateu tanto, mas tanto, tanto, e machucou muito, e então jogou sal e água. E eu fiquei lá no chão.

Quando minha mãe veio me visitar no domingo, como eu estava toda inchada, toda deformada, elas disseram que eu tinha ido para um passeio. Só que uma menina contou para a mãe dela que eu não tinha ido passear; que eu tinha fugido e que a madre havia me dado uma surra muito grande e que eu estava toda inchada. A mãe da menina alcançou minha mãe, que já estava indo embora, e contou tudo. Minha mãe voltou ao colégio e elas continuaram dizendo que eu estava fora, num passeio. Então minha

mãe voltou ao colégio com sua patroa e uma benfeitora do colégio, da Liga das Senhoras Católicas. Quando me viram ficaram chocadas com meu estado e me levaram embora. Me encaminharam para o Colégio Santa Marta, que preparava meninas para serem domésticas, babás e começávamos a trabalhar com 16 anos.

Quando eu saí daquele Colégio, a primeira coisa que eu fiz foi cortar Deus. Não queria mais ir à missa, não queria confessar, me afastei da igreja dando graças a Deus. Eu só não estou cometendo pecado mortal, mas eu não ia missa, perdi aquela ligação com a religião.

Quando saí do Colégio Santa Marta, eu estudava e trabalhava. A primeira coisa que fiz foi me matricular em curso de francês. Fiz o ginásio e o técnico de contabilidade. Minha mãe se matava de trabalhar para eu poder estudar.

Com 16 anos consegui minha emancipação com o juiz e, já dona do meu nariz, aluguei uma casa para minha mãe e tirei meu irmão do colégio. Meu irmão era mais velho e respondi judicialmente pela minha irmã, que tinha ainda apenas oito anos e que estava internada na creche, também do juizado.

Eu tive muita dificuldade para conseguir emprego por causa da minha cor. Eu ia nas empresas e fazia os testes. Na época, já falava inglês e francês fluente, sabia que tinha feito um teste maravilhoso e então, quando descobriam que eu era negra, me dispensavam antes mesmo da entrevista. Sempre arrumavam uma desculpa, e eu saía chorando.

Uma vez eu buscava emprego no Banco Comércio e Indústria e fui rejeitada porque alegaram que eu não passara nos testes. Passei na sala onde uma amiga branca estava fazendo o teste, fiz rapidamente a prova pra ela. Ela foi admitida e eu fui embora para casa.

Meu primeiro emprego foi na Phillips. Trabalhei lá durante cinco anos. Apesar de receber salário menor que as outras que faziam o mesmo trabalho, eu lutava com muita dificuldade, porque pagava pensionato e os estudos.

Aí eu casei e prestei concurso público na prefeitura e entrei. O trabalho público era importante, porque não viam a questão da cor. Não podiam mandar a gente embora e eu já estava cansada de bater de porta em porta, mandar carta solicitando emprego.

Já estava grávida e trabalhava em dois empregos, porque meu marido bebia muito e não dava conta de sustentar a casa. Então voltei a estudar. Foi aí que eu fui fazer Direito. Assim que comecei a fazer o curso, fiz um concurso pra Oficial de Justiça, acho que eu fui a 13^o classificada. Eu continuava responsável pela casa.

Eu vejo as mulheres negras em posições inferiorizadas, só dão funções secundárias, com algumas exceções. A Dra. Eunice Prudente, por exemplo, foi Secretária da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, foi presidente do Montepio da Prefeitura e hoje dá aula na Faculdade de Direito da USP, no Largo São Francisco. Mas ela é uma das poucas que conseguem. Tem outras bem preparadas também, mas não cai nada de graça pra elas, é sempre mais difícil.

Eu acho que as coisas vão melhorar, tenho expectativa sim. Não estou falando em relação aos governantes, que ainda não tem negro lá, só o Joaquim Barbosa aprontando as dele – que eu adoro ficar lendo – e os outros podando. Mas tudo bem. Vai chegar o dia em que eles vão perceber que o negro pode, mas precisa da base. Eu espero não só pra eles, mas pra todo mundo, que a educação seja a base, o berço do futuro dessas pessoas, prepará-las mais e bem preparadas.

Eu desejo para essa menina negra que está nascendo agora, que o caminho dela seja plano, que ela consiga sentir desde cedo que tudo vai depender dela. Com ela se esforçando para fazer o seu caminho.

IMENA

Amapá

Um dos critérios da escola das entrevistadas é que são mulheres que o IMENA já mantém relação através de seus projetos, que foi o Projeto “Mulher teu corpo a ti pertence”, desenvolvido tanto na comunidade de Mel da Pedreira quanto em Mazagão Velho, que são comunidades negras quilombolas.

A Piedade foi escolhida porque é uma grande liderança de sua comunidade, participa de vários espaços, faz parte inclusive da Associação de Agricultores. Também porque ela faz parte da festa do Divino Espírito Santo, que é uma festa profana / religiosa, conduzida por mulheres. Outra festa que fazem é a Festa de Santiago, superimportante para a comunidade, e essa festa é uma das maiores manifestações culturais do município de Mazagão.

Já Estefânia, foi ela que esteve à frente de todo esse processo de interlocução dentro da comunidade, para o reconhecimento e titulação das terras de sua comunidade. Assim como pela coragem de se candidatar à vereança do município de Macapá. Mesmo não tendo vencido a eleição, demonstrou muita força e coerência durante toda a campanha.

Maria Piedade Queiróz de Jesus (Piedade)

Mazagão Velho / AP



“Uma mulher tem um papel muito grande na vida.”

Meu nome é Maria Piedade Queiróz de Jesus e amanhã eu vou completar 59 anos de idade. Nasci em Mazagão Velho, no Amapá. Eu trabalhei... Eu digo que trabalhei porque eu agora não trabalho mais na agricultura por causa do sol, por causa do derrame, e sou parteira. Sou parteira e tenho um sonho de ser dona de gado. E sou: agora, ultimamente eu sou dona de um gadozinho.

Minha infância foi uma coisa meio... Pra contar, essa história é longa. Quando minha mãe ficou gestante meu pai veio pro internato aqui em Macapá com uma fraqueza nos pulmões, tuberculose. Aí minha mãe ficou gestante, não sabia que era gestante de dois filhos. Quando teve duas crianças, eu e um outro irmão, chegou a notícia pro meu pai. Meu pai ficou doido, mas não queriam deixá-lo sair e não deixaram. Depois, deram um mês pra ele visitar a família e depois voltava pro isolamento, aí ele não voltou mais. Foi pra casa da mãe e não voltou mais. Aí, uma tia minha me pediu pra minha mãe. A minha mãe queria me dar logo, mas quando meu pai chegou disse que não, que enquanto ele fosse vivo não dava nenhum dos filhos. O meu pai se dobrou de novo no trabalho na roça. Ele era muito vantajoso pelos trabalhos de roça,

mas voltou novamente a sofrer a tuberculose. Ele não veio mais pra cá foi pra lá, e caiu na rede. Minha mãe cuidava dos quatro filhos, que ela já tinha os dois mais velhos, teve essa barrigada de casal, e o meu pai doente. Logo o meu pai morreu e aí a minha mãe achou a necessidade de me dar pra irmã dela, minha tia, madrinha, eu já fui criada com ela.

A minha mãe casou com um homem e logo a primeira barrigada da minha mãe foi outro casal de filhos gêmeos. Minha mãe ia pra roça grávida dos dois, o meu irmão que ele demorou seis anos pra andar, o par da minha irmã, a menina no paneiro, nas costas, o menino nos braços e já grávida de outro, e nós atrás. Um bocado de coisa pra gente fazer na casa do forno. Ficava na roça, minha mãe atava a rede de um pé pra outro da maniva, pra menor ficar embalançando enquanto ela trabalhava. Nós, pelo menos, já dávamos conta de carregar um lixo, carregava uma mandioca pra botar no monte, ia se fazendo esse serviço. Aí carregava tudo de novo pra casa do forno, amarrava de novo a rede. Assim foi a minha existência da minha primeira vida e trabalhando na roça.

Depois eu passava tempo na casa com a minha mãe, tempo com a minha madrinha, tempo com a minha mãe, tempo com a minha madrinha. Quando eu estava com treze anos, conheci um juiz de direito. Nesse tempo Macapá tinha um juiz pra cinco comarcas. Eu estava com treze anos e o Dr. Mário ficou cuidando de mim, me trouxe pra cá, pra Macapá. Nós morávamos ali atrás da Igreja de São José, a casa que eu morava com eles. De lá nós fomos pra Brasília, passei sete anos em Brasília com eles. Pra minha infelicidade ou felicidade, não sei, eu fiquei grávida dum filho dele. Tive a filha, ainda passei dois anos em Brasília com a filha. A minha mãe perdeu o filho mais velho, aí ficou doida porque ela não soube mais notícias minha. Porque ela pensava em já ter perdido também eu. Mandou escrever pra lá, lá chegou essa carta. E o Dr. Mario perguntou: “tu vai querer ir pra Mazagão, Piedade?” “Minha mãe mandou me chamar e eu vou Doutor”. “Mas, e a menina, vai largar?” E eu digo: “não deixo a minha filha”. “Não, tu podia deixar ela conosco, tu levas todo o endereço, passa lá uns tempos e volta pra cá”. “Não doutor, eu tenho certeza de que a minha mãe tá sofrendo por causa da minha existência lá”. Assim eu vim. Foi só chegar em Mazagão e, em pouco tempo, eu peguei a vida de empregada doméstica. E vim por aqui em Macapá, trabalhei por umas quantas casas de empregada. Voltei depois que eu consegui comprar uma casa pra mim, pra morar em Mazagão. E sempre trabalhando na roça, com um e com outro, com um e com outro, até que criaram o assentamento do Pique-azal. Eu batalhei até que consegui um lote pra mim. Lá nesse lote eu estou trabalhando. Agora recente, tem uns dois ou três anos, eu sofri um derrame, mas já estive pior do que estou. Hoje eu já estou muito melhor, graças a Deus e estou levando a vida.

Naquele tempo a gente quase não prestava a atenção pras coisas de racismo. Ora, eu vou fazer cinquenta e nove anos amanhã, se Deus quiser.

Eu estudei assim ó, por etapa. Eu custei muito a sair da segunda série, aí eu parei de estudar. Fui pra Brasília, lá em Brasília um frio, um frio, um frio, me botaram na escola, mas eu não sabia se eu estudava ou se eu batia o queixo. Aí eu disse: “eu não vou mais estudar não, doutor Mário, porque eu sinto muito frio aqui”. E parei de estudar. Vim pra Macapá, pra Mazagão, e terminei o primeiro grau. Lá eu fiz de novo, terminei o segundo, ainda comecei o terceiro grau, mas não terminei. Aquelas matérias que estão embrocadas na minha cabeça, que não deram mais, logo eu trabalhava o dia todo, comia pouco, e quando era de noite e tinha que estudar, estava cansada.

Eu tava com meus quarenta anos. Parece que quando eu fiz o meu segundo grau eu estava com quarenta e poucos anos.

Hoje o meu orgulho é a minha filha. Porque quando eu cheguei, todo mundo dizia porque eu tinha pedido filho alheio. Digo: eu não pedi filha alheia não, eu já tava emprestada, ainda ia pedir filho dos outros pra criar? Eu trouxe o que é meu, diziam isso porque ela é bem clara.

Eu como mãe, não gosto nem de me exaltar, eu sou uma mãe muito preocupada com os meus filhos, graças a Deus. Eu sou mãe de sete filhos, um morto. Com dezoito anos morreu afogado. Tenho seis vivos. Inclusive só uma filha, tem trinta anos e os outros, vai baixando a idade, até o Lucas, que tem dezessete. Nunca casei.

Trabalhar como empregada doméstica em algumas casas foi bom. Na casa do Dom Pedro Pé de Couve eu trabalhei muito. Era uma casa que eu me sentia como em casa, na minha casa. E ele até comprou a casa pra mim em Mazagão. Depois que nós terminamos de pagar ele disse: “agora nós vamos vender aquela casa lá de Mazagão, vamos comprar uma casa pra ti aqui em Macapá, Piedade”. Eu disse: “não, doutor, não quero morar em Macapá”. Eu não sei se fiz bem ou se fiz mal, porque os meus filhos pararam de estudar. Porque se eles tivessem aqui talvez estivessem estudando ou tivessem estudado mais. Mas eu fui pra Mazagão e em Mazagão eu não tive condição de vir botá-los pra cá, né? Por isso eu acho que foi um pouco de atraso pra eles.

Sou parteira e ser parteira é muito bom. Bom e, ao mesmo tempo, acho até arriscado. Eu me sentia muito feliz até, quando um médico, Dr. Pedro Paulo, disse pra mim que nós éramos parteira, curiosas, mas nós corríamos um risco muito grande. Porque ele, que tinha o DR dele, estava assumindo uma culpa e que ele não tinha culpa, lá na unidade de Mazagão. Tinha uma mulher, gestante, que foi descansar lá, aí sofreu eclâmpsia e morreu. Ele

e as enfermeiras que estavam na noite, todos foram responder processo, estavam respondendo processo. E ele me disse: “Piedade, como teu amigo, se você quiser deixar essa profissão, deixe. Porque eu que tenho um DR estou respondendo processo. Imagine você, que não tem garantia de nada, se vem falecer uma mulher ou uma criança na sua mão, a gente dela nem ao menos vai pensar duas vezes em você. Não vão dizer ‘coitada da Piedade, aconteceu com ela esse caso’. Vão dizer sim que você é culpada da mulher ou da criança ter morrido. E você vai logo pra uma cadeia. Eu ainda estou respondendo processo e você está arriscada a ir logo pra cadeia. Lá na delegacia tem um livro de ocorrência, tem uma parte em branco”, ele disse pra mim, “a página branca todo o tempo é pra você. O dia que houver uma falta sua, nessas ocasiões, você assinava aquilo ali”. Aí eu fiquei preocupada, mas não deixei, porque eu sentia que a minha comunidade tinha precisão do meu trabalho. Tanto que eu peguei umas duzentos e cinquenta a trezentas crianças. Falta é comprar um livro pra passar o nome dessas crianças, fazer tipo um registro, que eu não tenho isso. E sempre cobram que a gente tem que comprar um livro pra assentar essas crianças todas. Aí foi que me meteu um pouco de medo. Eu fazia já assim, com um certo cuidado.

Já Mazagão, Ave Maria! Amo demais. Porque foi a cidade, o local onde eu nasci, onde eu me criei, onde a minha mãe, os meus avós, os meus antepassados viveram. Não sei como foi que vieram, de onde vieram, pra onde se colocaram lá em Mazagão. Eu nasci e me criei lá, me acostumei com aquela cultura do Mazagão. Primeiramente, o pouco que eu aprendi, Marabaixo, Batuque, a festa de Santiago, pra nós, pra mim, é uma cultura muito forte. Eu participo do Marabaixo cantando, dançando, e até bater a caixa eu bato. O IMENA foi interventor de um curso que teve em Mazagão e eu fiz o curso de percussão, e sei fazer a caixa cavada de madeira. Elas têm aqui uma caixa, fábrica nossa. Olha, eu já fiz, já fui louca por essa associação das mulheres. Nós conseguimos muitas coisas aqui pelo IMENA pra Mazagão.

Foram várias pessoas que visitaram a comunidade, quando nós, estávamos envolvidas nessa Associação. Ela foi uma associação muito ativa, muito mesmo. Agora nem existe mais, depois que eu saí. Todo mundo foi pra cá, pra lá, pra acolá. Até agora a Durica esteve lá e falou: “ô Piedade, faz um curso de informática aí”. Eu fico pensando, ainda mais depois que eu tive esse derrame, eu sou meio esquecida.

As pessoas que conhecem Mazagão, algumas já morreram. Eu tenho dito: “nós estamos perdendo nossos arquivos vivos falantes”, porque estão morrendo. Só temos uma velha lá de cento e um anos, mas mesmo que a gente fale com ela, ela perdeu a audição, preciso falar gritando e ela já não

tem sentido assim. Chega lá: “bença tia Olga”, ela diz: “quem és tu?”. Eu digo: “eu sou a Piedade, a filha da sua comadre, assim, assim, assim”. E ela diz: “quem?” Aí ela fica assim, sabe?, Ela não tem mais aquela coisa de prestar a atenção. Mas a gente, eu fico orgulhosa de ter uma pessoa daquela idade na minha comunidade e que foi muito responsável pelo o que eu sei hoje de Mazagão. Capinando na roça dela, ela contava as histórias, o marido dela, o velho Acidino também, antes de morrer trabalhava. O Lucas Siqueira, eu trabalhei com ele, ele contava também, e assim sucessivamente. Tem vários: seu Agostinho Maciel, que era o representante da comunidade, conversava muito com a gente, o Seu Ostó Elias; o Seu Vavá Santos, era um ex-combatente da polícia, guerreiro né?, Ele foi pro campo de batalha, ele chegou lá, ainda viu muita coisa por lá, mas não sujou as mãos dele com sangue de ninguém. Então essas pessoas eu conheci, tenho o prazer de conversar muito com elas e o pouco que eu sei foram eles que me passaram. E muito mais mesmo com a minha madrinha e mãe de criação que eu tinha, a Olina Queiróz. Aquilo era um arquivo vivo e que contava de tudo. A minha mãe não abria a boca pra dizer: minha filha, aconteceu isso, isso, no tempo passado, não, mas minha tia, ela contava de um por um os casos tudinho.

Agora graças a Deus tem mais da nossa cor. Mazagão sempre teve uma metade de negro, uma metade de branco. Ali sempre teve uma mistura de branco com preto. Aí graças a Deus foram se acabando os brancos, ficando sempre os pretos. Por isso que nós temos a festa do Espírito Santo. Lá pra nós é em agosto. Porque quando Mazagão era Mazagão, tinha a festa do Espírito Santo, que na época era no segundo domingo de junho, parece. Era nessa época a festa do Espírito Santo dos brancos lá em Mazagão. Os negros faziam em agosto. E os brancos se acabaram e os negros ficaram e ficaram fazendo sempre em agosto. É por isso que a festa do Espírito Santo em Mazagão é dia 24 de agosto.

Ser mulher hoje é como qualquer pessoa, até um homem. Mais do que um homem, porque a mulher tem a tarefa da casa e faz a tarefa de empregada. Hoje é uma deputada, uma senadora, até uma presidente já, né? Nós temos mulher. Então, uma mulher tem um papel muito grande na vida.

Do futuro, pra mim eu já não quero mais muita coisa. Ó, quero mesmo é o silêncio, porque esse derrame mexeu muito com o meu juízo. Então eu prefiro ficar lá no meu terreno, porque lá vivo só eu e o cantar dos bichos, da natureza, o vento, o barulho do vento, o cantar do galo, o mugir dos bois. E assim, eu quero só essa parte, por causa do derrame que me deu. Já para os meus filhos eu quero dar pra eles aquilo que eu não tive, não tive a oportunidade de ter. Eu tenho o meu mais criança, lá na escola Família Paguí. Agradeço

a Deus, à Cristina, até à Durica, o Orlando, tudo foi interventor dele estar estudando. Graças a Deus, está estudando o terceiro ano lá. E eu sempre digo pra ele: “meu filho, estude, porque é o futuro seu; porque eu, o que vou lhe dar pra por em prática é o seu futuro”.

Hoje o mais importante são os meus filhos, eu querer ver meus filhos bem, uns homens de bem, umas pessoas de bem.

Estefânia Cabral de Souza

Mel da Pedreira / AP



“Me sinto eu mesma, na essência, quando estou na minha comunidade.”

Meu nome é Estefânia Cabral de Souza, tenho trinta e oito anos, nasci na Comunidade Quilombola do Mel da Pedreira e atualmente moro na cidade de Macapá.

Minha infância na minha comunidade do Mel da Pedreira foi muito simples, tive uma vida bastante humilde. Sou filha de agricultores, minha mãe e meu pai sempre trabalharam no cultivo de roça, plantavam mandioca, e tiveram bastante dificuldade para criar os nove filhos. Eu sempre gostei muito de estudar, mas na minha comunidade tem uma escola que só oferece as séries iniciais do ensino fundamental. Então, durante a minha infância, eu pude fazer apenas esse ensino básico de primeira a quarta série, como era chamado na época. Da minha comunidade tenho um cenário muito bonito, que eu guardo, que é o lago. Eu fui criada na beira de um lago, que no inverno enche. Lá não tem maré, tem o período chuvoso que a gente chama de verão. No inverno enche o lago, fica cheio, a gente tomava muito banho e brincava muito. Da infância a gente guarda muito essa questão da brincadeira naquele lago, e quando chegava o verão e secava, a gente brincava de bola no mesmo

local que a gente tomava banho no inverno. É uma imagem muito forte que eu tenho guardada da minha infância, uma boa lembrança.

A minha comunidade é originada a partir do meu avô. Aquele espaço foi ocupado pela minha família: o meu avô, a minha avó e os filhos, na época pequenos, e a partir dali tudo começou, isso em 1954. O meu avô se chamava Antonio Bráulio de Souza e a minha avó Alta Augusta Bráulio de Souza, ambos já são falecidos, e os filhos hoje comandam a comunidade, que tem cada um seus núcleos familiares. O meu tio mais velho é o Seu Benedito, Benedito Ramos de Souza, ele é uma pessoa que sabe muito a respeito tanto da história da comunidade quanto dos seus antepassados. Já o meu pai é aquela pessoa que dá bastante informação e eu acho que sabemos um pouco por causa dele. Ele é uma pessoa cheia de informações, que contribui inclusive com os acadêmicos, quando vão lá. O nome dele é Manoel Alexandre Ramos de Souza. Hoje nós temos um presidente na nossa associação que é o Eliseu, é ele quem comanda os trabalhos na nossa associação hoje. Mas eu destacaria sim essas duas pessoas lá, que são o meu tio Benedito e o meu pai Manoel Alexandre.

Nós temos ainda na comunidade a Dona Varomilda, em especial. Ela é a minha mãe e, junto com meu pai, ajudou nesse processo todo. Quando o pessoal foi fazer o relatório antropológico, ela foi uma das que mais deu informação a respeito da comunidade, da vida da comunidade, do dia a dia.

Estou falando do meu pai e da minha mãe porque tem um período em que somente a nossa família morou na comunidade, todo mundo foi embora porque não tinha condições de sobrevivência. E o meu pai, muito apegado ao lugar, se recusou a sair. Ficamos lá morando, só tinha a nossa casa, só os pais e os filhos, vivemos alguns anos sozinhos e só depois alguns outros começaram a retornar para povoar a comunidade. Por isso temos uma história muito forte lá dentro, porque nunca nos afastamos de lá, os outros não, os membros da família sempre iam e viam de acordo com as suas necessidades e só o nosso núcleo familiar nunca se afastou de lá, então temos muita história pra contar.

Em casa tínhamos uma relação muito boa. Meus pais eram evangélicos. Meu pai era aquela pessoa líder da igreja e tinha o hábito de ensinar, e trabalhou muito conosco a questão da integridade, do ser correto na sociedade. Minha mãe era aquela pessoa que segurava tudo, todos os problemas terminavam nela. Meu pai era muito pacífico e minha mãe era mais de resolver e sempre tivemos uma relação muito aberta, muito diálogo. Eu fui criada sempre discutindo os problemas e resolvendo com diálogo.

Como viemos de uma comunidade quilombola e também por termos sido criados na religião evangélica, tínhamos um perfil meio diferenciado das

outras pessoas. Meu pai fazia o que se chamava de culto doméstico. De manhã ele chamava os filhos em volta da mesa na hora do café e falava um pouco da religião para nós e só depois desse ritual cada um ia para os seus destinos: os filhos para escola e eles iam para roça. No final do dia tínhamos aquele momento em volta da mesa durante o jantar, com mais conversa, como se fosse um balanço do dia, de como foi a vida de cada um. Se fazíamos alguma coisa errada, era a hora de prestar contas.

Hoje eu não estou frequentando nenhuma igreja, não sei nem como é que eu definiria o meu status religioso. Mas digo que sou evangélica porque fui nascida e criada nessa religião e não vou renegar. Mas não estou participando ativamente de nenhuma igreja ultimamente, eu tenho feito a minha vida meio separada, meio isolada desta questão.

Na infância, quase adolescência, tive um problema de racismo com um professor da minha antiga escola. Como eu terminei a quarta série, fiquei ainda um tempo na comunidade sem estudar, então passei a participar ativamente da escola porque o meu sonho era ser professora. Eu gostava muito de estar no ambiente escolar contribuindo, ajudando em todos os eventos. Uma vez tivemos uma discussão na escola, eu discordei de uma atividade e me impus naquela situação, e o professor usou algumas palavras que me ofenderam relacionada à minha raça, que não ia perder para preto. Isso realmente mexeu com a minha autoestima, me deixou bem pra baixo. Primeiro porque eu era uma menina, tinha por volta de doze, treze anos e aquilo pra mim foi o fim do mundo, me senti como se a minha condição racial me fizesse menor do que a outra pessoa que não era negra como eu. Era como se ele tivesse deixado bem claro que ele era superior a mim naquela situação, e não porque era professor, mas porque era branco. Apesar de ter me sentido mal eu reagi, porque fui uma adolescente questionadora. Apesar de não ter tido contato com a continuidade da escola, eu sempre questioneei. Naquele momento eu fui para o embate, me defendi. Fiquei triste, sofri por conta daquela situação, mas não me abati na frente dele e fui bem atrevida até na minha defesa. Depois disso, como os meus pais procuravam sempre a questão da paz, me aconselharam a largar de mão, que era assim mesmo, que as pessoas faziam isso conosco, que tínhamos que saber nos defender, mas que eu não deveria estar brigando. Então veio a religião e apaziguou toda aquela situação.

Percebi que precisava fazer alguma coisa por mim, porque estava parada, eu gostaria de estudar, mas não tinha oportunidade. Apesar de ter parentes morando na cidade, naquele momento ninguém estendeu a mão pra mim. Tenho duas irmãs mais velhas que vieram morar com familiares para estudar e elas voltaram grávidas, adolescentes grávidas, e eu era a última filha.

Então o meu pai não deixava de jeito nenhum eu sair de lá, porque achava que eu viria estudar e voltaria com um neto pra ele criar. Sofri durante seis anos esse problema. Quando eu completei dezessete anos eu disse para minha mãe que iria embora, mesmo sem a permissão do meu pai, porque eu já tinha irmãos que moravam aqui e podia ficar com eles. Como eu participava das atividades da igreja, vinha muito para a cidade e ele me permitia vir nos períodos festivos. Então, numa festa de final de ano, eu vim para as festividades com todas as minhas coisas, sem avisar meu pai, só a minha mãe sabia, nesse ponto ela foi minha cúmplice. Ele esperou que eu voltasse no início de janeiro e eu não voltei mais, já fui me matricular e comecei a estudar e a correr atrás do prejuízo. Porque eu entendi que se eu não viesse estudar o meu futuro estaria comprometido. Foi preciso cometer essa rebeldia para poder ir atrás do meu sonho, que era ser professora.

Hoje a Estefânia é uma mulher que já vive há vinte anos na cidade, mas continua se sentindo um peixinho fora d'água, porque sou literalmente interiorana e me sinto eu mesma, na essência, quando estou na minha comunidade. Mas tenho uma vida social e profissional aqui.

Depois desse período todo estudei, fiz concurso público, sou professora da rede estadual e muito consciente dos meus direitos, luto muito pela nossa causa, da nossa condição de sermos negros, mas com muita responsabilidade, sem agressividade. Acho que dá para conquistar tudo perseguindo nossos sonhos, mas de maneira coerente. Eu digo que sou muito moderada, assumo 100% a minha condição de ser negra, quilombola, nunca neguei minha raiz, não posso fazer isso; pelo contrário, eu me sinto muito orgulhosa. Quando eu posso, falo disso nos espaços onde trabalho, vivo. Diria que a Estefânia hoje é uma mulher forte, transformada e que não tem nenhum trauma de infância, apesar de alguns eventos relacionados ao racismo. Porque fui aprendendo que há formas de a gente se defender e existem legislações que nos amparam, apesar das atrocidades que acontecem com relação ao racismo.

É evidente que quando estamos num espaço onde há uma mescla de pessoas de diversas raças, sempre tem algum momento que sentimos, por mais que as pessoas não falem com clareza, deixam escapar alguns aspectos. Mas eu procuro sempre contornar. Por exemplo: as pessoas não me aceitam como chefe; acham estranho serem chefiadas por uma negra, eu vivi isso há pouquíssimo tempo. Assumi um cargo onde chefiava uma equipe de quinze pessoas e eu sentia, às vezes, que algumas pessoas se sentiam incomodadas por estarem chefiadas por mim. Até porque a chefe anterior, por um acaso, era branca, loira. Então veio alguém para substituí-la que era o contraste e

soou estranho, espantoso, eu estar assumindo aquele espaço que por muitos anos foi de pessoas brancas, mas nada assim que fosse muito explícito. Quando fui apresentada ao setor, senti que as pessoas não aprovavam, um olhar meio de desprezo. E só com o tempo eles foram vendo as minhas atitudes, foram vendo a forma como eu tratava pessoas do setor. Disseram que eu era realmente o contraste da anterior, porque “apesar dela ser branca, era muito arrogante e você é negra e é dócil, é uma pessoa cordata, trata a gente com respeito”. Que bom que essa comparação foi dessa forma, mas num primeiro momento que cheguei, percebi o impacto, pelo fato de eu ser negra e estar ocupando aquele espaço naquele momento.

Eu sou casada há vinte anos. Assim que eu cheguei da minha comunidade, um ano mais ou menos depois, eu me casei. Tenho quatro filhos: a minha filha mais velha vai completar vinte anos, tem um de dezoito, um de treze e a caçula tem dez anos. Eu procuro ensinar pra eles que a melhor forma que temos para driblar o racismo é estudando, aprendendo sobre a temática, nos fazendo respeitar pelo o que nós somos. Eu incentivo muito eles a estudarem e terem um comportamento social adequado para que sejam respeitados, não pela cor da pele ou algo parecido, mas pelo o que podem contribuir. Eu tento passar para eles um pouco da minha lição de vida, as dificuldades que eu tive para estudar. Eu ainda sou estudante até hoje, não paro nunca de estudar para dar o exemplo. Digo para eles aproveitarem a oportunidade, que procuro dar o que eu não tive. Passei seis anos sem estudar porque não tinha chance, não teve jeito e digo que a vida foi meio madrasta comigo. Por isso procuro colocar ao máximo o que posso à disposição deles, para que possam se desenvolver dentro do período correto. Eles precisam estar prontos numa determinada idade para ser um agente social e aí fazer a coisa acontecer.

Eu sou professora do Estado, mas neste momento estou prestando serviço dentro da Secretaria de Educação. Desde 2011, trabalho com o Censo Escolar e é uma atividade que ampliou muito os meus conhecimentos na área educacional, ter contato com os dados, saber a quantas anda a qualidade do ensino do Estado, dos municípios, saber quantos alunos nós temos nas redes, ter uma ideia de quantos nós temos fora da rede, são muitos os dados estatísticos que trabalhamos. Neste momento da minha vida, eu tenho feito isso né. Já contribuí bastante em sala de aula, mas agora estou em uma área técnica, aprendendo coisas novas e está sendo muito legal. Estou concluindo um curso de licenciatura na UNIFABI e tenho outra graduação, mas na área de tecnologia, fiz informática educativa, curso de tecnologia. Ah! E eu estou aguardando o mestrado na área de Letras, estou ansiosa, aguardando. Minha pretensão é fazer o mestrado e o doutorado.

O meu futuro está em processo, plantando algumas coisas e acho que é uma consequência da vida que tive durante esses trinta e oito anos. Agora eu já tenho uma vida profissional consolidada e sempre gostei da minha vida social. Apesar de morar aqui na cidade, sempre participei ativamente da minha comunidade, da minha vida em comunidade, da Associação. Sempre procurei contribuir da melhor forma que pude, com os conhecimentos que fui adquirindo, fui levando para comunidade para tentar ajudar. E agora estou entrando num outro patamar que é a vida política, hoje eu participo de um partido político e neste ano eu fui candidata à vereadora pela minha cidade. Apesar de não ser eleita levei a candidatura onde eu procurei mostrar para as pessoas que era representativa. A ideia foi levar a candidatura sem perder a nossa essência. Tenho levado a ideia de que é importante as comunidades terem um representante que tenha vindo de comunidade ou que seja de comunidade, mas que pode representar muito bem dentro da Câmara de Vereadores. Porque não basta a gente ser de comunidade, a gente tem que dar um retorno, tem que dar conta do cargo que ocupa. Foi a primeira vez que coloquei o meu nome para esse pleito tentando colocar como uma nova missão essa vida política. Pretendo, para o futuro, continuar o trabalho político. Nas salas de aula eu atinjo um pequeno numero de pessoas, no máximo os alunos, suas famílias, os arredores da escola onde trabalhamos e acho que uma vereadora pode contribuir mais, não só pela sua comunidade, mas com as outras também.

INEGRA

Ceará

O Inegra indicou Antônio Lopes de Lima, a Toinha quilombola, presidenta da Associação dos Remanescentes Quilombolas de Águas Pretas no município Tururu/CE, devido a sua força e luta no movimento de Comunidades Quilombolas no Estado. O Ceará é um estado que nega a existência de sua população negra, discurso respaldado por estudos históricos voltados à anulação da presença negra e quilombola cearense. O fato é que sempre foi muito difícil empreender esforços à formação, mobilização e conscientização de combate aos discursos de negação. Soma-se a isso a nossa realidade de sociedade patriarcal, que sempre empurra as mulheres negras aos cargos subalternos de tomada de decisão. Toinha é uma mulher que não se rendeu. Lutou e continua lutando por visibilidade, por políticas públicas e pelo reconhecimento da identidade quilombola territorial. Mais: reconhece que a luta por igualdade racial passa pela luta por igualdade de gênero. E nesse contexto, as mulheres negras rurais e quilombolas ainda têm muito a conquistar. À ela, o nosso reconhecimento e respeito.

Antônia Lopes de Lima (Toinha)

Águas Pretas / CE



“Eu sou uma mulher que vivo lutando para o bem da minha própria comunidade.”

Sou Antônia Lopes de Lima, chamada de Toinha, tenho 52 anos, moro na comunidade quilombola Águas Pretas em Tururu, Ceará, e trabalho na escola municipal Bertoldo da Costa. Sou formada em Pedagogia com especialização em Língua Portuguesa e professora da única escola de Águas Pretas.

Não sei em qual ano o meu bisavô chegou ao Ceará, fugindo pelos Sertões em busca de uma vida melhor. Ele conta que quando chegou em Tururu com outros negros, encontrou uma terra seca, sem água. E quando foram cavar em busca de água, só acharam uma água preta, de tão fundo que era o poço. Daí surgiu o nome da comunidade: Águas Pretas, a cor da água existente naquelas terras. Os dados não são muito precisos, mas o que se tem de real é a ligação familiar com a outra comunidade quilombola do município: Conceição dos Caetanos. Águas Pretas seria formada por negros e negras egressos/as de Conceição. Todos/as somos parentes e fomos distribuídos e redistribuídos no território, principalmente pelos grandes períodos de estiagem. As duas comunidades foram as primeiras no estado a receberem certificação pela Fundação Palmares, mas ainda aguardam a titulação definitiva.

Tive seis filhas sem um marido e Deus ajudou a criar as minhas filhas. Como uma mãe sozinha, tentei dar o melhor exemplo para elas. E se alguma delas não seguiu o melhor caminho, eu não me sinto culpada. O que eu pude fazer por elas eu fiz.

Nós mulheres, em Águas Pretas, trabalhamos na roça com os maridos e criamos galinhas, porcos; também plantamos canteiros na época do inverno. Nesse ano não, pois não teve inverno. Mas tentamos ajudar na alimentação da família.

Estou à frente da primeira Associação de Remanescentes Quilombolas de Águas Pretas, e tenho enfrentado muitas resistências e preconceitos localmente, em função do processo de criação da Associação e da representatividade que uma mulher assume na tomada de decisões na comunidade. Na comunidade tem duas Associações: uma dos moradores de Águas Pretas e outra dos remanescentes quilombolas de Águas Pretas. A Associação dos Moradores de Águas Pretas é, desde a sua fundação até hoje, presidida por um homem não quilombola que não reside na comunidade, e por aí dá pra entender as dificuldades.

A Associação foi criada porque a comunidade considerou importante manter os seus interesses sob a gestão dos próprios quilombolas. Mas algumas pessoas ainda apoiam a outra Associação e validam o papel do outro presidente. Quando assumi a presidência da Associação dos Remanescentes Quilombolas de Águas Pretas, ouvi muitas críticas, sobretudo de pessoas brancas que moram no município Tururu. Um dos comentários que mais marcaram a minha atuação na criação da Associação foi: “Águas Pretas é muito bom de dominar as pessoas. Basta botar e balançar milho em uma cuia, pois o povo é que nem cabra ou galinha”. Isso me doeu muito, principalmente porque sempre tive a consciência de que é importante valorizar a minha comunidade e sua história. Sofri muito com a resistência de algumas mulheres negras quilombolas em me aceitar na presidência da Associação. Diziam que eu não sabia falar; questionavam-me sobre a minha participação na Associação e quais eram os meus interesses. Então eu ficava refletindo sobre os significados disso e por muitas vezes me perguntei o que era preciso fazer para convencer essas pessoas de que os meus interesses se confundiam com os interesses da comunidade. Queria que entendessem que eu quero desenvolver um trabalho junto com eles, onde eles possam se reconhecer como negros, assim como eu, que tenho orgulho de ser negra. Quero trabalhar pela minha comunidade negra, mas eu preciso ter o apoio da minha comunidade para dar continuidade a esse trabalho que, com certeza só vai beneficiar a comunidade.

A Associação está legalizada e, apesar de não ter projetos para a geração de renda e de desenvolvimento das potencialidades locais, mantém e apoia ações com a juventude, como teatro e capoeira. São passos importantes, que ajudam a fortalecer meu trabalho como presidenta da Associação.

Quando se fala na participação das mulheres na Associação e na comunidade, a melhoria foi pouca. Algumas tentam participar e outras dizem que é besteira. O que eu espero das mulheres daqui é que elas tenham consciência dos papéis delas na comunidade. E que algumas, aquelas que não saem porque o marido não deixa, que tentem conscientizá-los de que o trabalho feito fora, que a participação das mulheres em reuniões, é para elas ficarem sabendo como se fortalecer coletivamente.

Além dos preconceitos, já vi muitos casos de racismo, e o que eu considero mais grave foi sofrido por mim. Aconteceu quando uma pessoa me disse: “Eu não sei o que essa negra quer sendo professora e da Associação. Uma negra dessa, feia, o que ela quer? O que ela quer ser? É professora e hoje se diz presidente da Associação”. Isso pra mim eu acho muito pesado, porque eu posso ser feia, sou negra, sei que eu sou, mas sou gente. Eu sou uma mulher que vivo lutando para o bem da minha própria comunidade.

Por tudo isso, a mensagem que eu quero deixar para as meninas negras é que elas sigam sempre com os pés no chão, sem esmorecer e com dignidade. Que não desanimem com as dificuldades.

MALUNGA

Goiás

A gente escolheu dona Sérgia por ser uma mulher que não é do movimento, mas que a tem a questão racial muito grande no dia a dia. Ela começou a levantar essa questão lá na sua comunidade, independentemente do movimento e trouxe demandas para o Malunga, de que a gente tinha que trabalhar mais a questão da base, com as mulheres negras da base. Ela toma conta de algumas crianças negras e faz todo um trabalho de autoestima, de estética. É uma liderança importante, mas, por muitas vezes, não é reconhecida.

E Cíntia foi escolhida porque é jovem, lésbica e começou no movimento de LGBT e por todo o seu processo de construção de identidade. Percebeu o preconceito mais forte em relação a sua cor do que pela orientação sexual.

A escolha de Nailde se deu devido a sua trajetória de vida. Mulher negra, quilombola e que nunca saiu de sua comunidade, vivendo até hoje lá, e também por ter sido a primeira mulher negra e quilombola a presidir o Conselho Estadual de Igualdade Racial do Estado de Goiás.

Sérgia de Moura Alves

Goiânia / GO



“Estamos aqui para conquistar o mesmo espaço e ninguém quer tirar nada de ninguém, apenas aquilo que é seu, do seu merecer.”

Meu nome é Sérgio de Moura Alves, tenho 56 anos, moro no Jardim América, em Goiânia. Eu nasci em Ubeataba, aqui mesmo no Estado de Goiás.

Eu vim de Ubeataba com três anos de idade, quando a minha mãe faleceu. Vim morar com uma família abastada, onde uma das minhas irmãs já morava. Na época eu não tinha como trabalhar, com três anos de idade, mas na medida em que eu fui crescendo, a minha vida foi realmente trabalhar. Eu nunca tive nenhum tipo de regalias. Eu cuidava dos filhos da dona, que chamava Galeana, mesmo pequenininha, mas dava conta. Então vivi com eles até a idade de dezessete anos.

Eu era aquela “filha-criada”. Arrumava as coisas. Eu lembro que tinha nove anos de idade e subia num banquinho para fazer comida. A dona Galeana, mesmo morando na cidade, tinha um fogão caipira e eu subia nesse banquinho para alcançar o fogão.

Eu estudava, mas quando eu fazia alguma coisa errada, geralmente o meu castigo era me tirar da escola, porque eu gostava muito de estudar. Eles tinham cinco filhas, que foram crescendo comigo, sendo que a mais nova foi praticamente criada por mim. Eu fazia de tudo, dava mamadeira, levantava de madrugada para fazer mamadeira e como era muito pequena, punha o leite para ferver e dormia. Aí queimava a mamadeira e tinha que cuidar das coisas com ela me batendo. Eu dormia porque levantava de madrugada para fazer a mamadeira da menina. Eu tinha que ferver o bico, essas coisas, e às vezes, enquanto esperava ferver, eu sentava e dormia. É porque eu era muito pequena, eu tinha nove, oito anos. Eu punha o relógio para despertar, aí o relógio despertava e eu ia fazer a mamadeira para a criança. E acabava dormindo, porque o sono de criança é uma coisa e o de adulto é outro, e a responsabilidade também. E aí ela me acordava com mais uma surra. Hoje é crime fazer isso com uma criança, mas naquela época não tinha esclarecimento, não tinha a punição que tem hoje. Nem preciso dizer que a família era branca. Negras, só eu e minha irmã, que morava com a mãe dessa mulher.

Eu acho que hoje num ponto melhorou, porque hoje a mídia, boa ou ruim, expandiu a informação, sobre o que é o racismo e o que não é, sobre os seus direitos. Antigamente ninguém falava disso, então hoje uma criança de nove, dez anos já sabe o que é o racismo e já sabe se defender, porque já tem uma voz ativa, porque hoje a criança tem, e antigamente não tinha. Apesar de o racismo estar aí, declarado, para qualquer um ver, com todas essas informações, a pessoa pelo menos vai à busca de seus direitos, ao contrário de antigamente.

Eu sou casada. Casei com vinte e um anos e tive dois abortos antes de ter essas duas filhas. Na época eu era tão inocente que eu estava abortando e não sabia que era um aborto. Quando eu cheguei ao hospital, um médico perguntou para o outro: “o aborto dela foi espontâneo”? Porque não tinha mau cheiro, não tinha nada. Aí que eu fui saber que estava abortando, tamanha era minha inocência em relação a isso. Depois fiz tratamento tive mais duas filhas. Cuidei das minhas filhas, mas sempre trabalhando: fazia uma coisa de um lado, uma coisa de outro. Teve uma vez que o meu marido machucou as pernas e ficou seis meses sem trabalhar, e eu com a minha filha mais velha com oito meses. Então, eu tive que deixar o meu marido machucado, com a perna para cima e a minha filha de oito meses, e fui lavar roupa para manter a casa. Porque senão nós íamos passar fome, e assim foi até ele melhorar. Comi restos de comida, por que numa das casas que eu lavava roupa o pessoal era meio que racista, então, empregada, lavadeira, lá, era tratada igual cachorro. Muitas vezes eu vi que eles me davam restos de comida, mas eu não ia ficar com fome. Então esses meses foram muito difíceis. Depois de passar o dia lavando

roupas, eu chegava em casa e ia cuidar do marido, da minha filha. Até que ele sarou, pagaram os benefícios do INSS e, graças a Deus, foi melhorando a situação. Ele toda a vida trabalhou, e eu trabalhando e cuidando das minhas filhas, conseguimos formar todas as duas. Vencemos. Eu sou umbandista e tivemos muito apoio, na época, porque a casa nos ajudou muito financeiramente, espiritual e financeiramente.

Hoje eu falo para as minhas filhas que, por sermos negras, tudo que fizermos temos que fazer o melhor possível. Porque a discriminação está aí e o branco sempre tem razão. O branco tem o melhor salário, tem o melhor emprego, então a gente tem que competir de igual para igual, a gente não pode ter medo. Por exemplo, se a gente faz bom e se o fulano que faz bom é branco, nós temos que fazer ótimo, para podermos nos destacar.

O que mudou hoje é que se o negro quiser competir no mercado de trabalho, dando o sangue, ele consegue e antigamente ele não chegava nem na porta. Então acho que nesse ponto melhorou um pouco.

Espero que no futuro essa diferença seja acabada porque nós somos todos iguais; o que muda é só a nossa cor. Nós somos filhas do mesmo Pai, estamos aqui para conquistar o mesmo espaço e ninguém quer tirar nada de ninguém, apenas aquilo que é seu, do seu merecer. Então espero que no futuro as pessoas reconheçam isso.

Quero deixar um recado para as mulheres negras: nunca tenha vergonha da sua cor porque é uma cor muito bonita, muito digna.

Eu conheço uma passagem, e não sei se é verdade ou não, que diz que quando o menino Jesus nasceu, ele estava fazendo uma porção de bonequinhos. Diz que ele colocou a água, pegava o barro e ia fazendo os bonequinhos e lavando. Então aqueles bonequinhos ficavam todos branquinhos. Ele fez um punhado de bonequinho branco, mas aí vinham pessoas e passavam em cima dos bonequinhos dele. Então para o pessoal não desmanchar os seus bonequinhos, diz que ele lavou só as mãos e os pés dos bonequinhos e foi pondo eles lá. Ai diz que foi aonde nasceu o negro, porque ele não tinha lavado os bonequinhos porque o pessoal vinha e ia desmanchar os bonequinhos, passar por cima. Então, quer dizer, é uma história que desde o começo já houve a discriminação. Não pela parte do Nosso Senhor, mas pelo povo que ia passar em cima dos bonequinhos. É uma lenda que eu sempre guardo comigo e falo como Deus cuidou desses bonequinhos para que ninguém os desmanchasse. A mesma coisa somos nós, negros: nós temos que cuidar de nós, pra não sermos massacrados, pisados. E mostrar que nós somos capazes, da mesma forma que o branco.

Eu quero que a nova criança que está nascendo agora venha nesse mundo com toda a força de Deus, Oxalá. Que ela venha com essa iluminação, para expandir, para mostrar que o negro é filho de Deus, que nós estamos aqui para conquistar, para adquirir as coisas boas, para semear a paz. E não o que dizem o tempo todo de ruim do negro, que é o marginal, é o maconheiro, é o ladrão, é tudo de ruim, é sempre nele que recai todo o preconceito. Por isso eu quero que essa menina negra venha pra mostrar a nossa dignidade, que venha mostrar que o negro é acima de tudo um ser humano como qualquer outro.

Luana Cristina Vieira dos Santos

Goiânia / GO



“Eu luto por aquilo que eu acredito e no momento em que deixar de acreditar em algo, eu penso que não tem sentido lutar.”

Sou Luana Cristina Vieira dos Santos, tenho 24 anos, sou graduada em Pedagogia. Sou professora, sou educadora, atualmente trabalho na IFG – Instituto Federal de Goiás e também sou militante do movimento feminista, do movimento LGBTT. Participo de algumas redes como a Articulação Brasileira de Lésbicas; do CANDACES, que é uma rede de lésbicas negras; sou presidenta da ALEGO – Associação das Lésbicas de Goiás e atualmente também estou presidenta da Federação das Mulheres de Goiás. Transito muito nos movimentos sociais e busco conhecimento sobre vários conteúdos. Não é porque eu estou em uma associação de lésbicas e na Federação das mulheres de Goiás, que eu não posso participar de movimentos que lutam pela questão da acessibilidade, pela questão de prédios, de estrutura física mesmo, pelo Estado laico. Eu luto por aquilo que eu acredito e no momento em que deixarmos de acreditar em algo, eu penso que não tem sentido você lutar.

Eu sempre tive alternância de casas, nunca tive residência fixa. O último local que eu estou morando agora é com a minha mãe. Eu sempre morei

ou com meu pai, ou com a minha mãe ou com a minha avó, com a minha outra avó por parte de pai, por parte de mãe, ou com outro parente. Ou então eu morava sozinha. Já morei em vários lugares, mas sempre dentro de Goiânia, o único lugar fora era no bairro Cardoso II, quando morei com minha companheira.

Minha infância foi meio diferente, por que eu sempre me vesti masculinizada. Agora eu me visto mais feminina, mas eu sempre me vesti masculinizada, de bermudão, boné, calça. E as pessoas – e toda minha família – criticavam, principalmente minha tia, que é professora de dança.

Minha mãe e meu pai moravam em um barracão nos fundos da casa da minha avó, onde morava também minha tia. Diziam que eu estava andando igual a um homem e me colocavam para andar, para rebolar. Falavam do jeito que eu deveria me vestir, fazer maquiagem, e eu nunca gostei muito dessas coisas. Gostava mesmo de ir para rua, jogar bola, jogar videogame, jogar “bete”. No colégio, enquanto as meninas brincavam de boneca eu e outros meninos pegávamos os taz e ficávamos batendo bafo. Quando vinham as professoras ou alguma outra pessoa querendo roubar os nossos taz, eu corria com eles para o banheiro feminino, porque eu era a única mulher que estava jogando e os meninos não podiam entrar no banheiro feminino. Eu tinha umas atitudes masculinas de acordo com as normas hoje, com a norma atual, de cultura. E eu penso que não deveria ter essa separação se é de menina, se é de menino. Então, eu sempre tive essas atitudes, nas questões de vestimentas, de estereótipos, de brincadeira mesmo, desde a minha infância.

Outro dia uma amiga me disse que eu tinha virado lésbica e eu disse que não se vira lésbica, que você nasce lésbica. E são algumas atitudes do meio que fazem com que você não goste de homem. No meu caso desde a minha infância, desde que eu me conheço por gente, que eu sou lésbica. Eu não virei lésbica nem alterei minhas atitudes.

Eu preferi me assumir por minha própria conta ou eu não seria feliz. Porque tentei ficar com homem, inclusive na cama, mas não gostava, não rolava nada, não sentia atração. Então, decidi: ou eu vestia roupas femininas, namorava um homem e seria como a sociedade e a minha família queriam e seria infeliz; ou eu permanecia da forma que me sentia bem, ficava com mulheres e levava minha vida, que de certa forma eu teria momentos felizes.

Eu sempre fui muito tímida, muito recuada, não conversava muito, focava mais em estudar. As amizades que eu tinha eram das pessoas que se aproximavam de mim, pois eu não me aproximava de ninguém. Porque tinha muitas situações que eu não entendia o porquê de sentir atração por profes-

soras, por meninas; porque os meninos queriam ficar comigo e eu, às vezes, batia neles, não queria, me afastava. E por conta disso eu optei em não ter amizade com menino nem com menina, porque eu não entendia o que acontecia. Então eu focava em estudar. Ficava na casa da minha avó estudando, lendo e ia para o centro espírita. Porque a minha avó é kardecista e eu praticamente nasci no centro espírita. Quando eu descobri que gostava de mulher, eu tive uma confusão enorme, porque por mais que os kardecistas preguem que as pessoas têm livre arbítrio, que podem fazer o que quiserem, mas tem que arcar com as consequências; também dizem que se você nasceu mulher, você tem que gostar de homem. Então entrei num conflito interno e não sabia se eu ficava com um, se ficava com outro, se eu contava para minha avó. Por mais que o espiritismo seja essa questão de abertura, eu sabia que quando me assumisse eu teria aqueles impasses na questão do trabalho, na questão da sociedade, ter que enfrentar a escola, ter que enfrentar a família. E para piorar, além de lésbica, eu sou negra e aí já sofreria o preconceito triplicado. Porque mulher já sofre preconceito e discriminação, aí você é negra e ainda é lésbica.

E teve alguns momentos da minha vida que eu fiquei doente e fiquei careca. Aí eu era lésbica, negra, mulher, careca e algumas pessoas não se aproximavam porque pensavam que eu tinha alguma doença contagiosa, porque eu não tinha cabelo nenhum. Eu passei por todas essas fases de vivenciar o preconceito das pessoas em todos esses âmbitos.

Na família eles ficaram sabendo da minha lesbianidade através de uma menina com quem eu tive um relacionamento, mas estávamos separadas. Ela enviou uma carta para minha avó contando da nossa condição. Essa carta caiu como uma bomba. Quando eu cheguei em casa, estava a minha família – com exceção da minha mãe e do meu pai – minhas tias, meu avô, todos reunidos na sala me esperando. Então eu disse: “sou lésbica”. Falei sobre o fim do relacionamento com a autora da carta e aí a minha avó, aparentemente, aceitou. Minha tia, que é lésbica, mas não é assumida, disse que eu tinha que tomar cuidado, meu pai também. Mas minha mãe me ameaçou de morte, que ia me matar, comer a minha carne crua, que queria saber quem era a menina que eu tinha ficado pela primeira vez, que tinha me levado para o mau caminho. Se afastou de mim, me deserdou, ligou para minha avó, que é mãe dela, e disse que não era pra minha avó me deixar entrar em sua casa. Que não me considerava mais sua filha, mas a minha avó disse que independente de qualquer situação, eu continuava sendo sua neta, que isso não ia mudar minha índole, a pessoa que eu sou.

Faz uns dois anos mais ou menos que minha mãe passou a aceitar minha decisão. Conversamos sobre o assunto, minha companheira vai lá em

casa, dorme, conversa com a minha mãe. Mas isso aconteceu quando ela descobriu que eu tinha câncer, que tinha que fazer cirurgia, que quase morri mesmo, aí ela repensou.

Algumas pessoas chegaram nela e conversaram. Algumas pessoas acusaram-na de que o câncer que eu tenho é culpa dela, e alguns estudos que falam que câncer é desenvolvido a partir de ódio, de raiva e mágoa que você guarda.

Atualmente se eu tenho raiva de alguém eu vou falar. Se eu tiver que esmurrar, eu esmurro. Eu aprendi que não adianta guardar as coisas pra mim, não adianta eu não manifestar. Dessa doença que eu tive pra cá, eu penso que me tornei outra pessoa. Porque eu não falava, não me manifestava, se você falasse que aquilo é assim ou assado, eu: “beleza”, por mais que eu não concordasse. Então desde que eu fiquei doente pra cá, eu mudei. Até ter essa doença novamente, né? Eu acho que há males que vem para bem. A partir do momento que eu fiquei doente, minha mãe parece que aceitou a minha orientação sexual.

Atualmente eu não frequento mais assiduamente o kardecismo, como há tempos atrás. Eu trabalhava há seis anos em um colégio kardecista e os cursos ministrados também eram voltados para o kardecismo. Eu era professora de informática básica, informática avançada, cidadania e temas transversais. Quando me casei com a minha companheira, um mês após ter entregue a declaração de união estável, eles me demitiram. Para mim, ficou caracterizado como homofobia. Eles não tinham justificativa para me mandar embora, mas alegaram que o salário que me pagavam era pouco, por causa da minha qualificação, já que eu tinha terminado meu curso de graduação em pedagogia. E a minha companheira foi aluna desse colégio, só que eu não ministrava aula pra ela e, na época que nós casamos, ela não estudava mais lá. Quando isso aconteceu eu parei realmente para raciocinar sobre o kardecismo praticado naquela instituição. Não se pode culpar a religião, mas as pessoas que estão naquele local. Eu realmente parei pra pensar se aquele local era adequado pra mim, se eu deveria continuar ali, não mais como funcionária, mas como membro daquela instituição.

Eu me afastei daquela instituição e atualmente frequento um outro centro espírita, onde existem alguns casais homossexuais, embora essa questão não seja citada.

Em relação ao racismo e preconceito racial, eu acho que ele existe mais velado. Porque as pessoas sabem que, se ofenderem, podem ser processadas, então não fazem isso visivelmente. Mas eu trabalhei em alguns lugares

onde era a única negra coordenadora pedagógica e a única funcionária que não era faxineira, que não era a pessoa que limpava o colégio, que estava num nível social melhor. O resto dos professores eram brancos, os outros funcionários eram brancos. Teve lugares em que eu trabalhei como professora e a única negra era eu. A sensação que eu tinha é de que era escolhida apenas se sobrasse alguma vaga. Em alguns momentos achei que era por questão de preconceito racial mesmo, porque nesses locais eu não tinha me assumido ainda como lésbica, mas tinha a questão da cor da minha pele que era visível, não tinha a necessidade de você assumir ou não. Mas nunca ninguém me discriminou frontalmente.

Mas tem outros tipos de preconceito que são culturais, como as músicas que cantamos para as nossas crianças, o boi da cara preta, e outras, tipo, “preto quando não faz serviço errado na entrada faz na saída”, “serviço de preto”, eu já ouvi muitas vezes essas frases, esses preconceitos serem citados.

Eu penso que tanto o movimento de igualdade racial, quanto o movimento LGBTTT avançaram, principalmente o movimento de igualdade racial. Porque hoje o movimento LGBTTT está incorporando essa questão do racismo, principalmente aqui no estado de Goiás. E tem a lei sobre a obrigação de ter matéria sobre afrodescendentes, sobre indígenas nas escolas. Mas nós do movimento LGBTTT não temos esse avanço, vocês tem lei sobre punição se alguém praticar discriminação e preconceito, e o movimento LGBTTT não tem esse avanço ainda. Principalmente em relação às lésbicas. Porque quando se fala em movimento LGBTTT, por mais que a letra L venha à frente, quando acontece uma conferência, por exemplo – eu já participei de várias conferências e seminários –, o que vivenciamos é que as pessoas que estão ali, principalmente gays e travestis, não vão falar sobre o que uma lésbica necessita, o que uma lésbica negra necessita, porque eles não vivenciam isso. Então, há que ter esse avanço também na questão de gênero.

Eu penso que há necessidade de nós, como militantes, buscarmos trazer mais pessoas para dentro do movimento; pessoas participantes na prática, ou seja, pessoas que venham debater sobre essas questões. A questão do conhecimento também é importante e precisamos de pessoas que produzam artigos e pesquisas sobre lesbianidade e racismo. Se uma pessoa sofre preconceito de racismo e preconceito homofóbico também, ela sabe que o racismo ela pode recorrer a algo, há uma lei para isso, mas sobre a homofobia ela não tem a quem recorrer.

Já conquistamos vários espaços, seja no movimento feminista, no movimento LGBTTT, no movimento universitário. Eu, Luana Cristina, acredito que é o início de várias iniciativas que podemos dar continuidade e desenvolver

os trabalhos relacionados à lesbianidade e ao racismo. Há várias ONGs que defendem a questão do movimento de igualdade racial, MALUNGA, Pérola Negra, Trans, as Dandaras, mas até o momento eu não tenho conhecimento de nenhuma ONG que trabalhe o racismo e lesbianidade. Eu acho que isso é um trabalho que nós temos que estar à frente, temos que botar a cara pra bater e falar que existem sim, mulheres que são negras, que são lésbicas, mulheres que têm necessidades especiais, que andam de cadeira de rodas, que têm que ter acessibilidade, que são negras e lésbicas também. Existem mulheres negras e lésbicas que têm que ter acessibilidade também, então acredito que temos que adentrar esses movimentos. Nós existimos, estamos no início de um grande trabalho que está por vir e deve ser estruturado.

Acredito que nós, tanto como pessoas quanto como militantes podemos colocar na Câmara, na Assembleia Legislativa, no Senado, pessoas que defendam realmente a questão da identidade de gênero, raça, orientação sexual, igualdade, os segmentos sociais que são discriminados, que são considerados minorias, para mudar essa situação.

Pensando no futuro, conversei com a minha companheira para adotarmos uma criança e não importa o sexo. Eu quero que seja uma afrodescendente, uma pessoa negra, porque eu, como mãe, pretendo dar todo o amor que tenho e falar para essa pessoa, que ela é muito linda e que tudo nela é perfeito. E que se assuma realmente, tanto na sua vestimenta, no cabelo, que essa pessoa veio ao mundo pra ser feliz, que não deve dar moral ou levar em conta o que os outros falam. Importa o que ela sinta e o que ela quer ser. Que essa pessoa estude e avance nas questões do ser interior, e que cada ser que vem ao mundo não vem à toa, tem a sua missão, tem o seu objetivo. E que esse ser humano que é afrodescendente é uma pessoa linda, muito linda, e a cor negra dela é linda.

Nailde Rodrigues Borges Silva

Comunidade Quilombola do Pombal / GO



“...eu sonhava em fazer as coisas para a comunidade e ajudar as outras comunidades. Mas eu não pensava que chegaria a tanto.”

Meu nome é Nailde Rodrigues Borges Silva, tenho 42 anos, moro no Projeto Assentamento Independência, na Comunidade Quilombola do Pombal. Sou casada, tenho três filhos, sou psicopedagoga e trabalho na Secretaria Municipal de Igualdade Racial. Atualmente estou gestando e coordenando projetos lá da comunidade quilombola do Pombal, município de Santa Rita do Nordestino. Meus pais são nascidos e criados lá na comunidade, ambos lavradores. Eu nasci, me criei e estou vivendo nessa comunidade até hoje, e aqui também estão meus irmãos.

A minha infância, pra mim, foi a melhor. Porque eu nasci e me criei aprendendo os valores da comunidade. Meus pais, meus avós, meus tios, foram me repassando o que a comunidade tinha e o que a comunidade tem até hoje: o respeito às pessoas para que a gente possa ser digno de poder lutar, ser digno de poder falar das nossas raízes. E a minha infância foi assim, de alegria, de ver as pessoas viverem bem e mesmo com dificuldades as pessoas viviam felizes, estavam juntas e estão até hoje, em todos os momentos da vida, na alegria, que

é nas festas, nas rezas, na família, na tristeza. Aprendi e trago da minha infância que a gente tem que lutar, respeitar as pessoas e seguir em frente por mais que as coisas sejam difíceis. E foi isso que me incentivou a buscar a melhoria e até hoje eu repasso pros meus filhos também. Eles estão crescendo aprendendo a respeitar, aprendendo a lutar e aprendendo a sonhar não só pra gente, mas pra nossa comunidade, pra nossa região, e até pro Brasil desenvolver.

Eu estudei na maior parte do tempo na comunidade mesmo, em uma escolinha daqui e, com dezesseis anos, antes mesmo de terminar o magistério, fui trabalhar, fui ser professora na comunidade. Fiz o magistério e com muita luta, depois que eu me casei, depois de ter meus três filhos, fiz a faculdade, terminei Pedagogia. E assim que terminei Pedagogia fiz Psicopedagogia Clínico-Institucional. Mas não saía da comunidade, ia para a faculdade de ônibus, andando de caçamba, também à noite, andando da placa até a comunidade a pé, porque não tinha carro. Mas nós vencemos, não só eu, mas as minhas colegas também da comunidade, quilombolas. Nós vencemos, terminamos e estamos aí na luta, estou aí, estou feliz e vou estudar mais.

A distância de Goiânia até a comunidade é de uns duzentos e quarenta quilômetros. É uma comunidade que antes era difícil acesso, até mais ou menos 1976 não tinha estrada, não tinha ponte, as casas eram de pau a pique. Mas hoje já não é tão difícil o acesso à comunidade, com os trabalhos sociais que a gente vem desenvolvendo, hoje a comunidade tem casas, tem poço artesiano, tem conforto, tem energia, e se compararmos com antes melhoramos bastante.

Hoje, com os projetos, nós estamos trabalhando a questão da autoestima com o produtor e a produtora rural. E conseguimos muito desenvolvimento na comunidade, porque temos vários parceiros que estão apoiando a questão da agricultura familiar. Antes as pessoas viam os membros da comunidade como coitados, pensavam que não conseguiam se desenvolver. E tinha até racismo: chamavam as pessoas de *nêgo papudo do Pombal*, *nêgo do pombal*, e hoje estão vendo a comunidade com outros olhos graças ao trabalho que a gente vem desenvolvendo.

Lá na nossa comunidade tem os grupos culturais, a cultura tradicional permanece até hoje, as rezas, as folias, a culinária, os cantos, as danças do Catira, dança do tambor. E o ponto de cultura está apoiando, pra que essas atividades da cultura tradicional, que aprendemos com nossos ancestrais, nunca desapareçam.

A gente ainda mantém a casa de farinha, temos a fábrica, só que não queremos produzir em escala industrial, queremos manter a questão artesa-

nal. Mesmo com as máquinas vamos manter essa cultura de fazer a farinha como era feita antes e que fica mais gostosa. A maioria do trabalho na comunidade é trabalho comunitário e mantemos ainda trabalho em grupo, trabalho em mutirão, pra fortalecer o vínculo familiar que vinha desde antes. Nessa questão cultural, ainda nos casamentos, nas festas onde todo mundo ajuda o outro, todo mundo vai para a casa do outro para ajudar e mesmo as pessoas evangélicas também nos ajudam. E ajudamos a eles, na medida do possível.

Antes era mais difícil na comunidade. As mulheres muitas vezes não tinham coragem de assumir, pensavam que tinham que ficar ali só cuidando de casa, cuidando dos filhos. Mas hoje as mulheres têm trabalho, saem para trabalhar fora. Antes as pessoas faziam alguma coisa, bem pouco, e isso não dava para viver, não tinham máquinas para que o agricultor familiar pudesse desenvolver o seu trabalho, o transporte era a cavalo, a pé. E hoje, nós temos o desenvolvimento na comunidade. Trabalhamos projetos com a agricultura familiar, temos máquinas pra desenvolver o trabalho tanto para o agricultor quanto para agricultora rural. E temos transporte para os jovens irem à escola, a escola da comunidade fechou, mas as crianças estudam em um povoado. A maioria, 80% dos jovens já está terminando o 2º grau, mais ou menos uns 5% já estão fazendo faculdade. Aqueles que não estão fazendo estão sonhando em fazer, mas devido aos cursos que eles querem fazer ficarem distantes da comunidade, estão lutando para conseguir transporte. E vamos conseguir não apenas para que eles possam ir à faculdade, mas também aos cursos técnicos, pois muitos desses jovens vão trabalhar na comunidade, ligado à administração, à terra, ligada a outros trabalhos. A prioridade é que eles possam estudar e morar na zona rural e viver bem.

Muitas das mulheres negras que conheço têm coragem de falar, de lutar e de não pensar assim: “eu não posso” e vão à luta, às vezes são várias mulheres negras. Às vezes, também, tem mulheres negras que não têm coragem de enfrentar a questão racial, acho que não é só no estado de Goiás, mas no Brasil. E falta também muita política pública para atender a mulher negra no Brasil. Se fala de política pública, se fala de projeto, se fala de desenvolvimento, se fala da questão racial, mas muito pouco ainda é feito para apoiar a questão da mulher negra. Eu vejo que falta mais coragem das mulheres, de enfrentar e mostrar que a gente pode e pode fazer também.

Então eu espero que a própria mulher negra possa ter coragem de realmente assumir, enfrentar e mostrar que a gente é capaz. E posso falar por mim: eu sonhava em fazer as coisas para a comunidade e ajudar as outras comunidades. Mas eu não pensava que chegaria a tanto. E não apenas eu; tem lá outras mulheres que têm coragem de enfrentar e vencer.

Eu vejo mudanças no Brasil. O que mudou é que antes não se tocava na questão racial, não tinha discussão, muitas vezes por medo. Mas hoje muitos grupos têm coragem de falar sobre a questão racial, de encarar, de mostrar a cara, só que muita coisa fica no papel. O governo vai criando órgão pra cuidar da questão racial e eu acho que o que piorou é que as pessoas que estão lá, não são todas, não têm coragem de encarar com realidade a questão racial, de buscar meios para que essas comunidades menos favorecidas, marginalizadas, possam se desenvolver. Ficam só em conversa, o tempo vai passando e não acontece nada de concreto.

Eu deixaria como mensagem para nova geração de meninas negras, que a gente nasce pra lutar e pra vencer. E que as meninas possam crescer se aceitando enquanto negras, porque somos capazes de vencer em todos os aspectos. Coragem para enfrentar, sem precisar brigar com ninguém. E a gente mostrará o quanto podemos, fazendo a diferença e podendo ajudar outras mulheres negras de outras comunidades. Esse é o nosso poder, de fazer, de ajudar nossa comunidade a se desenvolver. De poder ajudar a nossa região, nosso estado e mostrar exemplo de vida, exemplo que nós somos dignas, viemos de famílias, raízes tradicionais, que são famílias que lutaram e lutam até hoje. E vamos lutar, até o fim, com a graça e a força de Deus.

REDE MULHERES NEGRAS DO PARANÁ

Paraná

A escolha de Isabela se dá por ser uma mulher negra jovem e quilombola, que vivia em sua comunidade até a pouco tempo, e só saiu de lá para estudar. E também porque imaginamos que e seria importante mostrar esse perfil de mulher negra jovem quilombola.

Isabela Patrícia Soares Camargo da Cruz

Colônia Socorro / PR



“Acho que a minha liberdade também é uma conquista.”

Meu nome é Isabela, Isabela Patrícia Soares Camargo da Cruz. Tenho vinte e dois anos e atualmente eu moro em Curitiba. Estou morando no Centro da Cidade faz um ano, com amigos. Eu moro com amigos e atualmente trabalho na Rede de Mulheres Negras do Paraná, que é uma organização que incide politicamente em advocacy na área de saúde da população negra, especialmente na saúde das mulheres negras.

A minha família, a família do meu pai, é descendente de escravizados da região dos campos gerais de Guarapoá, onde hoje é reserva do Iguaçu. E a família da minha mãe nós sabemos pouco, mas descendem de indígenas e poloneses que vieram da Europa pro Brasil e se concentraram ali na mesma região. Então a minha família é desses dois territórios, mas os meus pais foram pro Mato Grosso, eles se casaram aqui no Paraná, se conheceram aqui, se casaram aqui e foram pro Mato Grosso. Eu nasci em Mato Grosso, em Cuiabá e morei até os nove anos em Cuiabá. É a capital do Estado, uma cidade bem agitada.

Eu tive situações de racismo na infância. Mas por outro lado a minha família sempre teve muito ciente disso tudo. O meu pai sempre teve envolvido nas questões de militância, do movimento negro lá do Mato Grosso, mas não ativamente. Ele tinha consciência que ele era um negro numa cidade grande, que ele sofria racismo, mas que ele também não baixava a bola pra nada disso. Então ele sempre teve essa consciência, sempre teve em casa, por exemplo, toucas da Jamaica, ouvia Raça Negra, “Eu sou negão”. Ah! Isso me construiu dentro de uma casa, onde ser negro é lindo, é valorizado. E a minha família toda é negra assim, segundo os olhos do meu pai. E a gente morava numa casa de três peças, eu meu pai e minha mãe.

Meu pai significava muita coisa pra mim, dessa relação de família que éramos nós três em uma cidade grande. E era os fundos da padaria onde a minha mãe trabalhava. A minha mãe trabalhou assim de sol a sol a vida inteira.

Então eu nasci numa cidade urbana, num ambiente urbano, num ambiente onde eu pegava ônibus sozinha e tal. A gente sempre teve contato com a família daqui, claro, mas a gente vinha em férias, vinha nas minhas férias escolares. E lá eu estudava, a minha mãe trabalhava de empregada doméstica. Eu conseguia frequentar uma escola particular porque a patroa da minha mãe pagava, fiz a primeira e segunda séries em escola particular. Na terceira e quarta séries o meu irmão foi pra lá, foi estudar lá. A gente passou a conviver em uma família maior e aí a gente foi estudar em escola pública. Em 99 o meu pai fez contato aqui no Paraná. A família da minha comunidade, todos os meus parentes, os meus primos, tios, primos, os descendentes escravizados pra quem a Balbina deixou a terra, doou a terra, estavam se movimentando de novo pra retomar essas terras. Então, meu pai fez contato aqui no Paraná e veio sozinho, ficamos eu e a minha mãe. A partir daí, meu pai começou a tomar corpo do que era a nossa comunidade, da história dos nossos antepassados. De toda a questão territorial que envolvia e na luta que estava sendo travada ali em 1999, que é quando todo mundo retoma o movimento e invade as terras do Barranco. Dali a um ano mais ou menos a gente veio de Cuiabá, então eu saí de um ambiente urbano e vim pra um ambiente rural da comunidade quilombola. Eu tinha nove anos.

Então, já vim para o assentamento, porque quando aconteceu todo o movimento o meu pai foi e ficou no Barranco com o pessoal. Mas aí o INCRA destinou uma fazenda, que é onde hoje a comunidade em Guarapoava ali na Colônia Socorro, que é um dos núcleos da comunidade. O pessoal saiu lá do Barranco, que é na reserva do Iguaçu e foi ali pra Colônia Socorro em Guarapoava. A Colônia Socorro fica localizada entre cinco colônias de descendentes de alemães. É uma comunidade negra colocada, porque foi isso que aconteceu, foi feito o deslocamento daquelas pessoas da beira do Barranco, pra que

eles ficassem ali, no meio assim né? Compõem uma das cinco colônias de descendentes europeus.

Na colônia onde a gente morava tinha um colégio estadual que era onde eu estudava, ficava na vila dos brasileiros; e tinha o colégio dos alemães, que ficava do lado dos alemães. No colégio dos alemães tinha línguas e tudo mais e era uma escola completamente preparada pra desenvolver todo o potencial de um aluno. E na escola dos brasileiros, era uma escola estadual. Dentro disso, nós éramos o grupo dos sem terra, dos negros, que estavam ali acampados na Colônia Socorro.

Então haviam , muitas, muitas situações assim, desapontamentos. Tinha uma colega que era chamada de fuscão. Ela era agredida verbalmente, fisicamente, na escola e ela não baixava a bola, ela era uma pessoa completamente empoderada. Mas eu vi o quanto aquilo agredia ela, todos os dias. Então eu posso não ter sofrido algo completamente que tenha me ofendido por toda essa construção que eu já tinha, que eu acho que eu já tinha de casa. Mas via o quanto os meus primos, os meus irmãos, toda a minha galera ali era ofendida diariamente por ser negro.

No natal de 2011 a gente estava na sede da comunidade e estávamos eu, meu irmão, meu compadre, um amigo, mais um casal, e a gente e estava ali todo mundo conversando, brincando e estávamos com o som do carro ligado. Isso era no dia 26 de dezembro, um dia depois do Natal. Eu já tinha vindo pra Curitiba, então estava todo mundo conversando e chegou uma viatura policial e eles mandaram a gente encostar o carro. Já desceram gritando e mandaram todo mundo encostar. Não se identificaram, chegaram gritando e agredindo todo mundo. Encostamos as mãos no carro e ficamos parados. O meu cachorro veio, estava por ali e veio e deitou do meu lado. Eu olhei pro meu cachorro e balancei a cabeça. Aí o policial, um dos policiais, eles estavam em dois, virou pra mim e já começou a me agredir verbalmente: “vaca, vagabunda, o que você está se abrindo?”. Eu fui tratada completamente sem qualquer respeito que se possa dar a qualquer ser humano, de tentar no mínimo conversar. Ele já veio me agredindo e tal e disse que era pra eu calar a minha boca, que vagabunda não tinha direito a falar nada. Pra eu ficar quieta porque se não eu seria presa. Que se eu estava achando porque eu era mulher eu não ia apanhar, que eu ia apanhar do mesmo jeito. E aí eu falei pra ele que eu não calaria minha boca, porque eu iria acompanhá-lo até a delegacia, porque eu ia prestar queixa pela forma como ele estava falando comigo. Ele apontou a arma pra mim e me arrastou, mandou eu calar a boca, me arrastou pro porta-malas do carro, me bateu, me chutou na altura das costelas, bateu com a porta na minha perna, me agrediu verbalmente, enfim, e bateu a porta do

carro. Quando meu irmão veio de lá, ele deu ordem para que se meu irmão agitasse qualquer coisa, era pra ele meter bala. E meu irmão não tinha nada e aí eles pegaram o carro e me levaram pro posto, que ficava na Colônia Vitória. Nesse caminho, completamente transtornados, acelerados, em alta velocidade e dizendo que era pra eu ir me batendo, me batendo mesmo, porque vagabunda ia se batendo. Chegando no posto eu falei: “eu posso fazer uma pergunta?” e ele disse que vagabunda não pergunta, só espera resposta. E me deixaram sentada. Um dos outros policiais veio fazer o boletim e perguntou meu nome, idade, onde eu morava e tal e eu fui falando. Quando eu falei que no quesito raça/cor, eu disse “pode colocar negra”. Ele olhou pra mim e disse assim: “tem certeza?”. Eu falei: “sim, eu tenho certeza”. Ele perguntou o grau de escolaridade e eu falei: “ensino superior completo”. Aí ele me olhou e disse: “educadinha a moça, né?” Dentre tudo isso, dentre todas essas ironias, eu não entendi o porquê, pelo fato de eu ser negra eu não posso ter o ensino superior; por ser mulher eu não posso ter ensino superior? Pelo fato de estar em uma comunidade conversando com meu irmão e meus amigos com o rádio do carro deles ligado a gente tinha que ter drogas? A gente tinha que ter arma? Ou a gente tinha que estar fazendo sexo explícito, por ser de uma comunidade rural? Eles chegam na minha comunidade, derrubam todas as latas de comida das pessoas, isso foi um caso. E chegam com uma ideia formada na minha comunidade e eu que sou a vagabunda, a puta, a mulher que merece apanhar? Se isso não é racismo, se isso não é machismo, isso é o que?

Quando olho pra minha vida hoje, eu acho que uma das maiores conquistas, pra mim, pra minha família, conquista mesmo pra minha comunidade, foi o fato de eu ter lutado muito pra eu me formar. Porque, quando eu passei no vestibular, já havia quilombolas que tinham passado no vestibular, em faculdades particulares, e estavam ralando há muito tempo, inclusive eu me espelhei muito neles. Quando eu passei na universidade estadual, cheguei em casa, o meu pai estava me esperando de braços abertos assim, e ali eu vi que muita gente da comunidade me olhava tipo assim: “nossa, ela passou”. Nós fizemos o vestibular acho que umas oito pessoas pela universidade estadual e só eu passei, o índice não estava tão concorrido. Mas eu passei e a partir daí eu vi que a galera passou a olhar tipo assim: nossa! Faculdade! Dá pra fazer faculdade. Não as pessoas me admirando por isso, mas pessoas me olhando e se espelhando e pensando: porque não? Dá pra fazer.

Eu entrei em 2007 e assim, nesse mesmo ano, estava a galera que a gente fez vestibular, os nossos amigos, todos os nossos amigos, e todo mundo foi pra uma faculdade, com bolsa aqui, incentivo ali. E começaram a correr. Então eu acho que, sem dúvida, uma das maiores conquistas que a minha comunidade tem, hoje, é que tem muitos filhos e sobrinhos e netos

fazendo faculdade. Isso é uma conquista porque pra quem ia pra escola de Kombi, toda a galera ia de Kombi, a Kombi encalhava, a gente descia, andava quilômetros no barro, voltava a pé pra casa com chuva, os pais iam buscar no meio do caminho, outros iam de caminhão, outros de trator. Aquelas crianças todas indo no meio da soja, porque a gente atravessava uma lavoura de soja pra chegar na comunidade, tipo chuva, barro, frio, de qualquer forma. Então, olhar e ver: 'Ah a minha colega, amor da minha vida, a Dandara, ela terminou a faculdade de educação física, passou no concurso público, está fazendo pós-graduação e ela está sendo agente comunitária de saúde'. A comunidade hoje já tem uma agente de saúde formada, que pode estar lá dentro, atendendo a própria comunidade ou não, mas é fruto disso, é conquista, então eu vejo dessa forma.

Acho que a minha liberdade também é conquista. Eu reconheço que fazer a faculdade, a minha formação, foi um momento fantástico pra eu me libertar enquanto pessoa. Poder ter essa visão que eu tenho hoje da minha comunidade é uma conquista, o meu trabalho hoje é uma conquista muito grande, o meu trabalho com as pessoas, com as comunidades. E é uma conquista diária.

Eu estava ouvindo uma música, ou era uma entrevista, não lembro bem, que dizia assim: "tudo que acontece no Brasil, ele consegue se estragar". Ele consegue ser um lugar ruim pra morar. O maior reflexo disso pra mim é onde eu estou inserida, das pessoas que estão em volta de mim. Morar em Curitiba não é fácil, você precisa ter uma determinação muito grande, um empenho muito grande. Porque você precisa lidar com muitas coisas ao mesmo tempo. O custo de vida é muito alto, a pressão urbana é muito grande, o barulho é intenso. Então tudo isso acaba afetando a maneira como você leva a sua própria vida, se você dorme bem, se você está com a mente tranquila, se está bem de saúde. Isso acaba gerando, talvez, a forma de vida que eu esteja levando, acaba gerando uma série de coisas. Mas olhar pra população em geral, sobretudo pra população negra, sobretudo pros índices de mortalidade materna, não está bom não; olhar pro índice de jovens, negras e negros que estão morrendo.

Eu vejo que os índices de violência contra as mulheres negras, contra as mulheres, estão grandes. Enquanto que as mulheres negras, a gente sabe, são a camada mais pobre da população. Você imagina as condições de vida, você vê as condições de vida. Eu não sei como podem não ser priorizadas essas questões e aí a gente entra até em assunto como as cotas, por exemplo. As pessoas dizem: "todo mundo tem a mesma oportunidade". Não, não tem: a grande maioria das pessoas não tem uma casa decente pra morar, não tem

uma escola decente pra estudar. E como você trata isso? Uma pessoa que estudou a vida inteira, uma pessoa que teve uma família acolhedora, uma comunidade, uma casa e diz que essas pessoas têm as mesmas condições? Que elas vão se desenvolver da mesma forma? Não dá. Se as mulheres negras são a camada mais pobre da população, são as que mais sofrem violência, são as que mais necessitam de atendimento médico, por uma série de especificidades que a mulher negra tem, inclusive no parto. O índice de mulheres negras que morrem no parto também é altíssimo. São ações que precisam ser priorizadas. Por quê? Porque ainda não estão, não são suficientes nem de longe, as pessoas estão morrendo. E quando a gente fala “pessoas estão morrendo”, a gente tem que falar que a maioria das pessoas são negras. E o que é isso? É normal? Esse é o problema: quando a gente começa achar que é normal olhar pra uma pessoa na rua deitada e ela ser negra e a gente achar que é normal; não é normal, não pode ser.

Futuro? O futuro eu acho que é muito longe! Sabe, pra esperar que algo seja de determinada forma lá, tem que ser já. O futuro não vai estar lá construído sozinho, eu não posso idealizá-lo, porque ele nunca vai ser dessa forma. Mas nós precisamos de questões urgentes, não dá pra fazer tudo, não dá, eu já percebi isso. Por exemplo, quando eu me refiro à comunidade, são muitas questões que precisam ser resolvidas. O que eu espero de um futuro é equidade social, porque não dá pra olhar pra um determinado grupo e ver que se esbanja muito dinheiro e olhar pra outro lado e ver que tem crianças morrendo de fome assim do teu lado, porque não tem um acompanhamento adequado. Estas crianças estão realmente morrendo, elas estão definhando. Quando você olha é muita coisa, não dá pra resolver tudo, mas dá pra ir resolvendo aos poucos, em partes. Precisa ser feito em partes, e precisa que as pessoas se mobilizem pra fazer também, tipo, as pessoas gritam por justiça social, gritam por honestidade, mas nas ações mínimas acho que não se importam muito.

Deixo uma mensagem para a menina negra que está nascendo agora: já foi muito pior, mas tem muita gente que lutou mesmo, tem muita gente que está lutando em todos os campos. Eu falo assim pro meu irmão, que o militante que está na rua, o ativista que está na rua, ou que está dentro de um gabinete em reunião com gestores públicos, discutindo racismo, ele tem tanto valor quanto o menino negro que está na universidade, quanto o menino negro que faz capoeira, quanto aquele artista que faz um espetáculo, que fala sobre isso e apresenta, quanto a professora que vai pra uma aula e diz: “olha, vamos falar hoje sobre a revolução dos malês? São várias formas de se fazer, e tem muita gente lutando. Então que ela venha, linda e arrasadora. Que ela solte os cachos dela, que ela solte o cabelo black dela, porque os cabelos são

símbolo de muita coisa. Que ela não tenha vergonha, de forma alguma, dos lábios, do nariz, dos seios ou das formas arredondadas, ou das formas magras que ela venha ter. Quando ela olhar pro tanto de mulher negra que tem nesse mundo aqui e ver que essas mulheres são guerreiras, que elas são coletivas, e que essa é uma Era das Mulheres, ela vai se sentir em casa. E ela vai saber que tem muita gente também aqui, e que ela pode se integrar e mudar também muita coisa.

Secretaria Executiva AMNB
Rua Vigário José Inácio, 371/1919 – Centro
Porto Alegre / RS – CEP 90028-900
www.amnb.org.br
E-mail: amnb@uol.com.br

A Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) foi fundada em setembro de 2000, no processo de preparação da III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada na África do Sul em 2001.

Após a Conferência, a AMNB passa a se dedicar à tarefa de monitoramento da implantação dos resultados alcançados, tendo como missão institucional promover a ação política articulada de ONGs de mulheres negras brasileiras, na luta contra o racismo, o sexismo, a opressão de classe, a lesbofobia e outras formas de discriminação, contribuindo para a transformação das relações de poder e construção de uma sociedade equânime.



FORDFOUNDATION

Na Linha de Frente das Mudanças Sociais

ISBN 978-85-61638-52-8



9 788561 638528